

# **DAS MEMÓRIAS ÀS ASPIRAÇÕES DO PRESENTE:**

## **O caso do Bairro da Cadeia em Viseu**

Dissertação para Mestrado Integrado em Arquitectura | FAUP 2013-2014

Joana Filipa Ribeiro Pedrosa Pinto

Orientação: Mestre José Alberto Lage | Professor Eliseu Gonçalves





*Que a casa seja reino para uns, simples ninho para outros, palácio, baluarte, ou choupana –  
 façamo-la verdadeiramente nossa, reflexo da nossa alma, moldura da vida que nos é destinada.*

RAUL LINO, in *Casas Portuguesas*



## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais pela compreensão, presença e apoio constantes em tudo, obrigada por serem os melhores do mundo. Ao meu irmão pelos relatos da vida “difícil” de Erasmus e pela ajuda que mais tarde me deu, obrigada.

Agradeço aos professores Alberto Lage pela dedicada orientação, sentido crítico, imensa paciência e amizade e Eliseu Gonçalves por toda a atenção e precioso contributo de conhecimentos.

Uma palavra de grande agradecimento à Câmara Municipal de Viseu e ao Arquiteto Luís Seixas pela disponibilidade e facultação de diversos documentos que foram essenciais para a elaboração desta dissertação.

Aos moradores do Bairro da Cadeia pela simpatia e amabilidade com que me receberam nas suas casas.

A todos os meus amigos que, de uma forma ou de outra, me incentivaram e ajudaram na concretização deste trabalho, muito obrigada.



## RESUMO

O êxodo rural dos anos 20 e 30 do século XIX foi um dos fatores que mais contribuiu para a construção de habitação clandestina e precária nas cidades. Este fenómeno deu origem a enormes bairros de lata e casas sem condições que alojavam famílias economicamente desfavorecidas.

Urgia a necessidade de construir habitação digna para estas pessoas como forma de solucionar a insalubridade e sobrelotação das casas em que viviam.

Apesar de algumas tentativas no início da República, é essencialmente durante o Estado Novo (1933-1974), mais concretamente com o programa das casas económicas lançado em 1933, que se desenvolvem em Portugal os bairros sociais como uma resposta à carência de algumas famílias.

O Estado defendia o modelo da casa individual, que adotou como solução arquitetónica para vários bairros sociais. A ideia seria, de certa forma, importar o modelo de cidade-jardim. O programa de 1933 não obteve os resultados esperados e outros programas foram lançados, sempre com o mesmo objetivo. Neste sentido, surge em 1945 o Programa de Casas para Famílias Pobres. O Bairro Municipal de Viseu foi edificado no âmbito desse mesmo programa.

Quais os princípios que regiam o projeto e construção do modelo da casa individual? Estes conjuntos arquitetónicos ainda respondem às necessidades da população? Que alterações foram sofrendo até aos dias de hoje? Qual o seu valor enquanto testemunhos da arquitetura e da história? Como se deve intervir neles para que respondam à vida contemporânea? Com base no estudo e análise do Bairro Municipal de Viseu, procurou responder-se a todas estas questões e apresentar possíveis estratégias para uma reabilitação do objeto de estudo.

Palavras-chave:

Estado-Novo; Casas Económicas; Viseu; Intervenção; Património

## ABSTRACT

The rural exodus of the 1920s and 30s was one of the main factors that contributed to the construction of illegal housing in Portuguese cities. This phenomenon gave rise to blighted areas residences of poor conditions, and economically disadvantaged families.

There was a surgent need to build decent housing for these people as a way of solving their unsanitary and overcrowded housing conditions.

Despite some attempts at the beginning of the “Primeira República” it is during the “Estado Novo” (1933-1974) that the economic housing first program was launched in 1933. This ensured that social housing was to be developed in Portugal as a response to the poverty of some families.

The State defended the individual dwelling units, which was a model adopted as an architectural solution for various social neighborhoods. The idea would be to somehow import the model garden city.

The housing program did not achieve the expected results, other programs were launched with the same goal in mind. As a result in 1945 a program for lower income housing emerged called “Programa de Casas para Famílias Pobres”. The “Bairro Municipal de Viseu” was built under that program.

What were the principals governing the design and construction of the module of individual houses? Do these architectural ensembles still respond to the needs of the population? What changes have they experienced up until today? What is its value in regards to architecture and history? How could one intervene architecturally in a response to contemporary life? Based on the study and analysis of the “Bairro Municipal de Viseu”, I sought to answer these issues and present possible strategies for rehabilitation of this particular case study.

Keywords:

Estado-Novo; Economic-houses; Viseu, Intervention; Heritage

## RESUMEN

El éxodo rural durante las décadas de los años 20's y 30's del siglo XIX, fue uno de los factores que más contribuyó para la construcción de casas clandestinas y precarias en las ciudades. Este fenómeno dio origen a la construcción de grandes “Bairros de Lata”; casas deficientes que albergaban familias de escasos recursos económicos. Por lo cual existía la necesidad de construir casas dignas para estas personas, como una forma para solucionar la insalubridad y sobrepoblación en que vivían.

A pesar de las tentativas en el inicio de la “Primeira República” es durante el “Estado Novo” (1933-1974), con el programa de casas económicas lanzado en 1933, que se desarrollaron en Portugal los barrios sociales, como una respuesta a la necesidad económica de estas familias.

El gobierno defendía a la vivienda aislada que fue adoptada como solución arquitectónica para varios barrios sociales. La idea fue, en cierto modo, importar el modelo de ciudad jardín.

El programa de 1933 no obtuvo los resultados que se esperaban. En consecuencia, otros programas fueron lanzados con el mismo objetivo. En este sentido, surge en 1945 el “Programa de Casas para Familias Pobres”. El “Bairro Municipal de Viseu” fue edificado en el ámbito de ese programa.

¿Cuáles son los principios que regían el proyecto y construcción del modelo de casa individual?, ¿Estos conjuntos de habitaciones aun responden a las necesidades de la población?, ¿Qué alteraciones han sufrido hasta el día de hoy?, ¿Cuál es su valor como testigos de la arquitectura y de la historia?, ¿Cómo se debe intervenir en ellos para que respondan adecuadamente a la vida contemporánea?”. Con base en el estudio y análisis del “Bairro municipal de Viseu”, se procuró responder a todas estas cuestiones y presentar posibles estrategias para la rehabilitación del objeto de estudio.

Palabras-clave:

Estado-Novo; Casas Económicas; Viseu, Intervención; Patrimonio





## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b> .....	5
<b>Resumo</b> .....	7
<b>Siglas</b> .....	13
<b>1. Notas Introdutórias</b>	
1.1. Introdução.....	16
1.2. Objetivo.....	17
1.3. Objeto.....	18
1.4. Metodologia.....	18
1.5. Estrutura.....	19
<b>2. Enquadramento</b>	
2.1. Enquadramento Social e Político.....	23
2.2. Contextualização Urbana de Viseu.....	43
2.3. A Casa Portuguesa.....	49
<b>3. Bairro da Cadeia</b>	
3.1. Aproximação ao Bairro da Cadeia.....	63
3.2. Atribuição das casas.....	69
3.3. Desenho do conjunto residencial do Bairro da Cadeia.....	71
3.4. Caraterização das casas	
3.4.1. Análise do projeto.....	81
3.4.2. Jardins e logradouros.....	93
3.5 Polémicas e contestações.....	97
3.6 Plano 22, a Semi-Intervenção.....	101
<b>4. Património</b>	
4.1. A questão do Património.....	115
4.4. Classificação do Bairro da Cadeia.....	123
<b>5. Análise e Diagnóstico</b>	
5.1. Considerações Gerais.....	141
5.2. Principais Patologias	
5.2.1. Patologias Exteriores.....	147
5.2.2. Patologias Interiores.....	153
5.3. Principais necessidades do Bairro.....	155

<b>6.</b>	<b>Linhas de Intervenção</b>	
6.1.	Intervir em edifícios protegidos.....	161
6.2.	Linhas de Intervenção.....	167
<b>7.</b>	<b>Conclusão</b>	
7.1.	Notas conclusivas.....	193
7.2.	Conclusão.....	195
	<b>Fontes</b>	
	Bibliografia Geral.....	197
	Índice de Imagens .....	200
	<b>Anexos</b>	
	<b>1 </b>	
	Escritura Quinta da Mendonça.....	204
	Regulamento do Bairro da Cadeia.....	207
	<b>2 </b>	
	Análise patrimonial do Bairro da Cadeia (David Ferreira).....	210
	Requerimento de classificação do Bairro da Cadeia.....	214
	Arquivamento do pedido de classificação do Bairro.....	215
	Proposta do Plano Pormenor 22.....	231
	<b>3 </b>	
	Planta de Implantação do Bairro da Cadeia.....	235
	Desenhos T3.....	236
	Desenhos T2.....	240
	Desenho Conjunto 4 casas T3.....	245
	Desenho Conjunto 6 casas T2.....	247
	<b>4 </b>	
	Ficha de análise de exteriores das casas.....	250
	Ficha de análises de interiores das casas.....	251
	Tabela Síntese.....	253

## **SIGLAS**

**CMV** - Câmara Municipal de Viseu

**DGPC** - Direcção Geral do Património Cultural

**DRCN** - Direcção Regional da Cultura do Norte

**DRCC** - Direcção Regional da Cultura do Centro

**DSEGU** - Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

**IGESPAR** - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

**IHRU** - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PP22** - Plano Pormenos 22

**PDM** - Plano Director Municipal

**R.I.** - Revolução Industrial

**SIPA** - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

**UNESCO** - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization



# 1| NOTAS INTRODUTÓRIAS





“...é sobretudo na habitação que o homem deve encontrar o “seu” espaço, o ambiente criado à escala das suas necessidades e das possibilidades, quer como indivíduo quer como elemento de um grupo social.”<sup>1</sup>

## **Introdução:**

A cidade de Viseu, à semelhança do que aconteceu em outras cidades portuguesas, passou por um rápido crescimento da população citadina que teve início em meados do século XIX.

Em Viseu, as populações rurais mudavam-se para a cidade não para trabalhar no setor da indústria, mas essencialmente para exercerem cargos de função pública. Assim, rapidamente as casas do centro da cidade deixaram de ser suficientes para dar resposta à procura das famílias que deixavam os campos em busca de uma vida melhor.

Concluído em 1948, o Bairro Municipal de Viseu, também designado como Bairro da Cadeia dada a proximidade a este estabelecimento, contava com 100 habitações térreas. Projetadas e construídas com base nos princípios defendidos pelo regime ditatorial de Salazar, as casas individuais geminadas eram dirigidas às famílias mais pobres da cidade. Este Bairro, da autoria do Arquiteto e Engenheiro Travassos Valdez, é um dos poucos exemplos arquitetónicos que a cidade tem datado do Estado Novo. Para além disso, este tipo de habitação edificada no âmbito do Programa de Casas para Famílias Pobres teve especial impacto nas cidades do litoral, onde a falta de habitação era mais evidente, o que faz deste Bairro um exemplo raro.

O presente trabalho aborda o Bairro da Cadeia como exemplo das políticas das casas económicas construídas durante o Estado Novo em Portugal. Pretende analisar este conjunto e fazer um paralelismo entre o projeto original e a situação atual. Assim como diagnosticar as problemáticas e principais necessidades das casas, ou seja, reunir os elementos necessários para apresentar linhas de estratégias de intervenção que permitam a adaptação das casas do Bairro da Cadeia às novas conjunturas da vida do século XXI.

1TÁVORA, Fernando, “Da Organização Do Espaço”, Porto: FAUP Publicações, 2006, p.56

**Objeto:**

O Bairro da Cadeia em Viseu foi o primeiro bairro social edificado na cidade de Viseu e apresenta-se como objeto de estudo da presente dissertação.

Este conjunto habitacional tem na sua envolvente próxima outros bairros de caráter também social, mas de características arquitetónicas distintas das do Bairro da Cadeia, nomeadamente em relação à sua escala.

As 100 casas maioritariamente geminadas do Bairro da Cadeia, têm áreas substancialmente reduzidas e possuem sempre um pequeno jardim e logradouro adjacentes, espaços exteriores que o Estado julgava essenciais.

Dadas as pequenas áreas das casas, os moradores foram-se apropriando dos logradouros para construir pequenos anexos de apoio às habitações.

Estas construções adulteraram a imagem original do conjunto, no entanto, a imagem das casas mantém-se bastante fiel à original não tendo sofrido alterações profundas sobretudo a nível exterior.

O Bairro insere-se no atual centro urbano da cidade e tem sido, durante décadas, alvo de uma grande discussão pública.

A Câmara da cidade já teve o objetivo de demolir cerca de 90% das casas, com o intuito de construir blocos habitacionais de grande escala. É de notar que, a esmagadora maioria dos moradores se opuseram à demolição, apoiando a reabilitação das casas existentes.

Sempre se levantaram vozes contra a demolição das casas do Bairro, contudo, em 2012 das 100 casas originais, 13 foram demolidas e iniciou-se a construção de um bloco de apartamentos no lugar destas.

Apesar disso, a decisão alterou-se e atualmente a CMV pretende iniciar um projeto de requalificação para as 87 casas ainda existentes.

## **Objetivo:**

Pretende-se abordar a forma como os valores ditados pelo Estado Novo, que influenciavam a vida e comportamento dos cidadãos, se refletiram direta ou indiretamente na forma de fazer arquitetura.

Mas tenciona-se sobretudo entender e caracterizar a habitação económica edificada durante este período em Portugal. A forma como era pensada, desenhada e finalmente, construída.

Pretende-se analisar as particularidades do Bairro, compreender os seus problemas e o que representa para os habitantes e para a própria cidade de Viseu.

O objetivo é reunir informações sobre o objeto de estudo e apresentar possíveis estratégias de projeto para uma futura reabilitação.

Assim, esta dissertação propõe-se a apresentar um diagnóstico e caracterização do existente e lançar possíveis diretrizes/opções de intervenção.

## **Metodologia:**

A elaboração do presente trabalho partiu de uma recolha de dados existentes sobre o Bairro da Cadeia.

Recorreu-se à Biblioteca e Arquivo Municipais de Viseu, CMV, Habisolvis- responsável pela execução de obras e gestão de alguns empreendimentos municipais, à associação Movimento pelo Bairro, e ainda IHRU, SIPA, DRCC e DRCN.

Uma vez que, a informação sobre o conjunto habitacional é escassa, foram fundamentais as conversas com moradores do Bairro e trabalhadores da CMV, assim como com outras pessoas que de alguma forma estão ligadas ao local.

Para além disso, foi efetuado trabalho de campo. Procedeu-se a um levantamento fotográfico e foi possível fazer o levantamento rigoroso de uma casa T3 e respetivos alçados. Foram também elaboradas fichas de trabalho para caracterização exterior e interior da situação atual das casas do Bairro.



Foi ainda desenvolvida uma pesquisa relacionada com o tema das casas económicas e programas a elas associados, assim como sobre a questão da Casa Portuguesa.

### **Estrutura:**

Esta dissertação é estruturada em 7 partes.

O primeiro capítulo é uma abordagem sintética e rápida ao tema e metodologia de trabalho.

O segundo, essencialmente num registo teórico, consistirá no enquadramento histórico e social da época, numa perspetiva de aproximação ao objeto de estudo. Visa portanto, fazer uma contextualização da situação de Portugal, as políticas e valores transmitidos pelo regime que, conseqüentemente se refletiam na forma de fazer arquitetura.

Numa terceira parte, este trabalho incidirá sobre o objeto de estudo, o Bairro Municipal de Viseu. Inicialmente é feita uma pequena abordagem à história do Bairro para se perceber de que forma surgiu e como evoluiu até aos dias de hoje. Também a caracterização do conjunto e a análise do projeto serão aqui abordadas.

Abordar-se-ão ainda as várias polémicas em que o Bairro esteve envolvido, assim como a parcial intervenção do Plano Pormenor 22 de que foi alvo.

O quarto capítulo incidirá sobre a questão do Património e a intenção de elevar o Bairro a Imóvel de Interesse Municipal.

No quinto, será elaborado um diagnóstico da situação atual do Bairro, recolhendo dados que permitam avaliar de uma forma geral o estado das casas a nível exterior e interior.

No sexto capítulo são apresentadas possíveis estratégias de intervenção para a valorização e reabilitação do objeto de estudo.

As notas conclusivas encontram-se no sétimo capítulo.



## 2| ENQUADRAMENTO







1. Rua de um bairro pobre de Londres (Dudley Street).  
Gravura de Gustave Doré de 1872

## 2.1 Enquadramento Social e Político

No século XX, o papel e atuação do arquiteto na Europa foi especialmente marcante e fundamental na projeção e desenvolvimento de uma sociedade melhor e mais justa.

Como consequência da Revolução Industrial,<sup>1</sup> assistiu-se a uma deslocação maciça de populações rurais para as urbes com o objetivo de conseguirem melhores empregos e condições de vida.

Revolução Industrial

Não estando as cidades preparadas para acolher tantas famílias, muitas viram-se forçadas a viver em cenários desumanos e caóticos.

Acumulavam-se problemas de densidade, circulação, higiene e habitação nos grandes centros urbanos industrializados.

Cidades Industriais

Estas novas cidades europeias movidas pelo capitalismo, tomavam o lugar das antigas cidades tradicionais e tornaram inevitável, face às novas realidades, a necessidade de se elaborar legislação que promovesse e exigisse a higiene urbana.<sup>2</sup>

A Inglaterra, tendo sido a primeira a passar pela R.I., foi também a primeira a sentir as suas consequências e por volta de 1840 foi pioneira no que respeita à adoção de medidas legislativas nesse sentido.

Medidas Higienistas

Anos mais tarde, a 13 de Abril de 1850, é também votada uma lei em França no mesmo sentido. Aqui, destaca-se o trabalho de Haussmann em Paris que se torna determinante e é tomado como referência pela restante Europa.<sup>3</sup>

Já em Portugal, só em 1864 surge uma das primeiras leis relacionada com preocupações sanitárias.<sup>4</sup>

1 Começa na Inglaterra, em meados do século XVIII, alarga-se gradualmente a outros países da Europa e América do Norte até à segunda metade do século XIX.

2 GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p.7

3 Idem, Ibidem, p. 10

4 Idem, Ibidem, p. 10



2. Unidade de Habitação em Marselha, Le Corbusier

As duas Grandes Guerras agravaram os problemas sociais e habitacionais que a Revolução Industrial já tinha levantado.

Guerras Mundiais

O pós-guerra europeu foi uma época de (re)construção. Projetavam-se grandes avenidas e adotavam-se modelos de edificação em altura que preferiam a habitação plurifamiliar em detrimento da unifamiliar.

O modelo do edifício em bloco, a Unidade de Habitação de Le Corbusier é uma das grandes referências desse período.

No entanto, Portugal não acompanhou a modernização e desenvolvimento de outros países europeus, fechou-se sobre si mesmo, defendendo os seus valores e afirmando as suas convicções.<sup>5</sup>

Portugal

O país não teve como consequência das guerras a destruição de cidades, como tal, não era necessária a reconstrução das mesmas. Contudo, à semelhança do que aconteceu em muitas outras cidades europeias, verificou-se também em Portugal uma forte carência habitacional, fruto do surto demográfico que se verificava desde meados do século XIX e do crescimento da classe operária nas urbes.<sup>6</sup>

Surto populacional

O massivo número de migrantes que fluiu para as cidades, resultou em gente a mais e casas a menos.

“Multidões de pobre gente que vieram de boa vontade submeter-se ao maquinismo e à dominação do capital. As novas fontes de riqueza nas cidades atraíram também muitos comerciantes.(...) Todos precisava de alojamento.”<sup>7</sup>

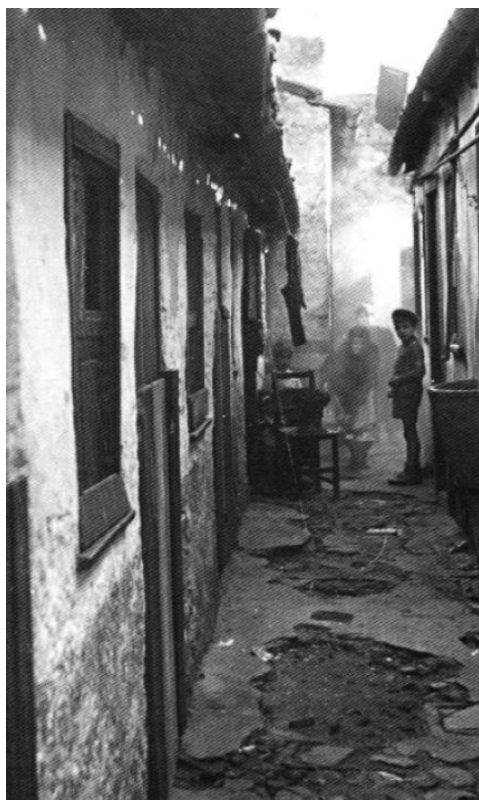
Num primeiro momento, foi a burguesia, os senhores das indústrias, quem procurou resolver esta questão social construindo as chamadas ilhas para os seus trabalhadores.

Casas de Ilhas

5 ALMEIDA, Pedro Vieira de, “A arquitetura no Estado Novo : uma leitura crítica”, Lisboa: Livros Horizonte, 2002. P.34

6 Em 10 anos, entre 1940 e 1950, a classe operária cresceu de 5 000 para 750 000 operários. DGSU, “Boletim da direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946”, p. 23

7 DGSU, “Boletim da direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946”, p. 23



3. Falta de condições das Ilhas



4. Habitações de uma Ilha no Porto



Os logradouros das traseiras dos edifícios de habitação burguesa começaram a albergar fileiras, perpendiculares à rua, de casas com áreas exíguas ocupadas por operários. Estas casas eram acessíveis através de um corredor, por norma tinham apenas um piso e não incorporavam instalações sanitárias, sendo estas exteriores e de uso coletivo.

Com esta solução de urgência crescia então, a construção arbitrária pelas cidades que, estavam cada vez mais sobrecarregadas de casas construídas de forma clandestina, enormes bairros de lata, onde se residia em condições deletérias, sem qualquer higiene. Solução de Urgência

Era imprescindível construir habitação digna e economicamente acessível para a classe do proletariado, para se acabar com as míseras condições e ambientes insalubres em que viviam.

Para que tal se concretizasse com sucesso a primeira condição era inevitavelmente que a habitação fosse de baixo custo. Porém, essa condição não agradava aos privados que viam este tipo de negócio como investimentos sem retorno e defendiam que, “todas as condições de vida são avaliadas em função do lucro, e tudo aquilo que não dê dinheiro é idiota, irrealizável, utópico.”<sup>8</sup> Casas de baixo custo

Desde a Primeira Guerra que os privados tinham cada vez menos interesse neste tipo de construção, porque as casas não produziam os lucros desejados.<sup>9</sup> Como tal, estes investimentos não tinham grande poder atrativo para o mercado, assim competia ao Estado encarregar-se dessa tarefa.

Em 1928, dois anos após o Golpe de Estado de 28 de Maio, tinha sido já promulgada uma lei que incitava a construção de casas económicas por parte de entidades privadas para albergar estas populações desfavorecidas.

8 ENGELS, apud GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982

9 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 75



5. Bairro do Arco de Cego, Lisboa

Exigências

A lei previa uma série de isenções fiscais, mas em contrapartida as casas teriam de responder a certas características. Exigia-se que as edificações fossem executadas em pedra e cal, tijolo, adobe, cimento ou cimento armado, teriam ainda de apresentar boas condições de solidez, conservação, isolamento, impermeabilidade, higiene e conforto, incluindo, se possível, a resistência sísmica. Tudo isto, não ultrapassando os 350\$00 por m<sup>2</sup> coberto.<sup>10</sup>

As tantas exigências aliadas aos poucos incentivos levaram ao fracasso do plano do Regime em promover estas construções.

As tentativas de incentivo à construção privada de casas para pessoas de baixos rendimentos mostraram-se ineficientes para resolver a questão da habitação, não só pela fraca adesão de investidores privados, mas também pela dimensão que o problema atingiu.

Tornou-se verdadeiramente evidente a necessidade de uma participação mais ativa por parte do Estado na solução do problema, já que os privados não tinham condições de o fazer.

É importante salientar que apesar dos esforços da Primeira República no combate à precariedade na habitação, os bairros sociais só começaram realmente a desenvolver-se em Portugal no regime seguinte. Ao contrário do que já acontecia por exemplo, na Alemanha onde já se tinha iniciado a construção social antes da Segunda Grande Guerra.<sup>11</sup>

Bairro Arco do Cego

Em Portugal, o primeiro bairro social de iniciativa pública, o Bairro do Arco do Cego em Lisboa, foi concluído apenas em 1935.<sup>12</sup> Mas já em 1899, depois das muitas mortes de trabalhadores devidas à epidemia de peste bubónica que devastou a cidade do Porto, surgiu a ideia de construir um bairro operário,<sup>13</sup> para os trabalhadores da cidade que viviam em casas sem quaisquer condições.

Peste Bubónica

10 GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982

11 Idem, Ibidem. p. 29

12 O Bairro do Arco do Cego foi iniciado em 1918, mas apenas terminado 17 anos depois.

13 Idem, Ibidem



6. “Salazar Salvador da Pátria.”  
Postal da época

Assim, por iniciativa do jornal “O comércio do Porto” com o apoio da Municipalidade é aberta uma subscrição pública e são construídos três bairros na cidade; o Bairro de Lordelo (1901), o Bairro de Monte Pedral (1904) e o Bairro do Bonfim (1904).

Com a institucionalização do Estado Novo, dirigido por Alberto Salazar, a habitação social volta a ser uma das grandes preocupações deste Regime Totalitário, que inclusive cria uma Direcção Geral com o intuito de impulsionar, mais uma vez, a intervenção dos privados na construção de habitação social, embora isso não vá acontecer.<sup>14</sup>

Direcção Geral

Segundo José Mattoso, o forte crescimento populacional a que se vinha a assistir no país conheceu uma quebra na década de 10, mas volta a intensificar-se na década de 30.<sup>15</sup>

Portugal era então um país pobre, com uma economia atrasada, onde o crescimento populacional quase descontrolado era considerado o “problema daquele tempo”, de acordo com Rafael Duque, o Ministro da economia da época.<sup>16</sup>

Os campos outrora trabalhados pelas camadas de classe baixa, que tinham na agricultura a sua única fonte de rendimento, já não ofereciam condições suficientes para a subsistência das tantas famílias que deles viviam.

Abandono do campo

De acordo com Fernando Rosas,<sup>17</sup> no início da década, em 1931, cerca de 40% da população desempregada pertencia ao mundo da agricultura. Por esse mesmo motivo, e aliciadas pela indústria, que crescia nas cidades a

14 FIGUEIREDO, Ricardo “Do Porto e não só”, <http://doportoenaoso.blogspot.pt/>

15 A quebra demográfica da década de 10 ficou a dever-se a um conjunto de fatores; o surto emigratório, as epidemias mortíferas e a primeira guerra mundial. Já nos anos 30, a população aumentou cerca de 1,32% ao ano, a mais elevada taxa do século XX e das mais altas da Europa até à 2ª Guerra Mundial, salienta-se que a população era maioritariamente rural. MATTOSO, José “História de Portugal”. Vol.7, Lisboa: Ed. Estampa, p.22

16 Apud MATTOSO, José “História de Portugal”. Vol.7, Lisboa: Ed. Estampa, p.23

17 Apud BAPTISTA, Luís Vicente, “Cidade e Habitação Social. O estado Novo e o Programa das casas económicas em Lisboa.”, Oeiras: Celta editoras, 1999



7. Cartaz de apelo à Nova Constituição

ritmo lento, muitas famílias trocaram o campo pela vida citadina à procura de um emprego e melhores condições de vida.

Contudo, fatores como a pouca instrução escolar e a praticamente nula especialização profissional colocavam estas populações numa situação de fragilidade e carência social e económica.<sup>18</sup>

A Nova Constituição Portuguesa aprovada no mesmo ano em que se implantou o Estado Novo em Portugal, 1933, elege a família e a propriedade como fatores de conservação da “ordem social, moral e política.”<sup>19</sup>

Constituição 1933

Estes eram valores que o Regime defendia e promovia com convicção. O acesso à habitação era considerado mais do que um direito, um fator determinante para a boa conduta social e moral. Pois “se o operário é revolucionário, à falta de habitação isso deve, em parte.”<sup>20</sup>

A casa com condições dignas era considerada essencial para evitar comportamentos socialmente condenáveis e oferecer proteção às famílias, porque a “habitação deve ter como fim principal a defesa da família – célula fundamental de toda a sociedade.”<sup>21</sup>

Daí os esforços no sentido de que a cada chefe de família pertencesse uma habitação própria.

No mesmo ano da Constituição é lançado o Programa de Casas Económicas que, através do decreto-lei nº 23:052 de 23 de Setembro de 1933,<sup>22</sup> previa uma ação mais ativa por parte do Estado na construção de casas económicas.

Programa das Casas Económicas

18 BAPTISTA, Luís Vicente, “Cidade e Habitação Social. O estado Novo e o Programa das casas económicas em Lisboa.”, Oeiras: Celta editoras, 1999

19 SANTOS, Carlota, “Família, Espaço e Património”, Porto: CITCEM, 2011, p.506

20 LOBÃO VITAL, apud GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982, p.19

21 MOREIRA, apud GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982, p.19

22 Artigo 1º do decreto-lei nº 23 052, de 23 de Setembro de 1933 determina que “É o Governo autorizado a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos.”

### Características do programa das casas económicas\*

[QUADRO Nº 3]

Ano de início	1933
Finalidade	“Solução do problema da habitação das classes trabalhadoras”.
Competência municipal	Aquisição de terrenos. Urbanização de terrenos. Co-financiamento em parceria com o Estado.
Competência do Estado	Elaboração dos projectos (por serviços ou por encomenda). Co-financiamento da aquisição e urbanização dos terrenos. Co-financiamento da construção. Distribuição e gestão dos fogos (mais tarde passaram a ser as próprias organizações corporativas)
Condições de ocupação	Ocupadas no regime de renda resolúvel (com amortização em 20-25 anos) Ser membro dos sindicatos nacionais, funcionário do estado (civis e militares); estas condições sofreram alterações ao longo do tempo.
Níveis de renda (amortização e juros)	Em 1942, de 108\$00 a 389\$00 por mês em Lisboa.

\* Com base em C. N. Silva (1987)

### 8. Quadro de características do Programa das casas económicas de 1933



Foram construídos 2718 fogos no âmbito do Programa de 1933 durante os primeiros 7 anos do Regime. Desse período destaca-se o Bairro Salazar, também designado como Bairro do Alvito em Lisboa, projetado pelo Arquiteto Paulino Montez, e construído em 1936. Este bairro foi inaugurado pelo seu homónimo e foi utilizado como forma de propaganda do regime na “sua fase de afirmação como um regime moderno.”<sup>23</sup>

Bairro Salazar

Pode dizer-se que, de certa forma, há no discurso e intenções deste Regime alguma controvérsia. Ana Bela Nunes e J. M. Brandão de Brito salientam, relativamente às políticas económicas do Estado Novo, que os primeiros 20 anos do regime foram marcados pela “preocupação de moderação com o objetivo de preservar equilíbrios difíceis tanto a nível teórico (liberalismo versus intervencionismo...) como a nível prático-ideológico (agricultura versus indústria; produção versus comércio, capital versus trabalho, organização versus liberdade, interesse nacional versus interesse privado; progresso técnico versus ordem moral)[e pelo] impacte de duas conjunturas económicas internacionais, a crise de 1929 e a consequente depressão e a Segunda Guerra Mundial.”<sup>24</sup> Segundo Luís Vicente Baptista,<sup>25</sup> a política das casas económicas “contém ideologicamente os ingredientes do discurso dominante da moral virtuosa da antiga vida dos campos portugueses”. A adoção do modelo das casas unifamiliares baseadas no modelo inglês de cidade-jardim, ao contrário do que se fazia por esta altura na restante Europa, não é uma opção desinteressada.

Intenções  
Controvérsias

A casa individual evitaria “a promiscuidade, física e socialmente perigosa”,<sup>26</sup> afastando e reprimindo possíveis agitações sociais que podiam surgir em complexos habitacionais coletivos, onde as pessoas, inevitavelmente, se cruzavam. A ditadura Salazarista recusava os edifícios de habitação modernos,

Casa Unifamiliar

23 FIGUEIREDO, Ricardo, “Do Porto e não só”, <http://doportoenaoso.blogspot.pt/>

24 Apud BAPTISTA, Luís Vicente, “Cidade e Habitação Social. O estado Novo e o Programa das casas económicas em Lisboa.”, Oeiras: Celta editoras, 1999, p.139

25 Idem, Ibidem, p.139

26 Idem, Ibidem, p.102



9. “A lição de Salazar. Deus, Pátria, Família”



10. Jardim de uma casa do Bairro da Cadeia

por os considerar um perigo para a moralidade das famílias. Este tipo de construção facilitava o convívio e troca de ideias entre os moradores e consequentemente era mais propícia à organização de motins e revoltas contra o regime.

O modelo unifamiliar era “propício ao reforço da ordem social”<sup>27</sup> e seria ainda uma forma de manter os salários baixos, pois bastava que se acrescentasse “um pequeno jardim ao ar puro onde a família cultive os seus legumes”<sup>28</sup> garantindo assim o seu sustento alimentar.

O Bairro da Cadeia é um exemplo destas políticas. As pequenas casas, ainda que muito modestas, possuem sempre com um pequeno jardim e logradouro adjacentes onde inicialmente os moradores cultivavam.

Bairro da Cadeia

Conforme diz Marielle Gros, esta é mais uma estratégia do regime do Estado Novo que explicita bem os desígnios ideológicos da política de habitação que se estruturavam à volta de estratégias como: “defender a família enquanto instituição de base da sociedade” e “facultar o acesso à propriedade da casa como fator de conservação da ordem social existente.”<sup>29</sup>

A valorização das casas individuais ou familiares, isoladas, também aceites sob a forma de agrupamentos ou bairros, a fuga à casa coletiva, era um modo de formalizar as ideias sobre família e sociedade.

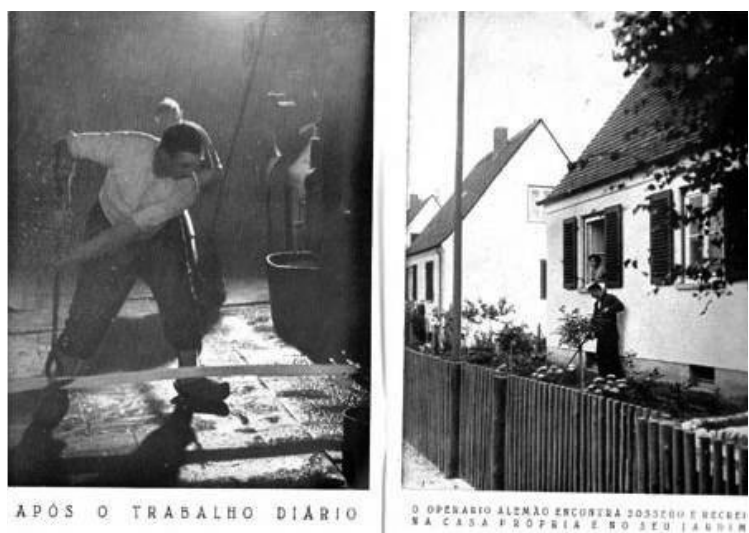
O Estado queria ensinar aos trabalhadores como viver, como se comportarem, e de certa forma, recorreu à arquitetura, mais propriamente a casa individual, para esse fim. A casa individual permitia um maior controlo sobre a população.

Para além da casa em si, salientava-se a vantagem das habitações serem dotadas de “(...)duma porção de terreno, destinado a horta e criação de aves. Isto terá a vantagem de entreter os seus ocupantes, de favorecer a sua economia

27 GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p.102

28 Idem, Ibidem, p.103

29 Idem, Ibidem, p.103



11. Propaganda apoiada nas realizações da habitação social da Alemanha Nazi

e de os subtrair às poeiras do trânsito, e ao mesmo tempo de aformosear as povoações.”<sup>30</sup>

Para Salazar, a arquitetura doméstica, a casa do “Bom Português”<sup>31</sup>, era uma necessidade social e a própria arquitetura acabava por ser um “instrumento pedagógico”, uma forma de educar o seu povo e “formar consciências.”

Bom Português

A Ditadura Salazarista tem então “um objetivo central de afirmação face ao tempo que o precede: disciplinar económica e socialmente a vida nacional.”<sup>32</sup> O Estado Novo funcionava “como o meio fundamental de aferição da execução de tais objetivos e a família o “meio físico” da sua prossecução.”<sup>33</sup> Promovia-se a autarcia política e social, a base de tudo era a família. Para que a família fosse saudável moral e fisicamente, tinha necessariamente que ter acesso à habitação digna, que o Estado tentava proporcionar através da promoção de construção de casas económicas.

Apesar dos esforços, o Programa de 1933 não se mostrou capaz de resolver o problema. O preço final das habitações era quase sempre inabarcável para as famílias que realmente precisavam delas, o que acabou por conduzir ao descrédito e consequente falhanço do programa. Estas pessoas continuavam, portanto, a procurar casas clandestinas e sem condições para viver. Outros programas foram lançados sempre na expectativa de resolver o drama da debilitação da habitação operária. Salienta-se que estas casas seriam casas de renda resolúvel, ao fim de 20 anos os inquilinos passariam a ser proprietários das mesmas.<sup>34</sup>

Falhanço do  
Programa de 1933

30 AZEVEDO apud GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p.103

31 Designação do português que obedece e vive segundo o que o regime impunha, utilizada em ALMEIDA, Pedro Vieira de, “A arquitetura no Estado Novo : uma leitura crítica.” Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

32 BAPTISTA, Luís Vicente, “Casa, família, ideologia: a emergência da política de “moradias unifamiliares” em Portugal nos anos 30. Revista-Ler história, 34 /1998) p.146

33 Idem, Ibidem, p. 146

34 No preâmbulo do decreto-lei nº 28:912 de 12 de Agosto de 1938 pode ler-se: “Diz-se moradias próprias- não fica mal recordá-lo- porque as casas económicas se tornam propriedade dos moradores-adquirentes ao fim de vinte anos.”



12. Habitação e Bairros Sociais



Anos mais tarde, em 1945, o Estado lança mais um programa, o Programa de Casas para Famílias Pobres, que teve uma aplicação quase exclusiva na capital.<sup>35</sup>

Programa de Casas para  
Famílias Pobres

O decreto-lei 34:486 de 6 de Abril de 1945, admitia que o conjunto de condições, quer financeiras quer sociais, exigidas para o acesso às casas económicas de 1933, excluía muitos dos candidatos. O mesmo decreto reitera, no entanto, a intenção de que cada chefe de família deveria ser proprietário da sua casa e “para este objetivo não deixará de se caminhar.”<sup>36</sup>

Para estas famílias profundamente carenciadas, o Estado propunha agora a construção de 5000 casas para pobres num período de 5 anos.<sup>37</sup> Estas casas deveriam ter rendas muito reduzidas para que fossem soluções reais para os casos de pobreza mais urgentes.

O Bairro Municipal de Viseu, comumente designado de “Bairro da Cadeia”, insere-se neste grupo de casas para famílias pobres. Concluído em 1948 o Bairro era dirigido a uma camada da população muito desfavorecida da cidade.

Os projetos das casas para pobres eram submetidos à aprovação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, por intermédio da Direção Geral dos Serviços de Urbanização. A ocupação destas habitações era concedida a título precário, dando-se preferência a “famílias pobres desalojadas por efeito de demolições relacionadas com trabalhos de urbanização ou outros de interesse

35 Cerca de 81% da intervenção pública na promoção direta de habitação social concentrou-se nas cidades do Porto, Lisboa e Coimbra, sendo que mais de metade se situava a capital. SILVA, Carlos Nunes, “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”.

36 Preâmbulo do decreto lei 34:486, 6 de Abril de 1945.

37 “O Governo promoverá, no prazo de 5 anos, por intermédio dos corpos administrativos e Misericórdias, a construção de 5000 casas destinadas ao alojamento de famílias pobres nos centros populacionais do continente e das ilhas adjacentes.” Artigo 1.º do Decreto lei 34:486, 6 de Abril de 1945.





13. Viseu

público”<sup>38</sup> tinha-se em conta a necessidade das mesmas e ainda eram considerados o comportamento moral e civil dos candidatos.

A conservação e limpeza periódicas das casas eram da competência das entidades proprietárias, ficando estas isentas de taxas ou imposições administrativas ou fiscais. Salienta-se ainda que estas casas eram construídas com materiais e mão-de-obra portugueses.

Salazar sonhava com uma “arquitetura do regime”,<sup>39</sup> embora como afirma Pedro Almeida<sup>40</sup>, ela nunca tenha de facto existido.

Arquitetura do  
Regime

Muitos dos bairros de cariz social construídos sob a alçada do Chefe de Estado assemelhavam-se, em certa medida, às cidades-jardim que promoviam a integração do campo na cidade através da moradia isolada, conforme se verá mais à frente.

Apesar de terem sido construídas “miniaturas” de cidade-jardim, rapidamente se percebe que realidade económica do país e das pessoas não comportava o sonho das “casinhas” unifamiliares que acabaram por ser substituídas por habitação coletiva à semelhança do que já se fazia em muitos países da Europa.

## 2.2 Contextualização Urbana de Viseu

“Quem se aproxima de Viseu, fica impressionado pelo perfil monumental da cidade velha situada no topo da colina.”<sup>41</sup>

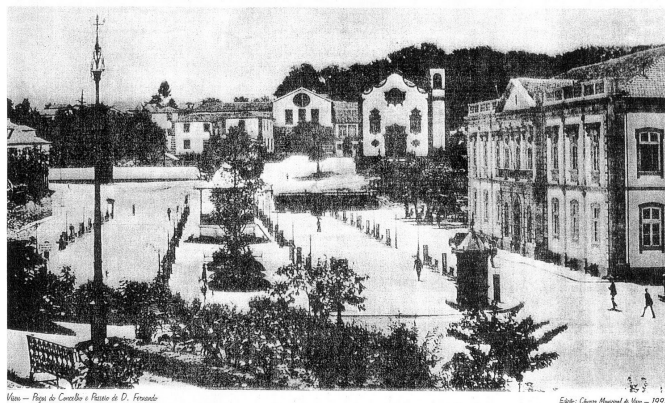
Cidade de Viseu

38 “Na atribuição das casas serão sempre preferidas as famílias pobres desalojadas por efeito de demolições relacionadas com trabalhos de urbanização ou outros de interesse público.” Artigo 2.º, §2º, do Decreto lei 34:486 de 6 de Abril de 1945

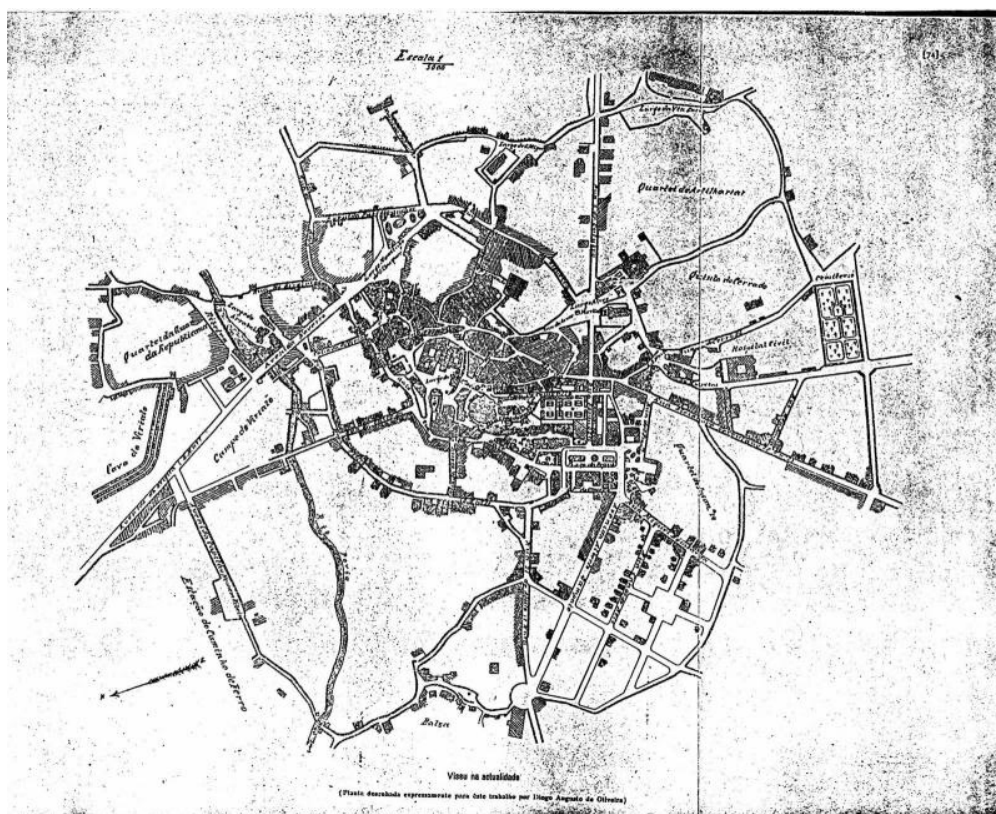
39 Definição utilizada em ALMEIDA, Pedro Vieira de, “A arquitetura no Estado Novo: uma leitura crítica”, Lisboa: Livros Horizonte, 2002

40 Idem, Ibidem

41 DOMINGUES, Álvaro; PORTAS, Nuno; JORGE, Filipe, “Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal : 30 años de transformación urbana en Portugal.” Lisboa: Argumentum, 2006 p.232



14. Praça da República no início século XX, CMV à direita.



15. Planta Viseu, 1920

A cidade de Viseu foi-se desenvolvendo até meados do século XIX sem uma estrutura planeada, mas mantendo sempre uma relação equilibrada entre o espaço rural e urbano.

Expansão de Viseu

O século XVIII foi marcado por grandes alterações no que respeita ao crescimento de Viseu para fora das muralhas. Por esta altura assistia-se também a algumas mudanças na distribuição de atividades económicas, que começam a praticar-se extra-muralhas à medida que a urbe crescia.

No século XIX a Câmara Municipal instala-se na Praça da República, espaço central da cidade e muito próximo do centro histórico e começa realmente a expansão extra-muros.<sup>42</sup>

A muralha da cidade começa a sofrer alterações e vai sendo parcialmente destruída. Em 1867, praticamente todas as portas da muralha tinham sido já demolidas.<sup>43</sup> A cidade de Viriato<sup>44</sup> foi alvo de inúmeros melhoramentos urbanos por esta altura, mas é sobretudo depois de 1875 que se tornam mais visíveis as novas zonas de expansão e se denota uma melhor organização do espaço urbano. No entanto, estes desenvolvimentos não contemplaram questões de higiene urbana, verificando-se carências em áreas como saneamento e abastecimento de água.

No início da Primeira República, continuava a expansão da cidade que se fazia num modelo de radiais e circulares<sup>45</sup> em torno do centro histórico. Assim como o crescimento da malha urbana se expande, também as questões sobre os problemas higienistas vão aumentando, tornando-se cada vez mais iminente uma intervenção nessa matéria. A Câmara Municipal discutia então a urgência de dar resposta a esse problema que afetava a cidade e zonas rurais. O vice-presidente do Município, Capitão Almeida Moreira, elaborou em 1919 um plano de melhoramento que foi aprovado a 13 de Outubro do

Plano de  
Melhoramento

42 DOMINGUES, Álvaro; PORTAS, Nuno; JORGE, Filipe, “Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal : 30 años de transformación urbana en Portugal.” Lisboa: Argumentum, 2006 p.232

43 CMV, <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=12>

44 Viseu é conhecida como a cidade de Viriato.

45 Idem, Ibidem, p. 237





16. Plano de Urbanização de 1935

mesmo ano. O documento incluía, entre outros pontos, a melhoria do abastecimento de águas e saneamentos.<sup>46</sup>

Apesar do empenho, os sistemas de higiene urbano continuaram deficitários. Como tal, o assunto persistia como uma preocupação mesmo depois do fim da Primeira República. O combate à insalubridade era cada vez mais motivo de atenção e em 1927 a Municipalidade designa mesmo que nenhuma casa dentro da área urbana poderia ser alugada sem que reunisse condições satisfatórias de sistemas de canalização.<sup>47</sup>

As décadas de 20 e 30 destacam-se pela instalação de mobiliário urbano na cidade de Viseu, criação de jardins e zonas verdes urbanas na procura de ar saudável para viver, e pela tentativa de melhorar as redes de saneamento básico.

Décadas 20 e 30

A população urbana crescia e com ela, consequentemente, o movimento urbano. No início dos anos 30, os acessos viários à cidade eram poucos e os que existiam não se encontravam em condições de responder às necessidades da altura. Era necessário o desenvolvimento de eixos viários para o escoamento de trânsito de automóveis, agora uma realidade na cidade.

Só em 1935 Viseu conheceu o seu primeiro plano de urbanização. Elaborado pelo Engenheiro António Barreiros, o Plano Geral de Urbanização de 1935 pensava a cidade como um todo e projetava o seu crescimento para sudoeste. Foi este plano que mudou realmente o urbanismo da cidade.<sup>48</sup>

Plano de  
Urbanização 1935

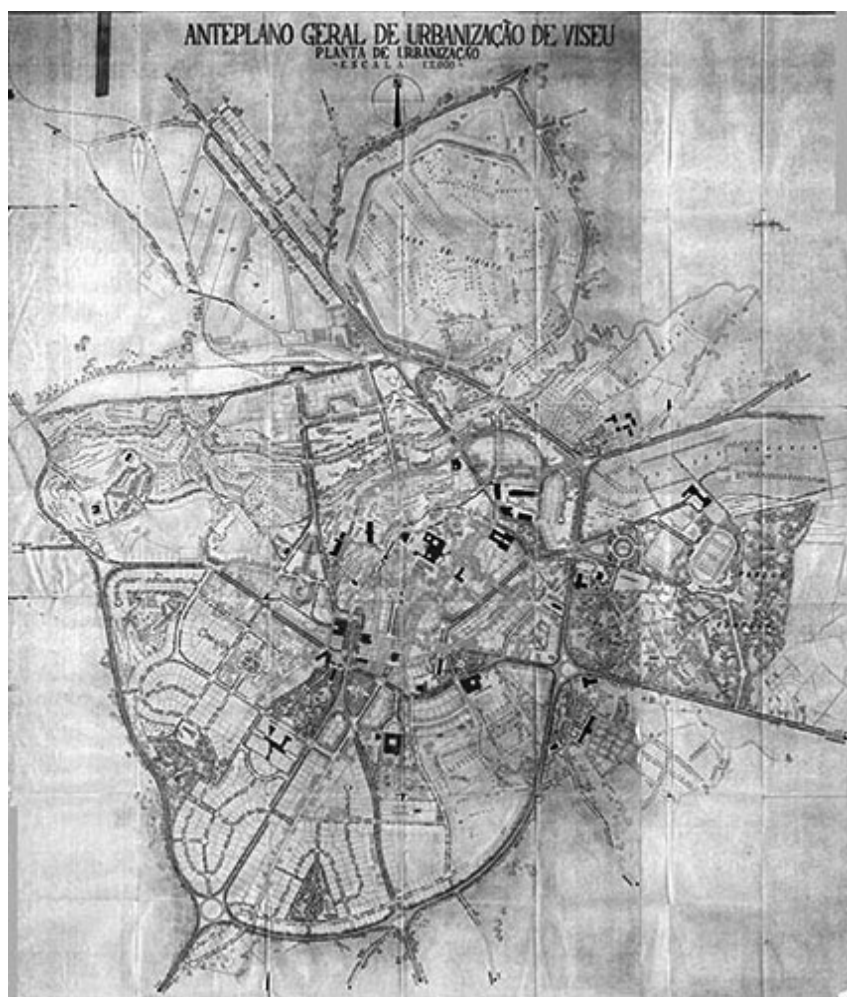
O plano previa melhorar e requalificar de vias, de equipamentos e imóveis existentes, denotava também uma grande preocupação viária. Propõe a ligação viária de aglomerados rurais e periféricos ao centro da cidade e propõe uma estrada, a Estrada da Circunvalação, com aproximadamente 12 quilómetros de perímetro, concluída só em meados da década de 90.<sup>49</sup>

46 CMV, <http://cm-viseu.pt/>

47 Idem, Ibidem

48 Idem, Ibidem

49 DOMINGUES, Álvaro; PORTAS, Nuno; JORGE, Filipe, “Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal: 30 años de transformación urbana en Portugal”, Lisboa: Argumentum, 2006, p. 239



17. Anteplano Geral de Urbanização de Viseu, 1952



Recorda-se que foi em 1948 que foi concluído o primeiro bairro social de Viseu, junto a um dos limites da Estrada da Circunvalação nasceu o Bairro da Cadeia.

Anos mais tarde, em 52, é apresentado o Antepiano Geral de Urbanização de Viseu, de João António Aguiar. O plano aborda o território numa perspectiva diferente do anterior. Consolida infraestruturas, prevê construções, e predominam nele muitos princípios de cidade-jardim.

Antepiano Geral  
Urbanização Viseu

Com o aumento da população urbana, referido acima, que tinham abandonado a terra e viviam como empregados do Estado e da indústria, segue-se uma fase de construção de bairros sociais que seguiram as teorias da Carta de Atenas.<sup>50</sup>

### 2.3 A Casa Portuguesa

“O Ar! O Sol! Eis os dois elementos de Deus que não deveriam faltar a ninguém e dos quais a nossa civilização artificial privou os habitantes das cidades. Voltarão a tê-los graças a nós. As nossas cidades virão a ser, doravante, claras e alegres.”<sup>51</sup> A arquitetura, perante marcos mundiais marcantes como a Revolução Industrial e as Grandes Guerras, assumiu um papel muito importante para a melhoria das condições de vida de uma maioria da população.

Casa Portuguesa

Era fundamental construir e criar novos espaços habitáveis condignos para quem se deparava com as consequências desses acontecimentos. Assim, a questão da casa durante as primeiras décadas do século XX, teve um especial destaque na Europa no sentido em que se converteu num tema

50 DOMINGUES, Álvaro; PORTAS, Nuno; JORGE, Filipe, “Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal: 30 años de transformación urbana en Portugal”, Lisboa: Argumentum, 2006. p.237

51 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 75



central da investigação no âmbito da arquitetura.<sup>52</sup>

As tradicionais cidades europeias deixaram de se caracterizar pelo facto de serem locais “... perfeitamente abarcáveis, homogêneos e fechados, como um lugar delimitado e autónomo...” e começaram a dar lugar à “...sociedade industrial e a um sistema capitalista avançado...”<sup>53</sup>

As novas realidades urbanas trouxeram consigo novas exigências. No Boletim da DGSU de 1945-1946 afirma-se que, no caso de Portugal, ao longo de 100 anos se foram produzindo cidades de forma arbitrária e verdadeiramente decadente. Sustenta-se ainda, que muitos tentaram encontrar e explorar teorias para o novo desenvolvimento das cidades, no sentido de recuperar condições de vida que se tinham deteriorado ou mesmo perdido com o fim da cidade tradicional.

A teoria que aparentemente terá produzido mais resultados foi a teoria da cidade-jardim do urbanista Inglês Ebenezer Howard (1850-1928).

Ebenezer Howard

A teoria resgatava o conceito da casa unifamiliar “como elemento base para a extensão da cidade moderna.”<sup>54</sup>

A cidade-jardim, propunha a fusão de campo e cidade no mesmo espaço, absorvendo as vantagens de cada um. As cidades seriam compostas por zona de habitação, com casas unifamiliares isoladas; zona de indústria e de agricultura, envolvidas por cinturas verdes e bem articuladas entre si.

O primeiro exemplar de Cidade Jardim foi construído em 1903 em Letchworth, Inglaterra.

Letchworth

Tal como propunha a teoria de Ebenezer, e como já foi referido, a política do Estado Novo incentivava a construção de casas isoladas, também aceites em pequenos agrupamentos ou bairros.

52 ARÍS, Carlos Martí, “Las Formas de la Residência en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras”, Barcelona: Ed. UPC, 2000, p. 13. Tradução livre da autora.

53 Idem, Ibidem, p. 14. Tradução livre da autora

54 Idem, Ibidem, p. 20. Tradução livre da autora



19. Cidade Jardim Letchworth, Inglaterra



20. Cidade Jardim Letchworth, Inglaterra

A salubridade era tema imperativo. As casas deviam acolher apenas uma família e serem limitadas por jardins e quintais, ainda que pequenos, para que o ar e luz natural fossem uma invasão constante nas habitações.<sup>55</sup>

No modelo de cidade-jardim, Howard propunha princípios como; parcelas com espaço livre à volta de cada habitação, habitações isoladas e de pequenas agrupações e também sublinha a importância da vegetação. Para além disso, os traçados curvilíneos e a criação de espaços semipúblicos eram regras às quais as cidades-jardim deveriam obedecer.<sup>56</sup>

Princípios da  
Cidade-Jardim

A cidade-jardim não foi verdadeiramente adotada em Portugal, porém, alguns bairros que se construíram sobretudo no Estado Novo, foram seguindo algumas das regras propostas por Ebenezer.

O Bairro Municipal de Viseu é um desses exemplos. A combinação de casas isoladas e agrupadas, todas com parcelas de espaço livre à sua volta, o desenho sinuoso das ruas e até os espaços pertencentes a cada casa que, não estando delimitados acabam por se tornar semipúblicos, em especial no caso dos logradouros, remetem para alguns princípios de cidade-jardim.

O discurso Salazarista foi marcadamente ideológico e vigorou em Portugal numa época em que a população estava profundamente enraizada com questões tradicionalistas. Especialmente a partir da terceira década do século XX, mais concretamente 1932-33, a conjuntura social portuguesa fez reaparecer o ânimo pela arte nacional, pela “Casa portuguesa”,<sup>57</sup> especialmente em obras de escala pequena e não tanto em equipamentos. Se no início do século o Estado tentou passar uma imagem de modernidade,

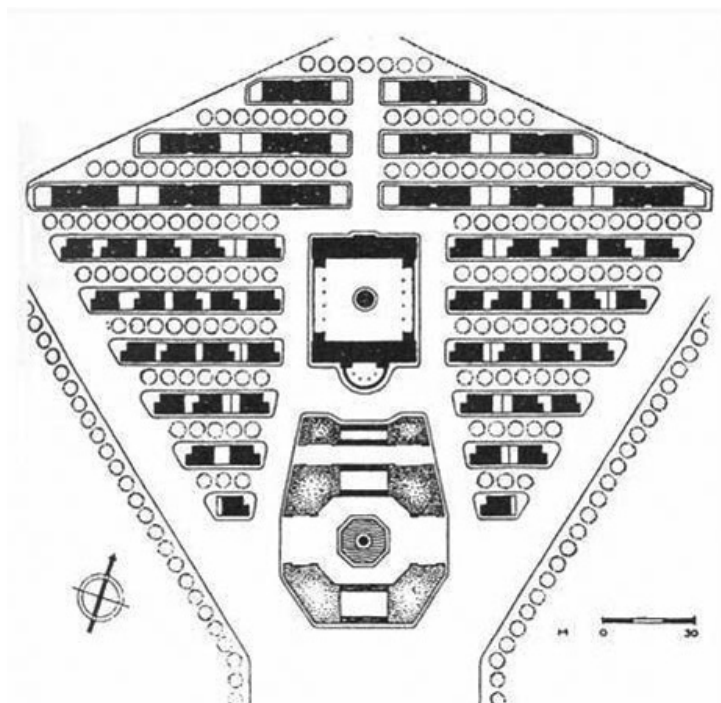
55 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”

56 ARÍS, Carlos Martí, “Las Formas de la Residência en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras”, Barcelona: Ed. UPC, 2000, p. 21. Tradução livre da autora

57 FERNANDES, José Manuel – Português Suave: arquiteturas do Estado Novo. Lisboa: IPPAR, 2003



21. Bairro Salazar, Lisboa



22. Planta do Bairro Salazar, Lisboa

como fez com o Bairro Salazar utilizado para projetar a imagem de um regime moderno ainda que, como já foi possível verificar, esse discurso seja contraditório, numa segunda fase essas intenções alteram-se. Como afirma José Manuel Fernandes, há uma regressão até no que respeita ao plano estético da arquitetura.

No entanto, na década de 40 aceitavam-se estruturas internas em betão, um material da modernidade mas, este é “escondido”. Mais uma vez se demonstra, aqui através da construção, a contradição constante que se vivia nesta época. Apesar do betão ser aceite, as frequentes “fachadas modernistas, de volumetria ousada, com desenho abstrato e radical”<sup>58</sup> deixam de aparecer.

O regime de Salazar procurava um estilo “genuinamente português” que, fosse carregado de valores tradicionais e que enaltecasse o que era nacional. Os beirais, os arcos, os canteiros, entre outros, são elementos aos quais se regressa na procura por esta “arquitetura do Estado Novo”.<sup>59</sup> Uma arquitetura que estava de acordo com os princípios e valores do Regime Totalitário, que prezava de forma convicta a família e a propriedade.

A casa devia refletir na sua arquitetura elementos nacionais de cariz tradicional e transmitir assim os princípios tão enaltecidos pelo Regime. Assim como a casa, também as famílias deviam viver sobre essas mesmas convicções, ligadas à terra, à família e à tradição.

Valores tradicionais

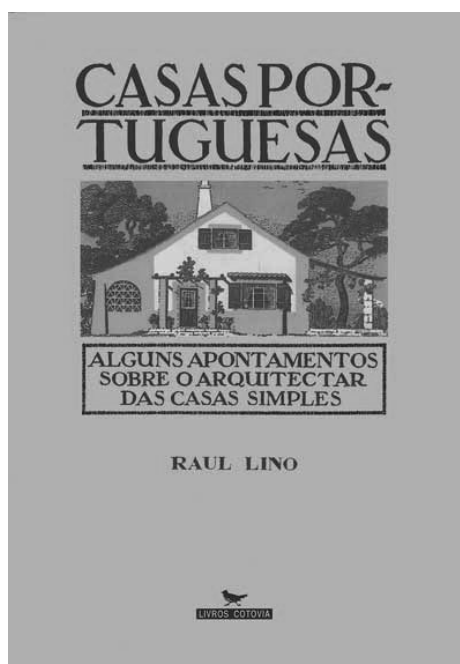
Rapidamente as famílias de classes média e a burguesia se renderam à tendência da arquitetura tradicional, as casas unifamiliares de subúrbio, e as geminadas de bairros sociais surgiam então cada vez mais com uma imagem semelhante à dita casa do “Bom Português”.

Bom Português

58 FERNANDES, José Manuel, “Português Suave: arquiteturas do Estado Novo”, Lisboa: IPPAR, 2003, p.28

59 Idem, Ibidem





23. Livro “Casas Portuguesas”, Raul Lino



24. “Mulher Portuguesa”

Apesar desta arquitetura tão defendida pelo Regime, Raul Lino, Arquiteto Raul Lino provavelmente o arquiteto português mais requisitado pelas elites portuguesas por essa altura, alertava que alguns dos princípios da casa portuguesa eram “antimodernistas e conservadores.”<sup>60</sup>

Como já foi possível verificar, o Estado Novo assumiu deliberadamente um caminho contrário, ou pelo menos fechado, ao progresso e modernidade. O modelo de casa unifamiliar aspirava uma arquitetura nacional, o “estilo tradicional”, mas também procurava proporcionar conforto e melhores condições de habitabilidade às populações que sobrelotavam as cidades industriais.

Para que o objetivo fosse atingido, o espaço exterior era um elemento de importância suprema porque, para além de permitir a boa circulação de ar e luz nas habitações e oferecer espaço e ar puro para as famílias, era uma forma de elas próprias tirarem algum proveito da terra. O que permitiria aos patrões pagar também salários mais baixos.

Mais uma vez, até os “pedaços de terra” eram uma forma de conduzir a vida dos portugueses. A mulher, ficando em casa como doméstica, podia cultivar vegetais e árvores de fruto. Mesmo o chefe de família, quando chegasse do trabalho, “em vez de ir gastar dinheiro num café, numa taberna ou num outro lugar qualquer onde os homens procuram distrações, voltará muito contente à sua casa para poder trabalhar um pouco no jardim”.<sup>61</sup>

Pedaços de Terra

O modesto quintal, crucial nas casas operárias, deveria ter área suficiente para permitir aos moradores a prática de agricultura para autossustento. Nas casas das famílias mais abastadas, o quintal seria também indispensável. Neste caso, e uma vez que as casas tinha áreas muito superiores às dos operários, o quintal permitia a entrada de ar e luz.<sup>62</sup>

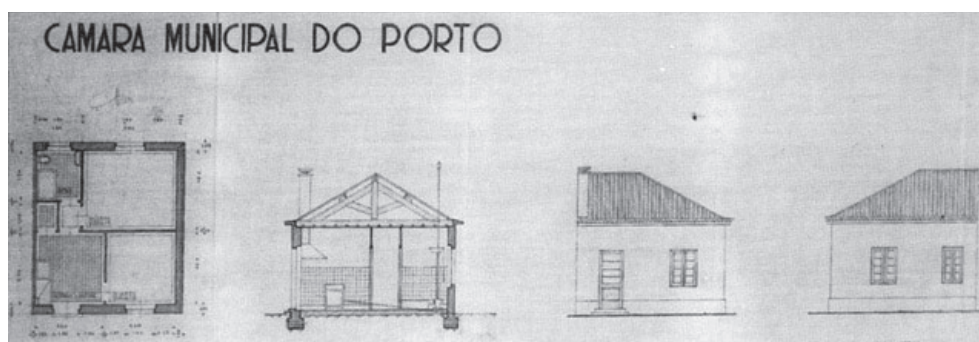
60 FERNANDES, José Manuel, “Português Suave: arquiteturas do Estado Novo”, Lisboa: IPPAR, 2003

61 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 39

62 Idem, Ibidem, p.54



25. Apelo à agricultura doméstica



26. Projeto tipo de Casas Económicas no Porto

A questão da ligação do povo português à terra teve nesta época um grande destaque. Na década de 40 organiza-se até um concurso para eleger a “Aldeia mais portuguesa de Portugal”, que indiferente ao progresso, pretende enaltecer a arquitetura rural.

Aldeia mais  
portuguesa de  
Portugal

Convém não esquecer que o Salazarismo primava pela ignorância do povo, desprezando a evolução, a todos os níveis, que se vivia além fronteiras.

Retomando o tema da casa portuguesa, por essa altura o custo de mão-de-obra era bastante baixo e investia-se no “desenho” e pormenores, detalhes das fachadas das casas, as cantarias detalhadamente trabalhadas e os beiras cuidados. Obviamente, é mais comum encontrar este tipo de preocupação em casas dirigidas às classes mais altas do que propriamente nas dirigidas a pessoas economicamente desfavorecidas. De qualquer forma, e de acordo com Raul Lino, era possível “imprimir personalidade” às moradias mais pobres, bastava um “motivo ornamental bem aplicado.”<sup>63</sup>

Apesar de construída para camadas desfavorecidas, a casa económica, segundo Raul Lino defendia, não era automaticamente sinónimo de baixo custo ou falta de cuidados no projeto. O que se esperava era que este tipo de habitação fosse muito bem aproveitada, quer a nível de espaços quer de materiais.<sup>64</sup>

Casa Saudável

Era imperativo que cada família tivesse uma “casa saudável”, que lhe permitisse viver com boas condições de higiene, iluminação, arejamento e comodidade, ainda que em muitos casos as áreas internas das casas fossem mínimas.

Por isso, para além do desenho e elementos arquitetónicos, “a água abundante e barata e o saneamento fácil e seguro”<sup>65</sup> eram primordiais para a boa vivência nas “velhas cidades.”<sup>66</sup>

63 LINO, Raul, “Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples.”, Lisboa: Livros Cotovia, 1992, p.78

64 Idem, Ibidem, p.12

65 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 11

66 Idem, Ibidem, p. 22

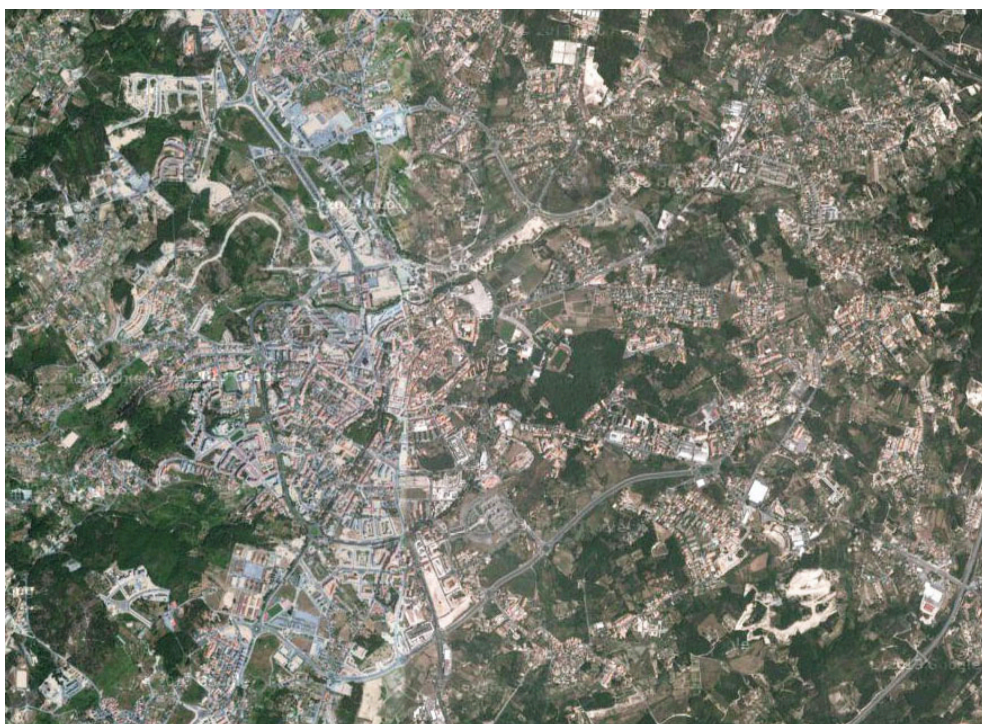




### 3| BAIRRO DA CADEIA







27. Vista aérea de Viseu



### 3.1 Aproximação ao Bairro da Cadeia

“Os factos confirmam que a casa económica portuguesa constitui um excelente instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente.”<sup>67</sup>

De uma forma geral, o elevado preço de terrenos urbanos determinou que para a construção de casas económicas se procurassem espaços periféricos às cidades. Viseu não foi exceção e para a construção do seu primeiro bairro social, Bairro Municipal de Viseu, foi adquirida parte de um terreno, que à data se situava já fora dos limites da urbe. No entanto, com o crescimento e desenvolvimento da malha urbana, este local enquadra-se agora no coração da cidade.

Em 1946, a Câmara Municipal de Viseu comprou parte da Quinta da Mendonça, também conhecida como Quinta da Balsa.<sup>68</sup> Foram adquiridas duas parcelas com as áreas de 15 524,50 m<sup>2</sup> e 13 672,50 m<sup>2</sup> “para a construção de casas para pobres.”<sup>69</sup> Localizada na freguesia de Coração de Jesus, a quinta foi então o local elegido para a implantação do Bairro Municipal de Viseu, vulgo, Bairro da Cadeia, dada a proximidade desta instituição.

Quinta da Balsa

Por essa altura, os aglomerados habitacionais concentravam-se essencialmente no centro histórico da cidade, junto à Catedral de Viseu, deixando em seu redor grandes terrenos de cultivo e quintas vazias.

Situada a aproximadamente 1 quilómetro dessa zona central, a Quinta da Mendonça era então ladeada pelo “verde dos campos e o azul do céu”,<sup>70</sup> sem grandes construções à sua volta.

Envolvente Quinta da Balsa

Toda a sua envolvente próxima era ainda desprovida de construções e acessos viários. Por essa altura havia um único acesso à Quinta da Mendonça permitido aos poucos automóveis que circulavam na cidade de Viseu.

67 Decreto lei nº 28:912 9 de Agosto 1938

68 Informação obtida na Escritura de compra de parte da Quinta da Mendonça

69 Ibidem

70 HABISOLVIS, “Bairro Municipal Olhar o Passado- Pensar o Futuro”, <http://cm-viseu.pt/habisolvis/index.php/bairro-municipal>



1| Bairro da Cadeia

2| Centro histórico

3| Estrada da Corcunvalação

28. Vista aérea de Viseu



29. Vista aérea Bairro Municipal de Viseu

Atualmente o Bairro da Cadeia é delimitado a Norte e a Poente pela Estrada da Circunvalação e pelo edifício da Cadeia, a Nascente pelo bairro social 1º de Maio<sup>71</sup> e a Sul por blocos residenciais e pela Rua Nova da Balsa.

O bairro social da Balsa,<sup>72</sup> disposto em Blocos de habitação paralelos encontra-se também junto ao da Cadeia.

Já no interior do Bairro da Cadeia, algumas vias secundárias ladeadas por estreitos passeios ponteados por algumas árvores, permitem a circulação pedonal e automóvel.

A construção deste conjunto habitacional partiu da iniciativa da Câmara Municipal de Viseu no âmbito do Programa nacional de Casas para Famílias Pobres, lançado pelo Estado Português em 1945 e foi concluído em 1948.

Construção do  
Bairro da Cadeia

Inicialmente foram edificadas 100 habitações<sup>73</sup> de apenas 1 piso, mas posteriormente terão sido construídas mais 6 casas prefabricadas, cujas áreas são ligeiramente superiores às das casas originais. Estas últimas não serão tidas em conta no presente trabalho, sendo apenas consideradas as 100 casas.

Era prática comum que estes bairros incorporassem alguns serviços de interesse geral. Muitas vezes eram construídas “escolas, centros de educação moral e social, templos, salas de reuniões e festas e recreios para crianças.”<sup>74</sup> A área prevista para esses equipamentos deveria ser de aproximadamente 10% da área total do terreno.<sup>75</sup>

71 Bairro 1º de Maio foi construído em 1969, tem 540 habitantes e é composto por 19 blocos de habitação com 196 fogos, sendo que apenas uma parte é destinada a habitação social.

72 Construído em 1968 dispõe-se em 6 blocos paralelos de 6 pisos cada um. Num total de 169 fogos de tipologia T2 e T3 e uma população de 500 pessoas

73 Embora haja uma certa confusão quanto ao número de casas inicialmente construídas, sendo que em diversas fontes consultadas esse número varia entre 100 e 120, convém esclarecer que originalmente foram construídas 100 casas, como aliás se pode verificar na primeira fotografia aérea do Bairro da Cadeia. (Imagem 33)

74 Preâmbulo do Decreto lei nº 28:912, 12 de Agosto 1938

75 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 84





30. Escola de Ensino Básico nº4 do Bairro Municipal de Viseu, 1948



31. Casa nº2 do Bairro Municipal de Viseu (T3), 1948

No caso de Viseu, o projeto do Bairro da Cadeia, para além da habitação social incluiu também a construção de uma escola primária, a Escola de Ensino Básico nº4, ainda em funcionamento. Equipamento Social

O Bairro englobava ainda uma capela,<sup>76</sup> que já não existe, e era alvo de visitas frequentes de entidades de segurança pública, que procediam a rondas policiais. Capela e Esquadra

Mais tarde a casa nº2 do Bairro, uma das únicas realmente isolada, teve como função servir a população sob a forma de posto da polícia. Posteriormente e com a expansão da cidade, o posto deixou de fazer sentido, dando o nº2 lugar à sua inicial função habitacional.

Como consequência do aumento populacional, a cidade foi forçada a desenvolver-se e adaptar-se no sentido de responder às novas realidades citadinas. Quando foi concluído o Bairro da Cadeia, o centro da cidade já não respondia positivamente às necessidades de uma parte da população, quer pelo débil estado das habitações, quer pela sobrelotação das casas derivado da carência económica e social das famílias.<sup>77</sup>

A somar ao aumento da natalidade, Viseu testemunhava também um acréscimo da população urbana, devido aos muitos camponeses que deixavam os campos.

Embora o setor da indústria em Viseu tenha tido um impacto praticamente insignificante, as famílias mudavam-se para a cidade com a perspetiva de trabalharem para o Estado, por exemplo, como polícias e carcereiros,<sup>78</sup> tal como acontecia em outras cidades do país, iam em busca de melhores condições de vida. O Bairro da Cadeia foi nova morada para algumas dessas famílias.

76 HABISOLVIS, “Bairro Municipal Olhar o Passado- Pensar o Futuro”, <http://cm-viseu.pt/habisolvis/index.php/bairro-municipal>. Acrescenta-se que não se conhece nenhuma informação adicional em relação a esta capela.

77 CMV, <http://www.cm-viseu.pt/index.php/diretorio/solidariedade/historico/papel-autar-apoio-familia>

78 Ibidem



32. Bairro Municipal de Viseu, 1948



### 3.2 Atribuição da Casas

Entenda-se agora a quem realmente eram atribuídas as habitações do primeiro bairro social da cidade de Viseu.

As 100 casas unifamiliares, de acordo com o Regulamento do Bairro, eram concedidas a título precário, com licença da Câmara, a famílias visienses “pobres e indigentes.”<sup>79</sup>

As famílias desalojadas por motivos relacionados com demolições relativas a trabalhos de Urbanização ou de interesse público, teriam prioridade no acesso às habitações.<sup>80</sup>

Para além disso, eram ainda tomados em conta, as necessidades e comportamentos morais e civis dos candidatos. Sempre de acordo com os valores transmitidos pelo Regime do Estado Novo.

Ao contrário do que aconteceu com as casas de renda resolúvel construídas ao abrigo do Programa de Casas Económicas de 1933, cujos moradores se tornariam proprietários ao fim de 20 anos, as casas do Bairro Municipal de Viseu não seguiam essa política.

Regulamento Bairro

Cedidas a título precário, as casas do Bairro, cujas rendas variavam em função do tipo de habitação e seriam pagas à Câmara Municipal de Viseu,<sup>81</sup> a quem competia a manutenção das casas, não viriam a tornar-se propriedade dos inquilinos. Os moradores teriam obrigatoriamente de manter a estrutura, desenho e características originais.

<sup>79</sup> Artigo 2.º do Regulamento do Bairro de Casas para Classes Pobres da Cidade de Viseu, 29 de Setembro de 1948. De acordo com os moradores que estão no Bairro desde a sua inauguração, as casas terão sido atribuídas no dia seguinte à sua inauguração através de um sorteio que, determinava qual o número da casa que seria concedida a cada família.

<sup>80</sup> Artigos 1.º e 2.º do Regulamento do Bairro de Casas para Classes Pobres da Cidade de Viseu, 29 de Setembro de 1948

<sup>81</sup> Artigo 4.º do Regulamento do Bairro de Casas para Classes Pobres da Cidade de Viseu, 29 de Setembro de 1948



33. Vista aérea do Bairro Municipal de Viseu, 1948

O regulamento do Bairro esclarece que, como casas arrendadas, nenhum morador estaria assim autorizado a consentir a ocupação das mesmas por pessoas exteriores ao agregado familiar e a proceder a qualquer tipo de obras que modificassem as condições das mesmas, sem previa permissão da Câmara.

Csasa Arrendadas

### 3.3 Desenho do conjunto residencial do Bairro da Cadeia

Promovidas pelo Estado Português e mais tarde também por ele financiadas a projeção e a construção de casas económicas devia, obrigatoriamente, responder a determinadas imposições.

A casa deve adaptar-se ao estilo e forma de vida de quem a ocupa e não é possível determinar ou estabelecer regras universais para a sua conceção interna,<sup>82</sup> cada família vive a casa mediante as suas necessidades. O mesmo espaço pode ser ocupado e vivido de distintas formas.

A Casa

No entanto, é possível e até desejável que se imponham algumas regras, nomeadamente para garantir que as habitações sejam dotadas de espaços salubres e condignos. Neste sentido, e depois de uma época especialmente complicada em termos de construção ou pelo menos das condições em que a mesma era feita, o Estado impunha especificidades para que o caos não se repetisse.

Regra geral, os projetos de casas económicas, eram diretamente elaborados pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ou obtidos pela mesma através de concursos. De qualquer das formas, os projetos estariam sempre sujeitos à aprovação por parte do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.<sup>83</sup>

82 LINO, Raul, “Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples.”, Lisboa: Livros Cotovia, 1992, p.16

83 Capítulo II, Artigo 12.º, §3.º do Decreto-lei nº 23:052, 23 de Setembro de 1933



34. Bairro Municipal de Viseu, 1948

É extremamente escassa a informação que existe sobre o Bairro Municipal de Viseu, nomeadamente no que respeita à sua projeção. Sabe-se apenas que arquiteto responsável do projeto terá sido o Arquiteto/Engenheiro Travassos Valdez.<sup>84</sup>

Arquiteto  
Travassos Valdez

No entanto, como já é sabido, as casas deste Bairro não tinham como fim tornar-se propriedade dos inquilinos, não eram permitidas obras e provavelmente por isso o Bairro mantém-se até aos dias de hoje com uma imagem muito aproximada à original. As grandes diferenças prendem-se com temas de caixilharias e apropriação do espaço exterior com construções de anexos rudimentares, como se verá mais à frente.

As 100 casas caracterizam-se, tal como tantas outras do mesmo género construídas sob a alçada do Salazarismo, por serem o reflexo das políticas de um Estado repressivo e obstinado pela tradição nacional.

Como já foi referido, as políticas do Estado Novo adotaram o modelo de casa unifamiliar, de preferência isolada, sendo também aceites casas geminadas e em banda. Encontram-se exemplos de ambas no Bairro da Cadeia, sendo que a grande maioria das casas são em banda. Apenas 3 das 100 casas eram isoladas, as casas nº 2, nº 53 (já demolida) e nº 56.

As casas económicas dividiam-se em várias classes de acordo e mediante a classe social dos destinatários.

As casas da classe “A” eram reservadas às famílias mais pobres e pressupunham uma organização interna em 4 a 6 divisões.

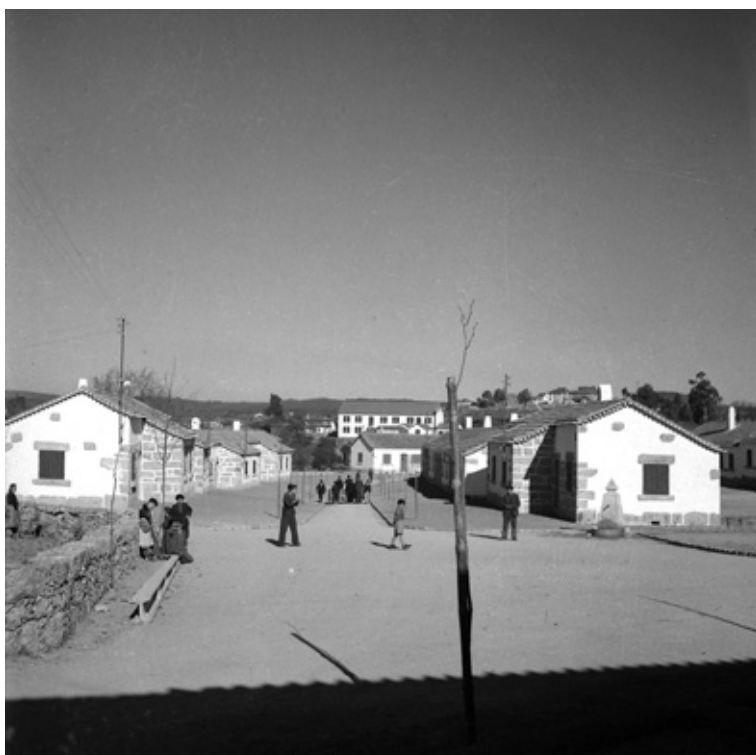
Classes  
Casas Económicas

Este é o caso das casas do Bairro em estudo, em que as casas maiores têm apenas três quartos, um quarto de banho e uma sala e cozinha que dividem um espaço comum.

<sup>84</sup> Travassos Valdez foi também responsável pelo projeto do Estádio 1 de Maio, em Braga. Relativamente aos desenhos originais do projeto, depois de contactadas as possíveis entidades responsáveis pelos mesmos, não foi encontrado qualquer registo destes.



35. Bairro Municipal de Viseu, 1948



36. Bairro Municipal de Viseu, 1948



Todas as casas deveriam ter um “amplo quintal”, lembra-se ainda que, todas as casas deveriam ser construídas servindo-se apenas de mão-de-obra nacional.<sup>85</sup>

Uma das condições base para a construção de casas unifamiliares consistia no número máximo de pisos que estas poderiam ter não podendo ultrapassar os dois incluindo já, no caso de existir, as águas furtadas.

No Bairro da Cadeia todas as casas têm apenas 1 piso.

Outra exigência do Estado prendia-se com a relação cheio/vazio, isto é, todas as casas teriam obrigatoriamente um espaço próprio exterior para além do construído.

Cheio/Vazio

Para garantir esses mesmos espaços, a superfície coberta não deveria ocupar uma área superior a 25% da área dos lotes que variariam entre os 250 m<sup>2</sup> e os 350 m<sup>2</sup>. Isto nos casos de construção operária, sendo estes valores variáveis conforme as classes das casas.

A superfície coberta que se refere incluía já zonas de serviço e acessórias, como lavandarias e garagens.<sup>86</sup>

No Bairro da cadeia não se encontram estes espaços, de qualquer forma foi possível verificar que vigora a regra dos 25%.

Em cada lote estava autorizada apenas a implantação de uma casa, contudo e por uma questão de recursos, as casas económicas poderiam ser agrupadas “sob um só telhado”.<sup>87</sup> No Bairro encontram-se até 8 casas sob a mesma cobertura, garantindo sempre a existência de um pequeno terreno para cada uma.

Já em relação ao alinhamento das casas, este não era desejável, mesmo que entre elas houvesse espaço suficiente para permitir boa luz e ar.

Alinhamentos

85 Preâmbulo do Decreto lei nº 28:912, 12 de Agosto 1938

86 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 81

87 Ibidem, p. 82



37. Rua do Bairro Municipal de Viseu, 2013



38. Ruas do Bairro Municipal de Viseu, 2013

Um obstáculo, uma árvore de grande porte, poderiam alterar a implantação da casa, obrigando-a a recuar ou avançar mais do que as outras, e tal não seria de todo um problema. “As quebras do alinhamento, as curvas da rua são sempre agradáveis à vista se os construtores souberem aproveitar aqueles acidentes.”<sup>88</sup>

Primava-se ainda pelo equilíbrio entre os dois lados das ruas e prezava-se a harmonia em relação à sua envolvente. A variação evidente de alturas entre as casas dos bairros e as casas vizinhas era de evitar.<sup>89</sup>

A circulação pedonal e automóvel dentro do Bairro da Cadeia é, de facto, orgânica e sinuosa. Quando foi adquirida a Quinta da Mendonça, não havia grandes preexistências na sua envolvente próxima, ou seja, teria sido perfeitamente possível projetar o Bairro segundo uma retícula regular rígida e geométrica, mas tal não aconteceu.

Circulação

Aliás, como se pode ler no Boletim da DGSU, as ruas dos bairros residenciais tinham como objetivo único servir os mesmos, “temos interesse em não faze-las nem direitas nem compridas, para que não convidem os condutores dos carros pelo seu aspeto, a entrar nelas: é preciso que guardem o seu carácter puramente local e sossegado.”<sup>90</sup>

Salienta-se que em média, a área dedicada às ruas destes conjuntos habitacionais representaria 10% a 20% da área total do terreno.<sup>91</sup>

A preocupação de executar uma construção saudável era constante. Para travar a precariedade e falta de condições na habitação tudo era pensado.

Assim, na construção de casas operárias, eram determinadas certas distâncias entre as casas para prevenir “males maiores”.

Regras para as Casas Económicas

As fachadas paralelas à rua deveriam estar afastadas umas das outras pelo

88 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 63

89 Segundo Raul Lino (1992), o pé direito das casas de 1 piso deveria ser de pelo menos 2.6 metros.

90 DGSU, Ibidem, p. 62

91 Idem, Ibidem, p.63



39. Bairro Municipal de Viseu, 1948  
(Casas de apenas 1 piso)



40. Alçado Tardoz de casa do Bairro Municipal de Viseu, Casa nr. 62 (T2)  
(Edifício da Cadeia Municipal ao fundo)

menos 16 metros, tal como os espaçamentos laterais paralelos à rua.

No entanto, se não houvesse janelas laterais, essa distância seria encurtada para 6 metros. No Bairro da Cadeia essas distâncias não foram cumpridas, sendo esses 16 metros encurtados por vezes para 14, tampouco se verifica o cumprimento das distâncias laterais, que são por vezes reduzidas para cerca de 7 metros, mesmo com janela lateral.

No interior dos quarteirões, entre as fachadas paralelas à rua teriam de ser respeitados pelo menos 20 metros, mais uma vez não se verifica essa distância no caso do Bairro da Cadeia.

Apesar destas regras não terem sido rigorosamente seguidas na construção do primeiro bairro social de Viseu, a boa insolação e ventilação das casas não terá sido posta em causa. As habitações térreas não têm um pé direito alto e as distâncias que guardam umas das outras é suficiente para permitir a “entrada de sol e ar.”

O recuo das casas em relação à rua deveria variar entre 4 e 20 metros, de modo a permitir um jardim frontal.<sup>92</sup> Requisito cumprido por todas as casas do Bairro.

Se por um lado estas exigências eram válidas para qualquer construção do país, outras vigoravam em detrimento da zona nacional em que se implantavam os conjuntos residenciais.

A nível de sistemas construtivos e escolha de materiais, pressupunha-se que estes variassem mediante a região do país. Tudo isto no sentido de que se deveria empregar ao máximo materiais e mão-de-obra portugueses.<sup>93</sup>

“O construtor vai buscar os materiais que são do uso na respetiva região e que muito frequentemente apresentam caracteres pelos quais a casa cons-

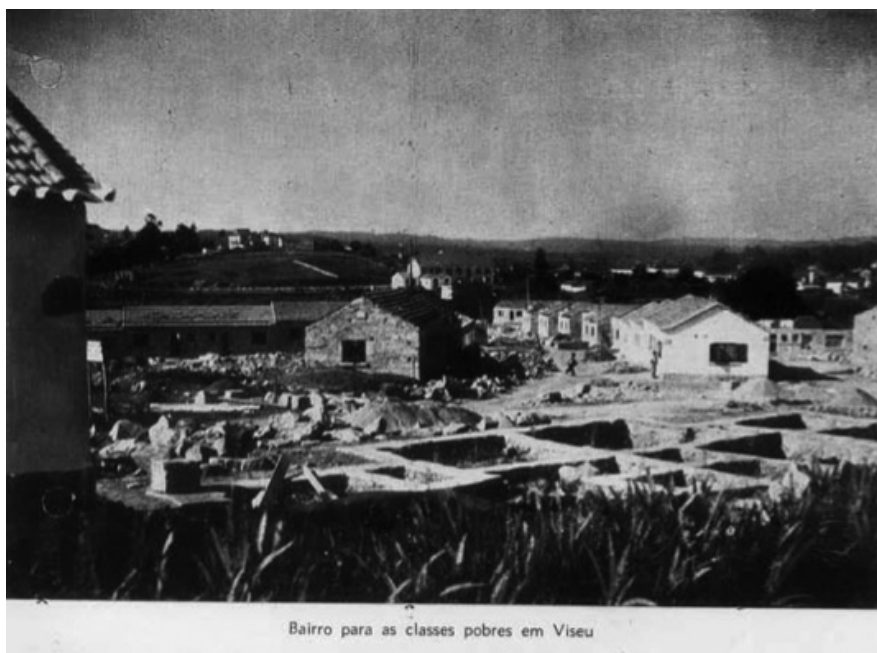
92 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 82

93 Capítulo II, Artigo 15.º, do Decreto-lei nº 23:052, 23 de Setembro de 1933





41. Bairro Municipal de Viseu, Casa nr. 26 (T2)  
(Pormenor do beirado)



42. Construção do Bairro Municipal de Viseu, 1945-1946



truída se liga à própria paisagem.”<sup>94</sup>

A ideia de que muitas vezes a escolha dos materiais certos podia substituir “lucubrações ornamentais”, dava à materialidade um papel muito importante. A pedra era vista como um desses materiais “poderosos”.<sup>95</sup>

Viseu, cidade da Beira Interior, é rica em rocha granítica. Como tal, esta não poderia faltar nas suas casas.

### 3.4.1 Análise do Projeto

Refúgio do Homem, a casa é o que o protege do mundo exterior, o seu abrigo, construtora da sua identidade e o reflexo da mesma.<sup>96</sup>

A organização do espaço doméstico coaduna-se com o estilo de vida de quem o vive. Para que a casa responda afirmativamente às necessidades de quem o habita, torna-se essencial conhecer os seus utilizadores. Quem são? O que fazem? O que esperam de uma casa?

Os ocupantes do Bairro da Cadeia eram, como já foi referido, pessoas com pouca ou nenhuma instrução escolar e rendimentos extremamente baixos. Pessoas que viviam de acordo e seguindo os valores ditados por um Estado Ditatorial, profundamente enraizadas à religião e costumes.

Pode dizer-se que as casas do Bairro da Cadeia eram dirigidas a um grupo de pessoas com os mesmos hábitos e rotinas, assim, muito provavelmente viviam o espaço de forma muito semelhante.

Divididas em duas tipologias, 50 habitações T2 e 50 habitações T3, com 34m<sup>2</sup> e 43m<sup>2</sup> de área útil respetivamente, estas casas primam pela simplicidade funcional.

94 LINO, Raul, “Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples.”, Lisboa: Livros Cotovia, 1992,

95 Idem, Ibidem, p.63

96 RAMOS, Rui Jorge Garcia, “A casa: Arquitetura e projecto doméstico na primeira metade do século XX Português”, Porto: FAUP Publicações, 2010



- Estabelecimento prisional
- Casas T3 do Bairro da Cadeia
- Casas T2 do Bairro da Cadeia
- Casas pré-fabricadas do Bairro da Cadeia
- Outras construções
- Anexos das casas do Bairro da Cadeia
- Outros anexos
- Pavimentos permeáveis
- Pavimentos Impermeáveis

0 20m

43. Planta do Bairro da Cadeia antes de Novembro de 2012

Não foram encontrados registos do início da sua construção, contudo, pode afirmar-se que terá sido entre 1945 e 1946, já que existe uma fotografia da sua construção no boletim da DGSU referente a esses anos. (Imagem 42) Sabe-se ainda que a sua inauguração data do dia 1 de Fevereiro de 1948, de acordo com os habitantes do Bairro.

Conforme já foi referido, todas as casas são de piso térreo numa volumetria simples e regular.

As fundações e as paredes exteriores foram construídas em alvenaria de pedra<sup>97</sup> e parcialmente rebocadas e pintadas de branco. No entanto, as paredes meias, segundo foi possível observar no local, são em alvenaria de tijolo vazado de 9 centímetros.

Pedra

A pedra destaca-se no embasamento, cunhais e reveste parcialmente as paredes dos alçados frontais e de tardo. Aparecem ainda pedras de forma pontual em alguns alçados, especialmente nos alçados de topo das habitações isoladas e dos conjuntos de casas.

O sistema construtivo das coberturas mantém-se conforme o original em todas as habitações. Telhado com estrutura em asnas de madeira, dividido em duas águas revestidas a telha Marselha, rematado pela cumeeira e com beiral em telha canudo.

A madeira foi o material elegido para a caixilharia. As janelas de batente são divididas entre 2 a 3 folhas com a exceção da janela do quarto de banho que é consideravelmente mais pequena e fixa.

Caixilharias

Constituídas por vidros simples divididos numa retícula, os caixilhos de madeira são pintados a branco. As ombreiras e soleiras são no mesmo material e cor.

Para o sombreamento recorreu-se a portadas em madeira pintadas de ocre, tal como as portas principal e de tardo.

Sombreamento

<sup>97</sup> IHRU, [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=24866](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24866)



44. Janela WC. Casa nr 21 (T3)



45. Vista interior da janela da sala. Casa nr 21 (T3)



46. Porta logradouro. Casa nr.13 (T2)

Relativamente ao espaço interior, apesar das exíguas áreas, as casas para pobres, como dizia Raul Lino, não seriam necessariamente sinónimo de projeto descuidado.

Partindo desse pressuposto, procurava-se ter sempre em atenção aspetos como a melhor orientação possível para todas as divisões da casa, os “quartos de dormir de preferência a leste e sul, casa de estar onde haja sol e alegria, cozinha e despensa viradas para a parte mais fresca”.<sup>98</sup>

Orientação Solar

Lino defendia que para uma casa ser realmente bem sucedida, a planta tinha de ser bem estudada, tornando-se “primordial em toda a obra construtiva”.<sup>99</sup> O que não se admitia era a falta de sol porque a falta de sol “torna as casas insalubres e tristes”.<sup>100</sup> Para além da orientação, também a disposição das divisões era crucial e deveria adaptar-se à “órbita usual” diária de cada família. Não era desejável, que por exemplo, “...o senhor que regressa a casa (...) colida com a cozinheira que vai à despensa.”<sup>101</sup>

A implantação das habitações do Bairro da Cadeia toma no entanto várias orientações, contudo uma grande parte das casas foi orientada no sentido Este-Oeste.

Segundo a DGSU todas as habitação deveriam ter uma ventilação transversal natural, o que implicaria ter janelas em lados opostos da casa a fim de garantir a circulação de ar no interior da mesma.<sup>102</sup>

Ventilação

Perante isto, todas as divisões teriam, obrigatoriamente, de estar iluminadas e ventiladas por pelo menos uma janela, diretamente aberta para o exterior e não se toleravam divisão em caves.

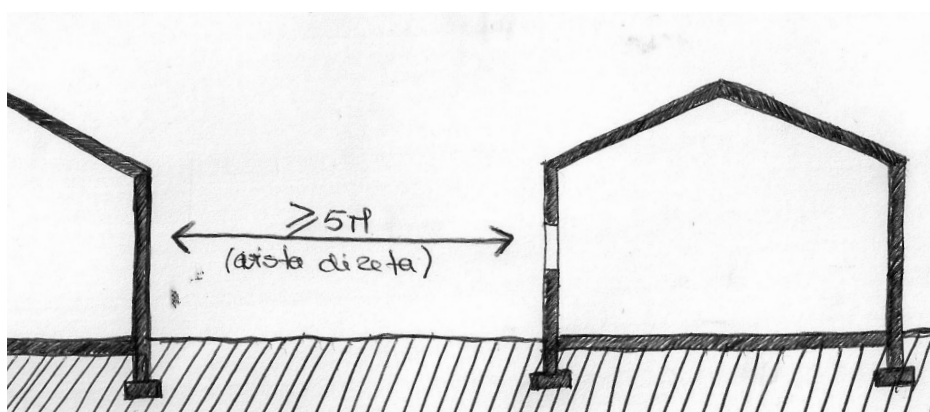
98 LINO, Raul, “Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples”, Lisboa: Livros Cotovia, 1992

99 Idem, Ibidem, p.13

100 Idem, Ibidem, p.13

101 Idem, Ibidem, p.14

102 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946”, p. 85



47. Esquema vista direta



Envidraçados

As superfícies envidraçadas de cada divisão não deveriam ser inferiores a 1/8 ou 1/10 da superfície do chão. Além disso, pressupunha-se um espaço livre de pelo menos 5 metros de profundidade, perpendicularmente à fachada, diante cada uma destas aberturas, a chamada “vista direta.”<sup>103</sup> Essa distância nunca deveria ser inferior à altura da parede (oposta à janela considerada) que a limita. A profundidade da divisão não deveria ultrapassar nem a da sua vista direta, nem duas vezes o seu próprio pé direito, as casas do Bairro de Viseu garantem estas distâncias.

Quanto a passagens, caixas de escadas, corredores, copas e retretes não eram considerados compartimentos habitáveis, como tal não se aplicavam estas regras.

Relativamente a áreas, não eram aconselháveis divisórias com áreas inferiores a 9m<sup>2</sup>, à exceção da cozinha que se aceitava com 6m<sup>2</sup>, e nunca poderia ser usada como quarto de dormir.

Plantas

Antes de se analisar as plantas das casas do Bairro da Cadeia é importante referir que existem apenas duas plantas tipo, uma relativa aos T2 e outra aos T3 e a organização interna não varia significativamente entre as duas tipologias. Salienta-se ainda que existe uma variação relativa à localização da janela de um dos quartos em algumas habitações (em ambas as tipologias).

Nos conjuntos de casas geminadas, entre 2 e 8 casas, as que se encontram nos topos têm, na sua grande maioria, a janela de um dos quartos no alçado de topo. Por isso existem alçados de topo cegos e outros com uma janela. Esta variação apenas se relaciona com a posição da janela e em nada se deve a uma variação da organização do espaço doméstico.

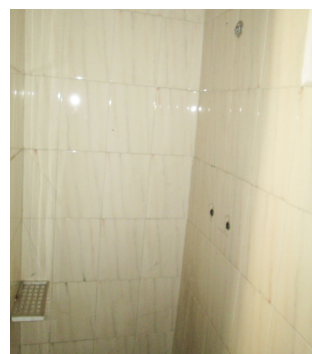
A entrada principal nas casas do Bairro é sempre feita por um *hall* de entrada com cerca de 1m<sup>2</sup>. Nas habitações de três quartos este espaço de entrada

Tipologia T3

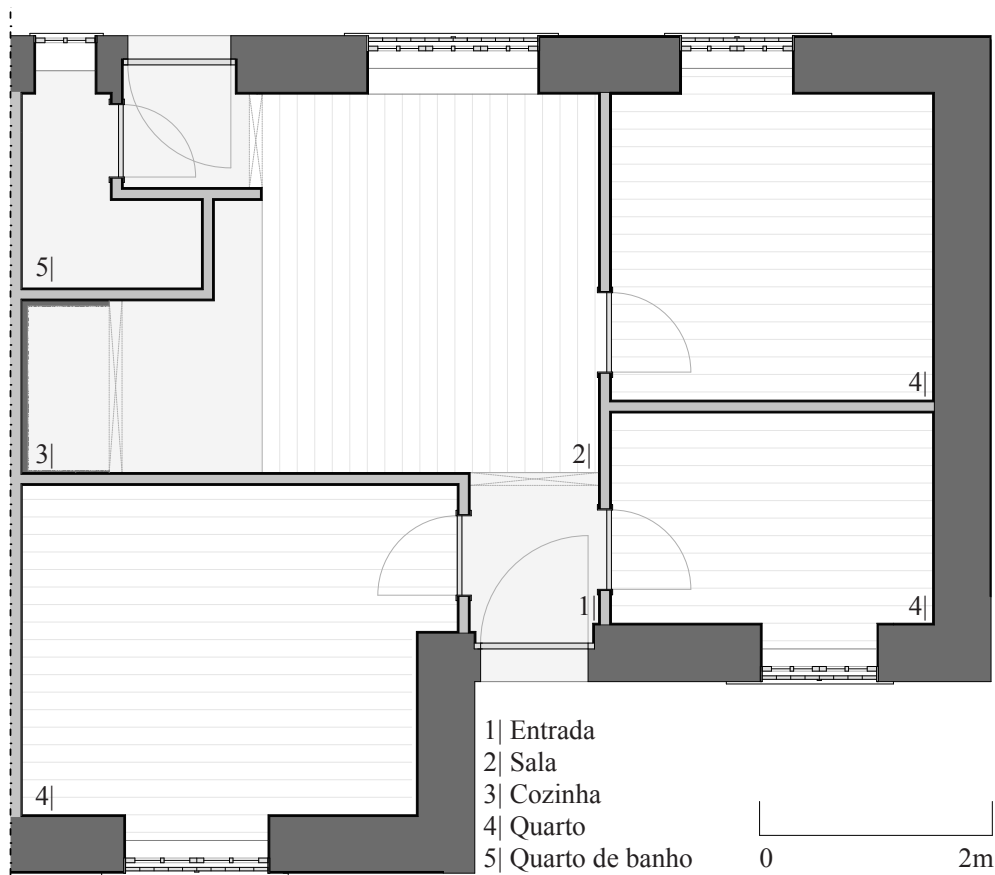
103 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 85



48. 49. Vista interior da entrada e vista da cozinha. Casa nr.21 (T3)



50. 51. 52. Acesso quarto banho. Janela e base de chuveiro. Casa nr.21 (T3)



53. Planta tipo T3 (Levantamento correspondente à casa nr. 21 elaborado pela autora)

distribui para dois deles, um do lado esquerdo e outro do lado direito, o maior com 10m<sup>2</sup> e o outro, o mais pequeno da casa, com 5m<sup>2</sup>. O terceiro quarto, com 7m<sup>2</sup>, é acessível através da sala. (Imagem 48)

Entrada

As cozinhas reduzem-se a espaços verdadeiramente pequenos. Na realidade o espaço dedicado à cozinha é limitado a um retângulo com menos de 2 metros de comprimento por cerca de 80 cm de largura. Para além disso, não são isoladas, estando abertas para a sala de 11 m<sup>2</sup>, formando assim um “open space”. (Imagem 49)

Cozinha

Segundo Raul Lino, as cozinhas eram merecedora de especial atenção. Alerta que deviam ser um compartimento isolado, para se não fossem detectáveis pelos cheiros.<sup>104</sup> Mas clarifica que este tipo de exigências seria posto em causa em conjuntos mais modestos. Verifica-se isso mesmo nas casas do Bairro da Cadeia.

Conforme se percebe a sugestão dos 9m<sup>2</sup> de área mínima para qualquer compartimento, não é cumprida nestas habitações.

Provavelmente isto prende-se com o facto de estas casas serem enquadradas num programa posterior ao do inicialmente lançado em 1933, com propósitos um pouco diferentes e executadas com recursos financeiros ainda mais escassos.

A nível de instalações sanitárias previa-se que o mínimo exigível e aceitável contemplaria; uma bacia de retrete, um lavatório e um chuveiro com instalações de águas sanitárias quente e fria.<sup>105</sup> Era muito frequente encontrar estas instalações num compartimento anexo à casa, por ser visto como um local “íngrato a permanência das pessoas.”<sup>106</sup>

Instalação Sanitária

No caso destas casas, o quarto de banho é interior e contempla todas as peças sanitárias referidas apesar da sua área extremamente reduzida.

104 LINO, Raul, “Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples.”, Lisboa: Livros Cotovia, 1992, p.26

105 DGSU, “Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, I volume, 1945-1946.”, p. 86

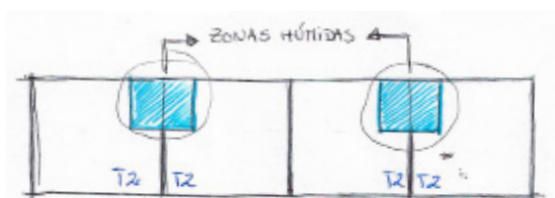
106 LINO, Raul, Ibidem, p.4



54. Vista entrada  
Casa nr.17 (T2)



55. 56. Quarto Banho. Cozinha. Casa nr.11 (T2)



57. Esquema simetria zonas húmidas



- 1| Entrada
- 2| Sala
- 3| Cozinha
- 4| Quarto
- 5| Quarto de banho

58. Planta tipo T2

Para além disso é a divisão mais distante da entrada principal da casa, apesar de estar dentro, parece que foi colocado numa posição de “não diálogo” com as restantes divisórias, ficando junto à porta traseira que liga as casas a um pequeno logradouro.

No caso das habitações T2, estas têm uma disposição de espaços ligeiramente diferente das anteriores. Entra-se por um *hall* que liga diretamente à sala que, tal como nas habitações maiores, engloba a cozinha e dá acesso a um dos quartos, o mais pequeno. Depois, um pequeno *hall* distribui para 3 espaços; o quarto maior da casa, quarto de banho e acesso ao logradouro.

Tipologia T2

Nestas casas, o problema da cozinha mantém-se. Mas as dimensões das instalações sanitárias são aceitáveis para um quarto de banho com 3 peças sanitárias; bacia de retrete, lavatório e banheira ou base de chuveiro. Há a salientar que de acordo com o que foi observado nas casas visitadas, a esmagadora maioria dos T2 possuem banheira e não base de chuveiro.

À exceção das 3 casas isoladas, todas as casas agrupadas foram inicialmente projetadas com plantas simétricas, permitindo agrupar as zonas húmidas de cozinhas e quartos de banhos das casas num só bloco, permitindo assim uma redução de recursos. (Imagem 57)

Simetria

O Estado tinha a convicção de que a imagem da casa era um incentivo ao esforço dos moradores por atingirem uma vida melhor. Assim, nestes conjuntos residenciais, as casas unifamiliares acabavam por ser uma redução do modelo da casa burguesa, obviamente, com outra escala e outros recursos.

Para além da importância da casa ser dotada de “bastante ar, luz e intimidade”<sup>107</sup> nunca se deveria descuidar o espaço exterior pertencente a cada e todas as casas. Um pequeno jardim frontal e traseiro “...porque a convivência com as flores dulcifica todos os sentimentos e a cultura da terra interessa e

107 LINO, Raul, “Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples.”, Lisboa: Livros Cotovia, 1992





59. Jardim Frontal. Casa nr.41 (T2)



60 Jardim Frontal. Casa nr.38 (T3)



vivifica na ânsia de alcançar o fruto e na paz de espírito que resulta da contemplação das suas maravilhas.”<sup>108</sup>

Como já se referiu, o espaço exterior funcionava no fundo como mais uma forma de reiterar as políticas do regime de Salazar. Era conveniente para os patrões, por assim poderem pagar menos aos trabalhadores que tiravam o “sustento da terra”. Além disso “a propriedade estabiliza o lar, garante a continuidade da família e afasta da taberna, para o que concorre a existência de terreno anexo à casa cuja cultura preenche os momentos de ócio”.<sup>109</sup>

### 3.4.2 Jardins e Logradouros

Já foi referida a importância dos espaços exteriores que se dividem em dois; o jardim frontal e o quintal no tardo.

O jardim, com uma função menos importante na sobrevivência das famílias, era a “cara” da casa. Permitia um afastamento da rua, garantindo uma maior privacidade às casas de apenas 1 piso e oferecia um espaço seguro que podia, por exemplo, ser utilizado pelas crianças para brincarem.

Jardim

Para além disso, oferecia o “ar-puro” tão aclamado pelo Estado Novo, na procura pela salubridade.

De acordo com o que já foi exposto, as terras tinham então um papel importante na subsistência das famílias residentes nestes bairros.

Para fazer face às dificuldades, os moradores do Bairro da Cadeia alugavam pequenas parcelas de terrenos das redondezas, mais propriamente do lote que mais tarde deu lugar à implantação do Bairro 1º de Maio e ao edifício das Magnólias.<sup>110</sup>

108 MOREIRA, Manuel Vicente, “Problemas da habitação: ensaios sociais”, Porto: Livraria Figueirinhas, 1950

109 GROS, Marielle Christine, “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982

110 CMV, <http://www.cm-viseu.pt/index.php/diretorio/solidariedade/historico/papel-autar-apoio-familia>



61. Logradouro

Belgas

As chamadas “belgas”<sup>111</sup> eram uma importante fonte de subsistência para estas famílias que aí mantinham, para além do cultivo de alguns alimentos, a criação de animais, tudo para consumo próprio.

Com o desenvolvimento da cidade de Viseu, as pessoas perderam as belgas, e os pequenos quintais e jardins das “casinhas” do Bairro passaram a ter uma função ainda mais importante.

Além da utilidade para uma agricultura de autossustento, os pequenos quintais passaram também a ser vistos como a solução para colmatar a falta de espaço interno das habitações. Pequenos anexos começaram então a surgir nos logradouros das habitações.

Áreas reduzidas

Em 1949, um estudo por parte da ONU <sup>112</sup> mostrava que este “mal” das áreas reduzidas estava patente em grande parte das habitações económicas de muitos países. As dimensões das casas eram determinadas em função de custos e não em função do número de habitantes e suas reais necessidades. Tal como já foi referido, as próprias recomendações da DGSU não eram sempre tidas em conta, fazendo com que as soluções para a crise de habitação fossem quase ilusórias. As casas construídas, apesar de melhores do que as que os trabalhadores ocupavam, não respondiam às necessidades dos mesmos.

Como seria previsível, as casas económicas, nomeadamente as do Bairro da Cadeia com áreas abaixo do razoável, rapidamente demonstraram as suas deficiências. Cabia então aos habitantes tentar resolver o problema, já que a entidade responsável pela manutenção do Bairro nada fazia.

As famílias iam crescendo e a maioria começou a apoderar-se dos pequenos espaços exteriores. Recorreram à construção de pequenos volumes nos logradouros na tentativa de resolver as débeis condições que as casas ofereciam.

111 As belgas eram terrenos divididos em pequenas porções para o cultivo de várias espécies agrícolas localizadas nas imediações das habitações.

112 PORTAS, Nuno, “Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitetura”, Porto: FAUP Publicações, 2004



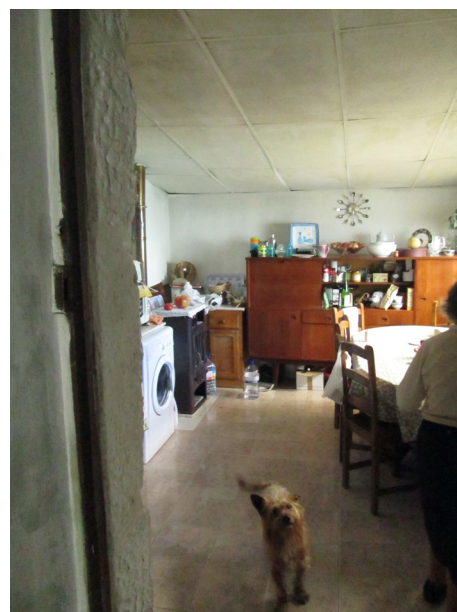
62. Vista anexo. Casa nr.13 (T2)



63. Vista anexo. Casa nr.4 (T2)



64. Interior anexo. Casa nr.17 (T2)



65. Interior anexo. Casa nr.64 (T2)

A implantação das casas que forma quarteirões de formas irregulares, faz com que casualmente o olhar para o interior dos mesmos seja impenetrável. Porém, e do que foi possível observar, uma grande parte das casas tem anexos nos seus quintais. Construções anexas

Depois de analisados de forma atenta, pode dizer-se que as construções, além de ilegais e precárias, são sob o ponto de vista da materialização, bastante idênticas, construídas de uma forma rudimentar sem grandes condições de habitabilidade. Considerando desde logo a escolha dos materiais para a execução das mesmas, madeira, pedaços de chapas onduladas e lisas, blocos de cimento e tijolo muitas vezes não rebocados são os materiais primordiais.

Destaca-se que os volumes construídos na sua grande maioria englobam apenas uma cozinha, que os moradores consideram o maior problema das casas. Em alguns casos foi possível observar que foram construídas mais divisórias nestes anexos para por exemplo servirem a função de quartos, mas a esmagadora maioria foi concretizada com o único objetivo de dar lugar a uma nova cozinha. Funções dos anexos

Regra geral, estes volumes estão “colados” às casas tendo-se acesso aos mesmos diretamente pela porta do logradouro (Imagem 65). No entanto, há casos em que estas construções foram implantadas no logradouro não estando agregadas à habitação. (Imagem 62)

### 3.5 Polêmicas e contestações

O Bairro da Cadeia foi durante muitos anos alvo de inúmeras polémicas e discussões públicas que, só no início de 2014 se viram pacificadas. Muito noticiado nos jornais da região, alguns nacionais e até num blog espanhol contestava-se a falta de condições das casas. O desinteresse da Câmara em resolver a situação e posterior intenção de o demolir, contra a vontade de muitos populares também foi alvo de duras críticas.







A primeira notícia conhecida data de 1989, quando o Bairro Municipal de Viseu “pobre em tudo”, era noticiado no jornal Comércio do Porto pelas piores razões. O artigo tecia duras críticas às condições e higiene do Bairro que, estava “mais degradado do que nunca” e para algumas pessoas viver lá era uma “violência”.<sup>113</sup>

Culpava-se para além da falta de atitude por parte da Câmara, os próprios moradores que, de certo modo, contribuíam para a “lixreira a céu aberto” em que o bairro se havia transformado. No entanto, afirma-se que o mal não era recente, mas “de há muitos anos, ao ponto de agora quase não haver por onde se lhe pegar”.<sup>114</sup>

Lixeira

O Bairro nunca respondeu adequadamente às necessidades dos moradores. Numa primeira fase, quando foram atribuídas as casas, houve de facto um impacto positivo para as famílias que se mudaram pois antes viviam em condições sub-humanas. Contudo, o tempo foi passando, e as debilidades destas construções foram-se tornando cada vez mais evidentes. E, desde há muito que o Bairro pedia uma urgente ação de intervenção.

Durante décadas os moradores tentaram, sem sucesso, que a autarquia tomasse medidas no sentido de concretizar algumas obras de melhoramento nas casas.

Falta de Medidas

Os moradores foram envelhecendo, uns faleceram, outros saíram do Bairro e as habitações, tanto as devolutas como as ocupadas, foram agravando o seu estado de deterioração.

A Câmara, como proprietária e responsável pela manutenção das casas, desresponsabilizava-se afirmando que os moradores teriam de ser compreensivos pois não era possível “fazer grandes obras com rendimentos de cento e tal escudos mensais.”<sup>115</sup> Porém, Fernando Ruas, presidente da Câmara à

113 BISPO, Rodrigues, “Bairro Municipal de Viseu é Pobre em Tudo”, *O Comércio do Porto*, 09/09/1989

114 Idem, Ibidem

115 MALTEZ, Elisabete, “Bairro Municipal vai ser equalificado”, *Jornal Diário Regional Viseu*, 27/06/2000



67. Bairro Municipal de Viseu, 1948

data, declarava que estaria em curso um concurso para um projeto de requalificação para o Bairro.<sup>116</sup>

É entretanto criada a Associação de Moradores do Bairro Municipal de Viseu, presidida pelo Arquiteto Luís Seixas, ex-morador do Bairro, com o intuito de fazer valer os direitos dos residentes e reivindicar melhores condições de habitabilidade.

Associação de  
Moradores do Bairro  
Municipal de Viseu

Várias vezes a associação se dirigiu à CMV, expondo os problemas e estado débil das casas. Numa perspetiva de conseguir uma resposta positiva para a sua requalificação lutaram para que o Bairro se abrisse à cidade e anulasse a imagem negativa e estigma que tinham sido criados ao longo dos anos.

De acordo com um inquérito realizado por esta associação em 2001, apesar do estado de degradação das casas e das poucas condições em que viviam, grande parte dos moradores, cerca de 97%<sup>117</sup> demonstraram vontade de permanecer no Bairro depois das devidas obras. Apenas os restantes 3% expressavam o desejo de abandonar o local em troca de novas habitações de carácter também social.<sup>118</sup>

### 3.6 Plano 22, a Semi-Intervenção

Tal como Fernando Ruas havia já insinuado, no final do ano 2002 surge uma proposta de reabilitação para o Bairro da Cadeia. É então concretizado, pelo Gabinete Técnico Local, o “Relatório do trimestre correspondente aos meses de Outubro a Dezembro de 2002” onde se pode ler que, segundo o PDM de 1995, a área do Bairro correspondia ao Plano de Pormenor 22 (PP22).

Plano Pormenor 22

116 MALTEZ, Elisabete, “Bairro Municipal vai ser equalificado”, *Jornal Diário Regional Viseu*, 27/06/2000

117 Por esta altura mais de metade dos ocupantes eram reformados e já muitas casas se encontravam vazias.

118 Conclusões parciais do inquérito realizado aos moradores do bairro Municipal de Viseu em finais de 2001 pela Associação de moradores



68. Espaço denominado de “Polidesportivo”

De acordo com o documento, depois de executados inquéritos<sup>119</sup> socioeconómicos foi concluído que, a generalidade dos habitantes tinha a ambição de abandonar as casas do Bairro. Tal afirmação vai precisamente no sentido oposto do que antes tinha sido concluído pela associação de moradores.

O plano sustentava que os usos da área a intervir estavam aquém das suas reais potencialidades urbanas e propunha a demolição de todos os anexos e “elementos dissonantes” das casas. Salvaguardavam-se apenas algumas casas para “memória futura”, para assim “guardar parte da história arquitetónica e urbanística da Cidade de Viseu”,<sup>120</sup> casas essas que serviriam funções que não as de habitação.

As casas do Bairro a manter seriam concedida a associações de carácter cultural, desportivo e recreativo, numa perspetiva de dinamizaria o local e proporcionar uma melhor “relação entre elementos físicos e humanos.”<sup>121</sup> Ateliers, ATL de apoio à Escola primária do Bairro e espaços de apoio, como balneários e sala de convívio ao polidesportivo<sup>122</sup> do Bairro, seriam as novas funções eleitas para as casas.

Novos Usos

A requalificação destas casas consistiria na restauração de fachadas, telhados e recriação do espaço interior para que pudessem responder às novas funções. Também, todas as infraestruturas elétricas e canalizações seriam convenientemente substituídas.

Retomando o tema das demolições, nas áreas que as casas ocupavam seriam implantados novos blocos de habitação coletiva.

Uma vez que a altura das casas do Bairro era de um piso único, os novos

119 De acordo com o que foi possível apurar esses inquéritos nunca foram públicos.

120 “Relatório do trimestre correspondente aos meses de Outubro a Dezembro de 2002. Plano Pormenor 22”

121 Ibidem

122 O polidesportivo que o Plano Pormenor 22 refere é um espaço exterior sem qualquer desenho ou infraestruturas em que os mais jovens se juntavam para algumas atividades. (Imagem 68)



■ Casas a demolir do Bairro  
■ Volumes Propostos pelo Plano 22

0 20m

69. Proposta para o Bairro da Cadeia, 2003



edifícios deveriam ter alturas intermédias entre 3 a 4 pisos de altura<sup>123</sup> para promover uma ligação volumétrica harmoniosa.

A geometria e implantação destes novos blocos seria influenciada pelo edifício da Cadeia e estes deveriam permitir alguma transparência para manter as relações visuais entre este espaço, o Bairro 1º de Maio e o futuro Parque da Aguieira.<sup>124</sup>

Estava ainda prevista a elaboração de um acesso pedonal sobre a Estrada da Circunvalação que ligasse o Bairro ao Parque Urbano da Aguieira, imediatamente contíguo.

Quanto ao espaço público, e de acordo com o PP 22, pretendia-se conservar o maior número possível de árvores e desenhar um espaço verde central, onde seria implantado equipamento de apoio ao próprio espaço que, estaria ainda a ser discutido. Previa ainda a criação de eixos visuais e pedonais, culminantes nesse espaço verde central e respetivo equipamento previsto, o que de acordo com a proposta aumentaria o interesse daquela área em desgaste social.

Um dos pontos importantes a salientar desta proposta é a criação de estacionamento, atualmente inexistente no local. Para além do estacionamento subterrâneo nos edifícios de habitação, previa-se ainda a criação de zonas específicas para estacionamento público, ainda que não se identifiquem as mesmas.

Como já era de prever, perante a impassibilidade constantemente demonstrada pela Autarquia, o tempo foi passando e nada se resolveu.<sup>125</sup>

123 O PP22 declara que para a zona do Bairro da Cadeia a cêrcea máxima recomendada é de 4 alturas e eventualmente 6.

124 Com cerca de 23 hectares, este Parque não está ainda concluído, sendo atualmente uma enorme área verde. Prevê-se que venha a ter uma série de clubes, percursos e caminhos.

125 Apesar da falta de interesse pelo Bairro, na década de 80 a CMV mandou construir barracões em madeira junto ao muro da cadeia para guardar materiais de outras obras. Mais tarde, devido à evasão de um preso, a Autarquia ordenou a demolição desses volumes, e apoderou-se de várias casas devolutas do bairro como armazéns que mantém até aos dias de hoje.



70. 71. Casas com telhas removidas. Casas nr. 69 (T3) e nr.67 (T3)



72. Maqueta do Plano 22- proposta

Os moradores limitavam-se a viver o dia-a-dia assombrados pelo fantasma das ameaças das demolições e consequente realojamento em “gaiolas”<sup>126</sup>

Em 2004 das 100 casas originais apenas 84 se encontravam ocupadas, todas elas sem qualquer intervenção. Mesmo perante queixas frequentes de infiltrações e casas infestadas de bichos devido à falta de manutenção das habitações devolutas, a Câmara não tomou qualquer atitude. Mas, apesar de todos os “contras”, a população mantinha firme o amor às casas e ao bairro e continuavam a preferir vê-lo reabilitado do que viver em apartamentos novos.<sup>127</sup>

É de salientar que as obras previstas no Plano 22 deveriam arrancar em 2004,<sup>128</sup> mas a única intervenção que se fez neste período foi, mesmo sem nenhuma casa ser demolida, a remoção de alguns telhados e soalhos de habitações devolutas.<sup>129</sup>

Remoção de telhados e pavimentos

As vozes de apoio ao Bairro cresciam e em 2006, Jorge Adolfo, deputado socialista da Assembleia Municipal, defende que o Bairro da Cadeia marca “uma época importante da história urbana de Viseu”<sup>130</sup> e que era um dos poucos exemplo de arquitetura do Estado Novo na cidade.

Jorge Adolfo propôs ao executivo a elevação do Bairro a “centro histórico.” O presidente Fernando Ruas mostrou-se inicialmente aberto à proposta, embora relembresse que a requalificação do Bairro estaria para breve, depois de terem já sido aprovados os órgãos sociais da Sociedade de Reabilitação Urbana que asseguraria o financiamento das obras.<sup>131</sup>

Centro Histórico

126 Termo usado pelos moradores do Bairro para se referirem aos novos apartamentos em que seriam realojados.

127 Conclusões parciais do inquérito realizado aos moradores do bairro Municipal de Viseu em finais de 2004 pela Associação de moradores.

128 FONSECA, José, “Moradores apreensivos com planos da autarquia para o Bairro Municipal”, *Jornal Diário Regional de Viseu*, 17/04/2003

129 Fernando GIESTAS, Fernando, “Fim anunciado para o Bairro Municipal”, *Jornal do Centro*, 19/07/2002

130 FONSECA, José, “Bairro Municipal pode ser classificado como centro histórico”, *Diário Regional de Viseu*, 21/02/2006

131 Ibidem





73. vista dos escombros das casas demolidas



74. Planta de demolições no Bairro da Cadeia

O investimento rondaria os 4 milhões de euros, 2.3 dos quais para a construção de um edifício. Desse valor, 80% seria dado pelo IRHU e os restantes 20% suportados por fundos municipais.<sup>132</sup>

Financiamento

Sem se perceber muito bem como nem porquê, as obras não avançavam e em 2012 o *Diário de Viseu*<sup>133</sup> anuncia que o concurso para a primeira fase de requalificação seria lançado em breve. De qualquer forma, o IRHU anunciou entretanto, que não teria a possibilidade de disponibilizar a verba prevista, nesse sentido seria plausível que a CMV reanalisasse a proposta de reabilitação.<sup>134</sup>

No entanto, pouco tempo depois Ruas afirmava que tinha sido encontrado o modelo financeiro adequado para prosseguir com as obras. Assim, é anunciada a demolição de 13 casas para a construção do primeiro bloco de habitação, assinado pelo arquiteto José António Esteves.<sup>135</sup> É de salientar que estas demolições foram executadas em Novembro de 2012 e começou a ser construído um bloco de apartamentos que não está ainda concluído.

Demolições

Constituído por 20 fogos com tipologias T1, T2, T3 e T4, a Habisolvis, empresa municipal de habitação social, seria a responsável pelo encaminhamento das obras, que deveriam começar em meados de 2004.

Ao todo seriam construídos 4 blocos num total de 56 fogos,<sup>136</sup> sendo o restante espaço para entregar à especulação imobiliária privada.

Apesar das constantes manifestações contra as demolições, Fernando Ruas declarou que a autarquia não estava disponível para numa zona nobre de Viseu

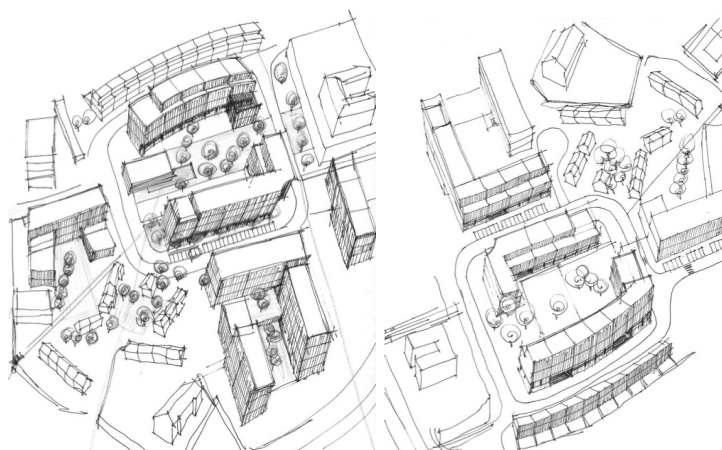
132 FERREIRA, Sandra, “Viseu recupera bairro municipal com 60 anos”, *Jornal Público*, 25/10/2007

133 “Obras no bairro municipal estão para breve”, *Diário de Viseu*, 15.02.2012

134 FONSECA, José, “Requalificação do Bairro Municipal será reanalisada”, *Diário de Viseu*, 30.03.2012

135 MOTA, Andreia, “Bairro Municipal de Viseu vai ter nova cara”, *Diário de Viseu*, 25/10/2007

136 FONSECA, José, “Novo prédio substitui 12 habitações sociais”, *Diário de Viseu*, 28/05/2012



75. 76. Desenhos do Plano 22- proposta



77. Maqueta do Plano 22- proposta



78. Maqueta do Plano 22- proposta



deixar habitação social “só porque as pessoas não querem literalmente mudar para uma habitação horizontal.”<sup>137</sup> E, acrescentou que considerava um “desperdício” casas térreas daquela índole ocuparem uma tão grande área na zona nobre da cidade.<sup>138</sup>

Analisando a situação de uma forma empedernida seria de facto mais vantajoso a nível de retorno económico demolir o bairro e construir blocos de habitação coletiva para uma população que os pagasse a preço justo e realojar os “pobres” em outros bairros sociais. Esta estratégia traria efetivamente mais lucros, mas o investimento inicial seria também inevitavelmente maior.

De qualquer forma, importa sublinhar que apesar da decisão irredutível, Ruas reiterava a ideia de manter algumas casas para memória, ou seja, não deixava de reconhecer o valor do conjunto.

É de salientar que o “Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX”, referenciou o Bairro Municipal de Viseu como “conjunto de interesse arquitetónico”, por ser das poucas réplicas do género ainda existentes sem grandes alterações.

IAP XX

137 CASTRO, Carlos Vieira, “Bairro Municipal de Viseu: a demolição de um património arquitetónico e social”, *Via Rápida*, 8/11/2012

138 CASTRO, Carlos Vieira, “Bairro Municipal de Viseu: um desperdício de espaço ou património?” *Diário de Viseu*. 20/06/2012





## 4| PATRIMÓNIO







79. Bairro Municipal de Viseu, 1948

#### 4.1 A questão do Património

“... é neste duplo aspecto, isto é, o de “património como valor de identidade e de memória” de uma comunidade e, sobretudo, o de “património como qualidade de vida que ele será cada vez mais falado e se lhe dará, futuramente, maior importância.” (ALMEIDA, 1993, p.408)

Quando se fala de património, não se deve automática e exclusivamente associar a palavra a monumentos, edifícios de grande porte, de uma classe nobre, ou liga-la apenas a aspetos históricos. Pois, como afirma Françoise Choay o conceito desta palavra foi-se alterando. Se numa primeira fase era associada a esse tipo de construção, atualmente abrange um campo muito mais vasto.

Património

Conforme reconhece a UNESCO, na sua mais ampla dimensão, “património” é o resultado e testemunho de distintas tradições e realizações espirituais do passado e constitui-se como um elemento marcante da personalidade das populações. E, segundo a Carta de Cracóvia (2000), é “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particularidades e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores”<sup>139</sup>

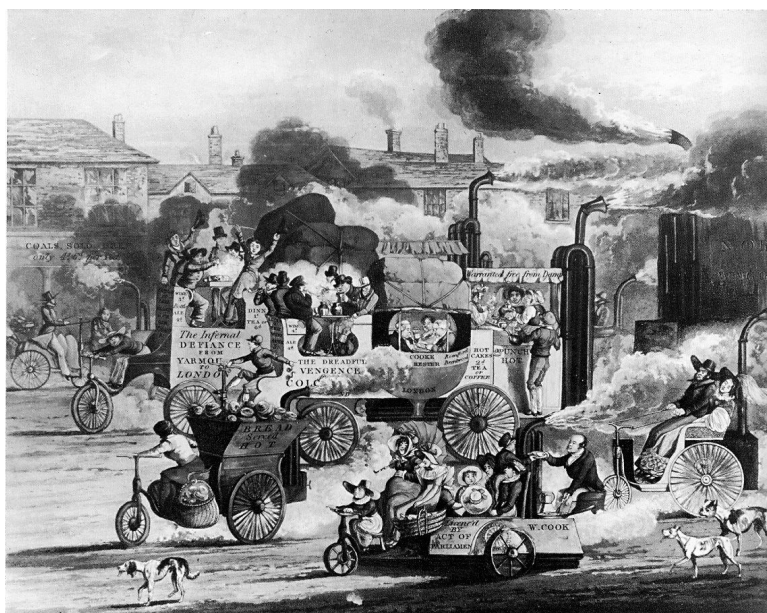
Carta Cracóvia

Quando nos centros históricos começaram a surgir problemas devido à Industrialização, começou também a haver uma maior preocupação relativa às cidades.<sup>140</sup> A rápida degradação da cidade tradicional devido à indústria levantou uma série de questões, nomeadamente em relação à proteção

139 Carta de Cracóvia, ver: “Anexos- Definições”. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

140 CHOAY, Françoise, “A Alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010, p.118





80. Imagem de referência à expansão da indústria de bens de produção durante a Revolução Industrial

dos edificados de características singulares,<sup>141</sup> e começou então a pensar-se como os conservar.

Antes de prosseguir, é importante definir alguns conceitos;

*Conservação*: “A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos”;

Conservação

“A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer destruição ou qualquer arranjo susceptível de alterar as relações de volume e cor devem ser proscritos.”<sup>142</sup>

*Restauro*: “O Restauro é uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a um conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja pela antiguidade e pela autenticidade).

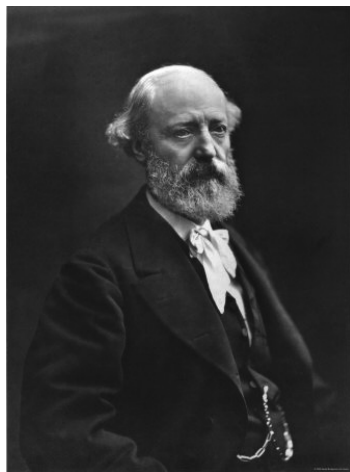
Restauro

O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição, numa reconstituição, qualquer trabalho complementar, que se

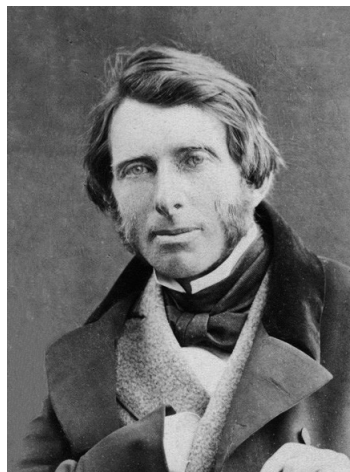
141 “El rápido e inesperado proceso de destrucción de la ciudad tradicional se produce en todos os ámbitos: desde el papel que cumple en la nueva aglomeración urbana a los procesos de densificación y colmatación, la implantación de usos claramente incompatibles con su estructura delicadamente equilibrada a lo largo de los siglos y también la de su cuerpo edificado, en el que se seleccionan solamente ciertos edificios o pequeños conjuntos entre los mejores, que deben ser conservados. La atención se centra por tanto en la protección de estos edificios singulares, cuyo interés exclusivamente formal contiene las cualidades que faltan en la ciudad exterior y permiten mantener en cierta, medida la armonía perdida.” GRONDONA, Javier, “Rehabilitación y vivienda en sevilla. Renovación y transformaciones en la arquitectura doméstica 1975-1988”, Sevilla: C.O.A.A.O., 1989, p.104

142 Carta de Veneza, artigos 1º e 6º disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Mais tarde a Carta de Cracóvia reforça que, conservação “é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.” Carta de Cracóvia, ver: “Anexos, Definições”, disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>



81. Viollet-Le-Duc



82. John Ruskin

reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitetónica (continuidade) e terá que acusar a data da intervenção (modernidade). O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.”<sup>143</sup>

*Autenticidade*: “é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.”<sup>144</sup>

Autenticidade

*Monumento*: “é uma entidade como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspetos relevantes relacionados com atos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.”<sup>145</sup>

Monumento

Quando de fala em conservação e restauro de edificações com valor patrimonial, é inevitável referir Viollet-Le-Duc (1814-1879) e John Ruskin (1819-1900) com doutrinas antagónicas no que respeita a intervenções deste carácter.

Viollet-Le-Duc

John Ruskin

Viollet-Le-Duc, assume uma posição intervencionista, acreditava que a recuperação de um edifício implicava a restituição de “um estado completo que pode nunca ter existido”.<sup>146</sup> Esta doutrina predominou em grande parte dos países da Europa.

143 Carta de Veneza, artigo 9.º, disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

A carta de Cracóvia acrescenta “é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.” Carta de Cracóvia, ver Anexos, definições. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

144 Carta de Cracóvia, ver: “Anexos, Definições”, disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

145 Carta de Cracóvia, ver: “Anexos, Definições”, disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

146 CHOAY, Françoise, “A Alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010, p.156



83. Grupo CIAM, responsável pela elaboração da Carta de Atenas, 1933



Por outro lado, Ruskin acreditava no oposto. Apologista de uma doutrina anti-intervencionista predominante na Inglaterra, para ele o restauro era a pior das intervenções de que uma construção poderia ser alvo porque “restaurar é impossível. Tanto como dar a vida a um morto.”<sup>147</sup> John Ruskin afirmava que a arquitetura é o único meio disponível que temos para manter vivo o “laço com um passado ao qual devemos a nossa identidade e que é constitutivo do nosso ser.”<sup>148</sup>

Já Camillo Boito (1834-1914), tenta a reconciliação entre as duas teorias opostas dos seus contemporâneos. Salienta o significado e valor histórico dos monumentos e acreditava que, a preservação deles era “obrigatória e extensiva a todos os monumentos.”<sup>149</sup>

Camillo Boito

Segundo a Carta de Atenas de 1933,<sup>150</sup> o património histórico das cidades, “(...) os valores arquitetónicos devem ser salvaguardados (...)”.<sup>151</sup>

Carta de Atenas 1933

As obras que vão fazendo parte da cidade são parte da sua identidade, “(...) testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do génio humano.”<sup>152</sup>

O Bairro da Cadeia é, sobretudo para quem não conheceu outra casa se não aquela, uma herança e testemunho do passado, a memória do tempo que

147 CHOAY, Françoise, “A Alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010, p. 130

148 Idem, Ibidem, p.121

149 TOMÉ, Miguel, “Património e Restauro em Portugal: 1920-1995”, Porto: FAUP Publicações, 2002, p. 129

150 A carta de Atenas de 1933 que, aborda o tema da salubridade e higiene nas cidades, declarava que os melhores locais da cidade deveriam ser reservados às moradias, na busca de sol e ar. Pode ainda ler-se que, “os quarteirões insalubres devem ser demolidos e substituídos por superfícies verdes: os bairros limítrofes serão saneados.” Artigo 36.º, CIAM, Carta de Atenas disponível em <http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/Carta-deAtenas1933.pdf>

151 Artigo 65.º, CIAM, Carta de Atenas disponível em <http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/Carta-deAtenas1933.pdf>

152 Ibidem



84. Casas mais degradadas do Bairro da Cadeia. Nr.42 e 44

não volta. Segundo Choay, as obras tornam-se para cada um de nós parte do nosso universo familiar, fazendo parte do que somos, e de quem nos tornamos,<sup>153</sup> e por isso se torna tão necessário preservá-las.

No entanto, ao analisar o Bairro da Cadeia, rapidamente se compreende que este conjunto arquitetónico não foi edificado com a finalidade de ser um ícone, um local distinto e muito menos se calculou que pudesse vir a ser considerado como um imóvel de interesse da cidade. Contudo, e mais uma vez citando Choay, “todo o objeto do passado”, independentemente do destino da sua origem, pode vir a ser transformado em “testemunho histórico”.

Testemunho

O património, os testemunhos que temos do passado, são provas e factos que mostram parte do caminho percorrido por uma sociedade até se tornar o que é. São parte da sua identidade, por isso muitas vezes o seu valor emocional, o que representam e a história que contam, falam mais alto do que o seu interesse arquitetónico, urbanístico ou qualquer outro.

“O passado é parte integrante do nosso sentido de identidade; “a segurança do ‘eu era’ é uma componente necessária para a segurança do ‘eu sou’.” (WYATT, apud ALARCÃO, 2009, p. 13)

Passado

## 4.2 Classificação do Bairro da Cadeia

A proposta do Bloco de Esquerda para elevar o Bairro a Património Municipal, poderia ter sido especialmente considerada quando o IRHU anunciou que não tinha fundos para financiar os 80% da obra inicialmente previstos, mas como já se referiu, isso não aconteceu.

Também David Ferreira, Técnico de Património do IGESPAR tinha já manifestado não ter dúvidas que o conjunto se tratava de um imóvel de interesse municipal, quer por ser parte da história quer pela sua singularidade.

153 CHOAY, Françoise, “A Alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010, p. 200



85. Evento no Bairro Municipal com o intuito de chamar à atenção do conjunto. 2012

Analisando um texto redigido por David Ferreira, este considerava que apesar de “para pobres”, aquelas casas têm uma qualidade superior a outras construídas sob a mesma lei que lhes deu origem. Este argumento baseia-se no facto dessa lei falar destas casas como transitórias, “tendencialmente desmontáveis ou prefabricadas.”

Tal não aconteceu em Viseu. As casas foram construídas com carácter definitivo que, segundo David Ferreira, lhes permitiu atingir “um patamar superior”. Elogia os “esquemas de circulação lógicos e intuitivos” em detrimento dos esquemas ortogonais, e refere a escala humana.

Não obstante, refere as áreas das casas como um ponto negativo que obrigou as pessoas a construir anexos clandestinamente. Relembra ainda a insuficiência térmica e acústica das casas.

Para além disso, refere o valor imaterial no que respeita às vivências e às relações humanas, “falamos de hábitos e solidariedades”.<sup>154</sup> Afirma que preservar 11 casas como memória seria incoerente, visto o Bairro ser um todo que se deve manter com tal, salvaguardando o princípio da unidade.

Relações Humanas

A Autarquia ignorou todas estas propostas, mas o movimento a favor da manutenção e continuação do Bairro da Cadeia, ganhou força e a Associação Olho Vivo,<sup>155</sup> tomou medidas. A 6 de Setembro de 2012 esta associação enviou à Direção Geral do Património Cultural um requerimento para classificação do Bairro Municipal de Viseu. No documento nobilita-se o espaço pensado em escala humana, o edificado e as ruas estreitas de carácter residencial.

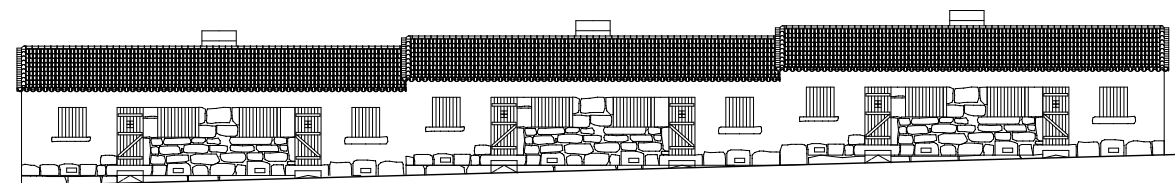
Local de “exemplo vivo da filosofia e estratégia do Estado Novo em matéria de habitação e urbanismo.”<sup>156</sup>

154 FERREIRA, David, “Análise patrimonial do Bairro da Cadeia. Contributo para uma discussão alargada” 2012, p.4

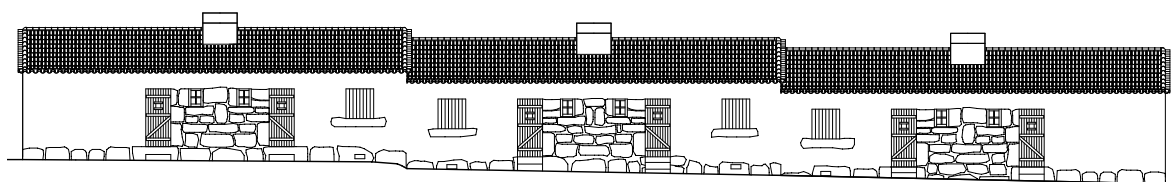
155 Fundada em Maio de 1988, a Olho Vivo é uma ONG sem fins lucrativos de âmbito nacional que intervém na defesa do Ambiente, Património e Direitos Humanos.

156 “Requerimento inicial do procedimento de classificação de bens imóveis”, 06/09/2012, p. 1

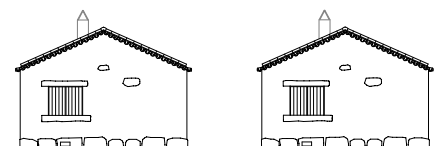




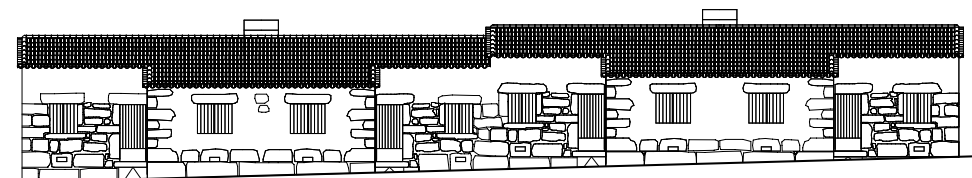
86. Alçado frontal conjunto casas nr. 19, 17, 15, 13, 11, 9 (T2)



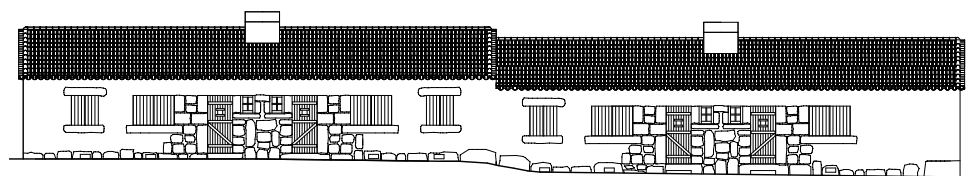
87. Alçado tardo conjunto casas nr. 9, 11, 13, 15, 17, 19 (T2)



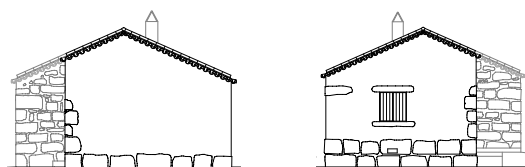
88. Alçados topos casas nr. 9, e 19 respetivamente



89. Alçado frontal conjunto casas nr. 27, 25, 23, 21 (T3)



90. Alçado tardo conjunto casas nr. 21, 23, 25, 27 (T3)



91. Alçados topos casas nr. 21 e 27 respetivamente

0 4m

A DGPC responde com o arquivamento do pedido, considerando que o conjunto habitacional “não reúne os valores patrimoniais inerentes a uma distinção com valor nacional.”<sup>157</sup> (Consultar anexo 2)

Mesmo refutando o valor nacional do conjunto, a DGPC admite que o possível interesse municipal deveria ser considerado e afirma ter enviado para a Câmara Municipal de Viseu uma cópia do processo para que essa entidade ponderasse a classificação, pois considera que o Bairro se constitui “como elemento valorizador da cidade, enquanto “objeto” patrimonial”.<sup>158</sup>

“Objeto Patrimonial”

Analise-se agora em que argumentos a DGPC se baseia para justificar a sua decisão.

No documento que indefere o pedido pode ler-se que, o desenho das casas é claramente influenciado pelo arquétipo da casa tradicional portuguesa que Raul Lino descrevia, ainda que o carácter económico não lhe confira a “grandeza” de outras construções. Sublinha “o sentimento de pertença e de identidade coletiva, da memória e da afetividade”, tantas vezes também referenciados pelos habitantes e outras pessoas a favor da continuação daquele “pedaço da cidade”.

Acrescenta-se ainda que, este tipo de exemplares marcam uma época e uma “paisagem edificada portuguesa, e são ainda representativos de uma memória”. Salienta também que o conceito de “bairro” inclui mais do que a sua arquitetura, uma importante “parte social e humana.”

Memória

Porém, a falta de condições das casas, que não respondem aos atuais padrões exigidos para uma habitação condigna, não é esquecida. As reduzidas áreas, as instalações sanitárias deficientes e o seu estado de degradação, são considerados pontos de particular fragilidade do conjunto arquitetónico.

157 DGPC, “Arquivamento do pedido do procedimento de classificação do Bairro Municipal de Viseu”, 14/11/2012, p.1

158 Idem, Ibidem, p.8



92. Bloco de apartamentos construído

Assim, e perante elementos determinantes para a classificação do imóvel, o Bairro da Cadeia não superava o desafio. São para isso enunciados os critérios “...complementares, de integridade, autenticidade e exemplaridade” aos quais se considera que o Bairro não responde na íntegra, ainda que, possa respeitar alguns, há outros que não cumpre devido a alterações que foi sofrendo, mesmo que poucas.

Não lhe sendo concedido o título nacional, o de municipal apresenta-se de qualquer forma, como uma forte possibilidade pelo seu “interesse e representatividade”.

Quanto à decisão da Câmara Municipal de Viseu em manter algumas casas para “manter viva a memória do Bairro”, a DGPC exprime também o seu parecer. Mostra certa desconfiança em que seja conseguida a intenção de conservar um “monumento póstumo” com apenas 11 habitações, pois “bairro” implica também conceitos sociais e humanos. Considera, no entanto, positiva a integração de atividades socioculturais, ainda que, acredite que a adulteração dos interiores merecesse ser repensada.

Conceitos  
Sociais e Humanos

Relativamente ao novo edifício (Imagem 92), a DGPC alerta que em nada se assemelha à escala do preexistente e que não é detentor a “nível arquitetónico, de uma representatividade invulgar”. Apesar das demolições das primeiras casas já ter sido executada por esta altura, apela-se à Câmara para que entenda a “importância e a singularidade deste conjunto”, e que neste sentido considerasse parar a demolição do Bairro e ponderasse uma eventual elevação do mesmo a interesse municipal.

Interesse Municipal

No início de 2013, os moradores pediram através de um abaixo-assinado a “salvaguarda” do que restava daquele local já “amputado”. Manter “memórias afetivas, de pedaços da vida das pessoas e da cidade que essas pessoas habitam e de que deviam ser consideradas parte inalienável do próprio património construído e humano da cidade.”<sup>159</sup>

159 Abaixo assinado da associação de moradores de Janeiro 2013



93. Vista aérea de Viseu



As razões da opção da Autarquia em demolir o Bairro da Cadeia nunca foram realmente conhecidas, visto que os argumentos em que sustentavam a sua posição eram pouco esclarecedores.

O espaço do Bairro da Cadeia não foi, nem é cenário de problemas sociais, sendo conhecido como um local “pacato”, sem problemas de crime, droga ou violência, como acontece muitas vezes em bairros desta índole. Para além disso, a cidade de Viseu nunca se debateu com problemas de falta de espaços para construção. Há e sempre houve muitas e grandes áreas de terrenos vazios adjuntos aos limites da cidade que permitem a expansão da urbe, caso se verifique essa necessidade. Pode mesmo afirmar-se que a escassez de habitação não é de todo uma realidade, já que há inúmeras construções novas que continuam desocupadas em pleno coração da cidade, situação também agravada pela crise económica. Estes são pontos que tornaram ainda mais difícil a compreensão da decisão da CMV por parte dos moradores do Bairro.

Mesmo na vertente económica, a reabilitação do preexistente seria muito provavelmente, um menor investimento do que a proposta apresentada pelo executivo da autarquia para o local. No entanto, a Câmara sempre se mostrou irredutível na decisão. Fernando Ruas assegurava que o valor do local ficaria “preservado com a manutenção de 11 casas”,<sup>160</sup> contudo, o panorama mudou.

As eleições autárquicas de 29 de Setembro de 2013, foram vencidas por Almeida Henriques. Com a mudança do executivo, também se verificaram algumas alterações em decisões tomadas pelos precedentes.

No início do ano 2014, é anunciada pelo presidente Almeida Henriques, a interrupção das demolições do Bairro, que pretendia manter, ainda que “desmembrado”.

Interrupção das  
Demolições do Bairro

160 RODRIGUES, Sandra, “Moradores e associação tentam travar demolição em curso de bairro de Viseu”, *Jornal Público*, 24/06/2013



94. Portada casa nr. 30



95. Telhado casa nr. 30



96. Telhado casa nr. 28 e nr. 30

Almeida Henriques informa que o bloco de apartamentos já iniciado, e entretanto parado devido à insolvência da empresa de construção<sup>161</sup> por ele responsável, seria concluído. Mas o restante projeto não avançaria. Além disso, as construções anexas seriam destruídas e as 87 casas ainda existentes poderiam ser agrupadas para se conseguir maiores áreas e além de servir habitação também poderiam ser ocupadas uma vertente mais cultural.<sup>162</sup>

De acordo com a Câmara de Viseu, a nova estratégia de recuperação das casas passaria por um projeto incluso, com a participação dos moradores, cuja verba anunciada era de 1,5 milhões de euros. O Movimento pelo Bairro Municipal de Viseu,<sup>163</sup> também entretanto criado, congratulou a ideia já por ele anteriormente proposta e lançava sugestões. Uma delas passaria pela criação de um “laboratório de arquitetura que intervenha no edificado, mas também no aspeto social, cultural e educativo.”<sup>164</sup>

Movimento pelo  
Bairro Municipal

Já decorrida a primeira Assembleia Participativa, que contou com uma ampla cooperação de moradores do Bairro, a população acredita que a reparação de caixilharias e telhados, bem como a recuperação do espaço público são temas de primeira ordem. Desejam ainda ver aquele espaço potencializado, para que seja dinâmica a convivência entre habitantes e a própria vida comunitária.

É de salientar que, ao contrário das intenções do anterior executivo, o novo presidente, mostrou interesse pela classificação do Bairro da Cadeia como Património Municipal.<sup>165</sup>

161 Construção civil e obras publicas João Cabral Gonçalves e Filhos, Lda

162 FERREIRA, Sandra, “Casas do bairro da Cadeia a património municipal”, *Jornal de Notícias*, 05/01/2014

163 O Movimento pelo Bairro Municipal de Viseu foi criado em 2012, como intuito de lutar em prol da sua continuação. Também ele presidido pelo Arquiteto Luís Seixas, ex-morador do Bairro.

164 RODRIGUES, Sandra, “Demolição vai dar lugar a projeto “inclusivo” no Bairro Municipal de Viseu”, *Jornal Público*, 20/01/2014

165 RODRIGUES, Sandra, “Casas do bairro da Cadeia a património municipal”, *Jornal de Notícias*, 05/01/2014



97. Demolições. Casa nr. 93

Almeida Henriques garantiu em Assembleia Municipal<sup>166</sup> que, a seu tempo irá elevar o Bairro a Património de Interesse Municipal e que não o fará no imediato com receio de prejudicar o plano da sua reabilitação. No entanto, Carlos Vieira<sup>167</sup> mostra o seu desacordo com este adiamento porque acredita que, apenas após ser classificado como património, os habitantes do Bairro poderão “respirar de alívio” e ficarão definitivamente afastadas as especulações e interesses imobiliários e económicos.

Mesmo não sendo ainda uma realidade, a muito provável classificação do Bairro é um facto muito importante a considerar quando se pensa em reabilitar o local. Em primeiro lugar, importa esclarecer que, este tipo de classificação, apesar de poder ser proposta por qualquer particular ou entidade, como aliás aconteceu com o Bairro da Cadeia, só é possível se os respetivos proprietários o aceitarem.<sup>168</sup> Neste caso, a Câmara Municipal, como detentora do conjunto arquitetónico não terá então qualquer entrave neste campo para o concretizar.

Segundo o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Viseu, todos os imóveis classificados de interesse municipal ou em vias de o serem, necessitam da obtenção de licenças de autorização do órgão competente da administração municipal sempre que houver a intenção de proceder a demolições totais ou parciais do bem em questão. Daí, Carlos Vieira, ter insistido para que o executivo classificasse o Bairro da Cadeia, afastando assim os fantasmas das demolições.

PDM Viseu

De qualquer forma, convém salientar que o Bairro Municipal de Viseu é atualmente reconhecido pelo SIPA como objeto patrimonial de Grau 3.<sup>169</sup>

Grau 3 SIPA

166 Assembleia Municipal realizada a 28 de Abril de 2014.

167 Carlos Vieira pertence à concelhia do Bloco de Esquerda e é coordenador do núcleo de Viseu da Associação “Olho Vivo”.

168 Artigo 18.º, §4.º, da Lei nº 107/2001, 8 de Setembro de 2001.

169 O SIPA atribui um código, de 0 a 4, segundo o valor patrimonial ou cultural do objeto em causa.





98. Bairro da Cadeia, 1948

O grau 3 coaduna-se com imóveis ou “conjunto de acompanhamento que, sem possuir características individuais a assinalar, colabora na qualidade do espaço urbano ou na ligação do tempo com o lugar, devendo ser preservado em tal medida.”<sup>170</sup>

Também, com exceções, se englobam neste grupo os objetos edificados aos quais tenha sido atribuído o Valor Concelhio/ Imóvel de Interesse Municipal e outras classificações locais.

A atribuição de interesse municipal a imóveis, prende-se com a proteção e valorização dos mesmos que, no seu todo ou parte possam representar “um valor cultural de significado predominante para um determinado município”.<sup>171</sup>

Valorização

<sup>170</sup> <http://www.monumentos.pt>

<sup>171</sup> Artigo 15.º, §6º, Lei nº 107/2001, 8 de Setembro de 2001



## 5| ANÁLISE E DIAGNÓSTICO





99. Planta atual Bairro da Cadeia

0 20m



## 5.1 Considerações gerais

Antes de iniciar o processo de um projeto de requalificação é indispensável entender e diagnosticar as falhas do objeto em estudo, assim como identificar os aspetos positivos a salvaguardar. Para uma melhor compreensão e análise do Bairro da Cadeia sintetizaram-se três pontos importantes: Elementos de Valor, Principais Alterações e Déficits.

Diagnóstico

### ELEMENTOS DE VALOR:

A nível arquitetónico julga-se que os principais elementos são aqueles que mais caracterizam e remetem para a «arquitetura do Estado Novo». A materialidade das fachadas com as caixilharias em madeira, os telhados em telha marselha com o beiral e os jardins e quintais adjacentes a todas as habitações. A nível interior destacam-se os soalhos ventilados.

Elementos de valor

A questão humana tem também uma grande importância. Salienta-se que a estratégia da CMV foi afastar as pessoas do Bairro, não integrando novas famílias e assim os “laços sociais e os hábitos enraizados ao longo de décadas”,<sup>172</sup> foram-se perdendo e as casas ficando vazias e ao abandono. Das 100 casas originais restam 87 (Imagem 99), mantêm-se as 50 casas de dois quartos e apenas 37 habitações de três quartos.

### PRINCIPAIS ALTERAÇÕES:

As demolições de 2012 preconizam a grande alteração do conjunto. Ainda a nível volumétrico, salientam-se as apropriações e a divisão das parcelas de terreno inerentes a cada casa. Destaca-se ainda a substituição de caixilharias, sistemas de sombreamento, introdução de algumas caleiras e a intervenção exterior e interior na casa número 83. No interior de algumas habitações substituíram-se soalhos por lajes aligeiradas e alguns moradores também alteraram os usos do espaço doméstico.

Principais Alterações

No espaço público as alterações consistem na adulteração dos materiais dos pavimentos, introdução de novos pontos luminosos e ainda de um ecoponto.

<sup>172</sup> Expressão utilizada pelo Movimento do Bairro na “proposta de intervenção do Bairro Municipal de Viseu” 25 de Junho de 2014



100. Estado de degradação da casa nr. 12 (T2). (Caixilharias originais)



101. Passeios



102. Passeios

A CMV proprietária das 100 casas, reservava a si mesma o direito de que todas e quaisquer alterações efetuadas estivessem sujeitas à sua aprovação. Por isso, podemos ainda encontrar as casas com uma imagem muito semelhante à original, à parte do seu estado de degradação. É de sublinhar que a nível exterior as casas não sofreram alterações drásticas, não houve deturpação do desenho dos alçados e estrutura.

Contudo, assistiu-se a uma profunda alteração no Bairro da Cadeia que aconteceu com a concretização da primeira fase do projeto de requalificação previsto pelo executivo da CMV quando era presidido por Fernando Ruas. Em Novembro de 2012 foram demolidas 13 casas,<sup>173</sup> que deixaram um vazio ocupado por um edifício de habitação coletiva com 4 pisos de altura.

Demolições

A nível de acessos, o Bairro da Cadeia outrora circunscrito por nada mais que campos verdes e um único acesso permitido a automóveis, enquadra-se agora praticamente no coração da cidade a que se liga através de 3 ruas de acesso pedonal e circulação automóvel. No seu interior mantém-se o desenho das ruas de carácter residencial, originando no seu cruzamento um pequeno largo. As ruas sinuosas outrora em terra batida e separadas dos passeios também em terra batida, por uma pedra de lancil, são agora revestidas a alcatrão que cobre também os passeios ligeiramente mais altos, pintados a vermelho já desgastado.

Ruas Residenciais

Pavimentos

É de salientar que, as franzinas árvores que o Bairro conheceu na sua inauguração, deram lugar a árvores de grande porte que sombreiam os passeios. Apesar das várias árvores de dimensões consideráveis, não há nem nunca houve qualquer espaço verde desenhado como parte integrante do Bairro da Cadeia. No entanto, a Associação de Moradores pretende que seja considerada a criação de um espaço verde no seu projeto de reabilitação.

Espaços Verdes

173 É de salientar que uma das casas não foi totalmente destruída, restando-lhe parte das paredes de alçado frontal e de tardo, a partir das quais foi possível determinar a sua composição. Atualmente identificam-se 6 conjuntos de casas geminadas 2 a 2; 1 conjunto de 3 casas; 5 conjuntos de casas geminadas 4 a 4; 1 conjunto de 5 casas geminadas; 6 conjuntos de casas geminadas 6 a 6, e por fim 1 conjunto de 8 casas geminadas.





103. Bairro da Cadeia, 1948



104. Casa nr. 6 (T2)



105. Casa nr. 47 (T2)



106. Casa nr. 34 (T3)



107. Casa nr. 74 (T2)

Abordando agora a temática do espaço exterior. Quando foi edificado o conjunto arquitetônico, não havia qualquer loteamento das parcelas de terreno pertencentes a cada casa.

Parcelamento

Os jardins frontais e os quintais, embora individuais, eram um espaço único sem separações físicas entre eles. No entanto, é possível perceber através das fotos da inauguração do Bairro que, em alguns casos, um lancil de alguma espessura mas pouco saliente, delimitava a área correspondente ao jardim frontal das habitações.

Jardins

Para uma maior privacidade, os moradores sentiram a necessidade de dividir com barreiras físicas os espaços exteriores que lhes pertenciam. Com o tempo as pessoas foram dividindo os espaços adjacentes às casas que habitavam. Arbustos, muros rudimentares, tábuas de madeira, redes, entre outros materiais serviram como elementos físicos para delimitar os espaços exteriores individualmente atribuídos a cada habitação.

O que outrora fora um espaço livre, limpo, fluido e liberto de obstáculos visuais, tornou-se um conjunto de “retalhos”, confuso e sem uma definição concreta.

Para além da questão da volumetria adulterada, não há alterações significativas relativas ao desenho das casas. Poucas foram as obras que se foram fazendo ao longo dos anos, à exceção da casa nº 83 como se verá mais à frente.

Volumetria

A CMV limitou-se a ir substituindo algumas peças estruturais de madeira das coberturas e algumas telhas. Também em algumas casas os pavimentos de paus rolados foram alterados para lajes aligeiradas. Esta decisão da laje aligeirada em detrimento dos antigos soalhos, foi um pedido dos moradores que não acreditavam na segurança dos anteriores pavimentos.

Alterações

Salienta-se ainda que, algumas das caixilharias foram substituídas pela autarquia a pedido dos moradores, nestes casos, segundo foi possível perceber junto dos moradores, os caixilhos são em madeira, ainda que com um desenho diferente do original.





108. Casas nr.24 e nr. 26



109. Casas nr.28, nr. 30 e nr. 32

**DÉFICITS:**

Como se verá seguidamente com mais detalhe, as principais patologias das fachadas são: o aparecimento de bolores e líquens por efeito da humidade (ascendente ou de impregnação via chuva), por perda das características do reboco; fissuras por efeito dos balanços térmicos e instabilidade da estrutura do edifício, provocando a consequente desagregação de rebocos. Os telhados encontram-se com telhas partidas, manchas e crescimento de espécies vegetais. Relativamente aos interiores, as condensações, fissuras e bolores constituem os principais problemas das paredes e tetos. Os pavimentos em madeira também se encontram bastante degradados com o material apodrecido. É de salientar a ineficiência térmica e acústica das habitações.

Défictis

**5.2.1 Patologias exteriores**

Para o desenvolvimento deste capítulo, foi particularmente importante a observação da situação atual das casas do Bairro da Cadeia. O estudo e análise das alterações, problemáticas e necessidades das habitações foram determinantes para compreender as principais necessidades das habitações. Foram elaboradas duas fichas de trabalho para caracterização de cada uma das casas. Recorreu-se a uma ficha para o exterior, preenchida no local por observação direta e uma ficha para o interior das habitações. Esta última apenas foi possível nos casos em que foi autorizado o acesso às casas. Em forma de síntese foi elaborada uma tabela que apresenta alguns dos dados recolhidos. (Consultar anexo 4)

Observação exterior

Também foram muito importantes as conversas com diversos moradores do Bairro, para entender e identificar os problemas e dificuldades para quem reside no local.

Para identificar os principais problemas que afetam o exterior das casas foram observados os seguintes elementos; volumetria, fachada, caixilharia e cobertura. Esta análise foi efetuada abordando as problemáticas de uma forma geral e não especificando o caso concreto de cada casa, visto serem problemas comuns e generalizados a todas as habitações. Sempre que houver exceções que se justifiquem serão indicadas.





110. Casa nr. 62 (T2)



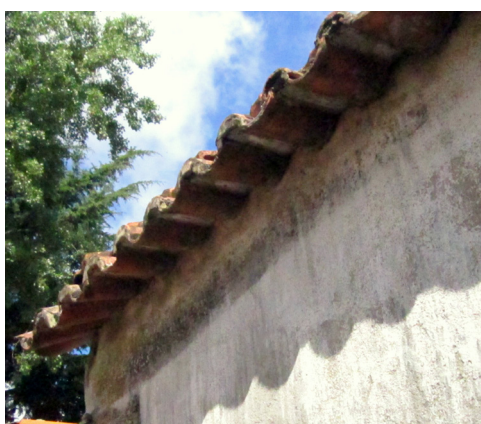
111. Casa nr. 6 (T2)



112. Casa nr. 83 (T2)



113. Casa nr. 83 (T2)



114. Casa nr. 1 (T3)



115. Casa nr. 60 (T3)



116. Casa nr. 17 (T2)



117. Casa nr. 62 (T2)

As coberturas das casas, sobre a forma de telhado de duas águas revestido por telha Marselha, e o sistema construtivo em asnas de madeira têm exatamente a mesma idade do Bairro, 66 anos.

As coberturas nunca foram totalmente substituídas e o seu desenho não sofreu qualquer alteração. Há apenas uma exceção, a casa nº 83, reabilitada pela CMV para albergar a sede da iniciativa “Escolhas Acertadas”, uma associação de apoio a jovens em risco dos bairros sociais à sua volta. Esta casa foi alterada na sua reabilitação, a telha Marselha foi substituída por abacando, o beirado foi eliminado e foi acrescentada uma caleira.

São precisamente os telhados que representam um dos maiores problemas para os habitantes do Bairro. Os moradores afirmam que, as infiltrações e humidades são recorrentes e o péssimo estado dos telhados faz com que por vezes, em dias de chuva mais intensa, chova no interior de algumas habitações.

As fissuras, focos de humidade e o crescimento de espécies vegetais são patologias recorrentes e patentes em todos os telhados, principalmente por falta de manutenção e revisão deste. Para além disso, há casos de coberturas com telhas partidas e pontualmente falta delas.

Relativamente às fachadas, apesar do seu estado de degradação, as paredes de pedra à vista e reboco pintado de branco mantêm-se fieis às originais. Também aqui se pode afirmar que os problemas são bastante comuns em todas as habitações. O Caso da casa nº 83 é diferente, a sua reabilitação previu a manutenção da fachada original, mas as caixilharias foram alteradas.

A fissuração, desagregação de reboco e manchas de humidade, sobretudo na parte superior das fachadas, são problemas patentes em todas as casas. A ausência de sistemas de recolha de águas pluviais na maioria das casas, contribui para o agravamento da situação. O projeto inicial não previa este tipo de sistemas, as poucas casas em que estes existem foram colocados posteriormente pelos próprios inquilinos.





118. Casa nr. 10 (T2)



119 Casa nr. 2 (T2)



120. Casa nr. 15 (T2)



121. Casa nr. 54 (T3)



122. Casa nr. 83 (T2)



123. Casa nr. 83 (T2)



Para além disso, em conversa com alguns moradores, estes afirmam que as habitações são muito frias nos meses de inverno. No entanto o comportamento térmico das habitações parece razoável nos meses de verão.

Comportamento  
térmico

De qualquer forma, não se toma a falta de isolamento térmico como uma patologia visto que, este não foi previsto na construção das casas. Contudo, deve ser tomado em conta num projeto de intervenção futuro para o Bairro de modo a melhorar as condições de habitabilidade e conforto.

Quanto aos vãos das casas, mantêm-se tanto em número como em dimensões iguais aos originais. E, muitas habitações mantêm as janelas e portas originais, mas os moradores que optaram pela sua substituição em nenhuma situação o fizeram recorrendo à recuperação das originais ou substituindo estas por outras de desenho semelhante.

Vãos

Sublinha-se ainda o facto de muitos moradores terem apenas substituído as caixilharias do alçado principal e lateral (quando este existe), em detrimento do alçado de tardoz. Esta atitude justifica-se pela falta de possibilidades económicas, para além disso, as janelas substituídas correspondem muitas vezes às dos quartos, privilegiando-se assim a procura por maior conforto nestas divisórias.

Caixilharias

As janelas e portas que se mantêm desde 1948, encontram-se em condições débeis. A madeira apresenta sinais de degradação, as pinturas estão gastas e algumas já se encontram partidas. Há aqui também uma clara insuficiência térmica ao nível da caixilharia. Para além das fissuras e mau estado dos caixilhos originais, que facilitam o mau comportamento térmico, tanto nesses como nos casos de janelas já substituídas o vidro simples foi o elegido, não oferecendo o conforto desejável. Regra geral, as portas e janelas de madeira foram substituídas por outras de desenho diferente em alumínio ou PVC. Há ainda casos em que foi a CMV que forneceu as janelas aos moradores. Nestes casos as caixilharias são em madeira mas também não mantêm o desenho das originais. O caso da casa 83 é diferente, numa tentativa de replicar as janelas originais, as velhas caixilharias foram substituídas por outras com vidro duplo que incorpora na caixa de ar entre os dois vidros uma retícula em PVC branco, na tentativa de recuperar o desenho de 1948.



124. Alçados tardoz das casas nr. 4 (T2) e nr. 6 (T2)



125 Casa nr. 47 (T2)



126. Casa nr. 56 (T2)

Assim como a caixilharia, também os sistemas de sombreamento foram em alguns casos substituídos. Na generalidade as portadas de madeira exteriores deram lugar a persianas brancas. Existem casos de casas em que se procedeu ao reparo, ainda que precário, das portadas em madeira originais e muitas delas encontram-se agora pintadas de cores diferentes da original. À semelhança do que aconteceu com as janelas, também na substituição dos sistemas de sombreamento se privilegiou a fachada principal em detrimento da de tardo. Foram inclusive detetados casos em que não existe qualquer sombreamento nas janelas de tardo.

Sombreamentos

A grande alteração no Bairro diz respeito à volumetria geral do conjunto. Para a resolução do problema das áreas a apropriação do espaço exterior no logradouro foi a solução. As construções ilegais e precárias executadas pelos moradores transformaram a imagem do Bairro. Apesar da divisão dos espaços domésticos não se ter alterado, a vivência e atribuição de usos dos mesmos alterou-se. A construção dos “barracões”, serviu, na esmagadora maioria, para transferir as exíguas cozinhas do interior das habitações para um espaço maior. Depois, em consequência da desagregação das famílias, as necessidades passaram a ser outras, quartos deixam de ser quartos e dão agora lugar a espaços de estar ou escritórios.

Volumetria

### 5.2.2 Patologias interiores

Foi possível visitar o interior de 26 casas. Destas, apenas 6 estão habitadas sendo que as restantes se encontram devolutas. Embora se tenha feito um esforço para entrar no maior número de casas possível, os moradores raramente se mostraram disponíveis para isso. No entanto foi possível entrar em casas desocupadas com a autorização da Habisolvis que cedeu algumas chaves. Uma vez que, como já foi referido os problemas são comuns à grande maioria das casas, considera-se que, a amostra é significativa para a compreensão e diagnóstico da totalidade das habitações. Tomou-se como parâmetros para análise dos interiores; os pavimentos, os tetos e as paredes. A nível de pavimentos, os soalhos que ainda se mantêm estão em mau estado.





127. Casa nr. 1 (T3)



128. Casa nr. 1 (T3)



129. Ventilação soalhos. Casa nr. 17 (T2)



130. Ladrilho hidraulico. Casa nr. 13 (T2)



131. Pavimento entrada sem revestimento.  
Casa nr.70 (T2)



132. Pavimento entrada. Casa nr.13 (T2)

A madeira foi-se degradando e não oferece a qualidade e condições de antes.

Pavimento Interior

Destaca-se que originalmente havia 3 revestimentos de piso diferentes.

Os quartos e as salas tinham pavimentos com estrutura em paus rolados e ventilados, revestidos com soalho. Alinhado com as janelas das divisórias com soalho há sempre uma abertura 35cmx15cm, visível nos alçados, que permite a sua ventilação (Imagem 129).

Ventilação

Recorda-se que alguns soalhos foram substituídos por lajes aligeiradas.

Os pavimentos das zonas de distribuição, cozinhas e quartos de banho são lajes em pedra revestidas com argamassa cimentícias e no caso das instalações sanitárias com ladrilho hidráulico. Alguns destes revestimentos foram substituídos por outros, nomeadamente por mosaicos.

Todas as habitações visitadas mantêm o revestimento dos tetos em madeira, embora algumas tenham sido pintadas de outras cores, não se sabendo exatamente qual seria a cor de origem. Estes revestimentos apresentam manchas de humidade, deformações e em alguns casos tábuas partidas.

Tetos em Madeira

As paredes são outro grande problema para os habitantes. Em todas as casas visitadas foram detetadas manchas de humidade e fissuras nas paredes, muitas vezes também apresentam bolores e desagregação de rebocos.

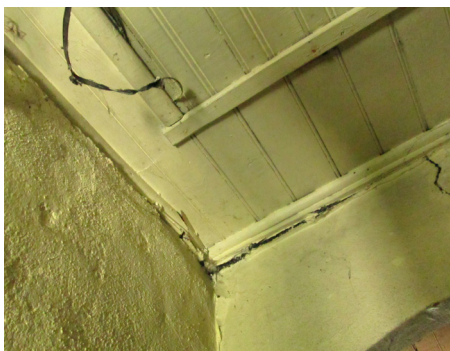
Paredes Interiores

Reitera-se que as fracas condições económicas dos moradores apenas lhes permitiram intervir nas habitações de uma forma precárias e rudimentar, o que de certa forma contribuiu para que não houvesse alterações profundas.

### 5.3 Análise das principais necessidades do bairro

Apesar do aparente estado de degradação das casas do Bairro da Cadeia, julga-se que o mau estado de conservação não se relaciona com problemas de estrutura pois à exceção da casa nº 19 (Imagem 137) que apresenta fissuras um pouco maiores, não foram identificadas fissuras expressivas, deslocamentos ou cedências de paredes estruturais, assim, à partida, a sua segurança construtiva estará assegurada.





133. Casa nr. 15 (T2)



134. Casa nr. 17 (T2)



135. Casa nr. 13 (T2)



136. Casa nr. 51 (T3)



137. Casa nr. 19 (T2)



138. Casas nr. 42 (T3) e nr. 44 (T3)



139. Casa nr. 44 (T3)

É de salientar que as casas 42 e 44 são casos mais complicados, por apenas terem as paredes exteriores. Os seus interiores e coberturas estão totalmente destruídos (Imagens 138 e 139).

Como se viu anteriormente, as fachadas das casas apresentam uma pintura já muito desgastada, esbatida pelas variações climáticas e falta de manutenção. Apresentam também muitas fissuras, ainda que sem aberturas significativas. Para além disso, é frequente encontrar desagregação das argamassas. Convém aqui salientar, que muitas das casas devolutas estão bastante danificadas e algumas servem de armazéns à CMV.

Sublinha-se que o aspeto de degradação geral do Bairro da Cadeia não se deve exclusivamente ao estado de conservação das casas, mas também à envolvente próxima de algumas delas.

O facto de muitas das casas devolutas estarem cercadas por amontoados de restos de materiais e outros detritos, contribui para a insalubridade do local e para um aumento do estigma negativo do conjunto.

Em relação aos interiores das habitações, os focos de humidades e condensações não se relacionam, à partida, com má ventilação, pois todos os espaços possuem vãos de dimensões suficientes para a ventilação dos mesmos. Aqui será essencial um estudo mais aprofundado que permita solucionar o problema.

A construção de anexos, substituição de caixilharias e revestimentos de pavimentos interiores por outros de escolha aleatória, afastaram a atual imagem do Bairro da original. Numa futura reabilitação deverá pensar-se como intervir no local de forma a atribuir-lhe a imagem que já o caracterizou. Apesar da essência do Bairro da Cadeia se manter, a imagem que passa atualmente é triste e nada se compara à imagem do Bairro “lindo”<sup>174</sup> de outrora.

174 Adjetivo utilizado pelos moradores do Bairro para caracterizar o mesmo quando lhes foram atribuídas as casas em 1948.





## 6| ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO







140. Bairro da Cadeia



### 6.1 Intervir em edifícios protegidos

O Bairro da Cadeia em Viseu, já considerado como imóvel de Grau 3 pelo SIPA, é também defendido como imóvel de valor municipal. Como já foi mencionado no capítulo 4, a DRPC referiu no documento de indeferimento da elevação do Bairro a Património Nacional que, a nomeação Municipal deveria ser considerada pela Autarquia de Viseu. Também a Associação de Moradores do Bairro, Carlos Vieira da Olho Vivo e David Ferreira técnico do IGESPAR demonstraram a mesma opinião. Apesar de ainda não lhe ter sido oficialmente atribuída a classificação, a autarquia já fez saber que esta virá em breve a ser uma realidade.

Classificação

Para intervir num local com esta simbologia, torna-se essencial analisá-lo e perceber se há algum tipo de condicionantes a um possível projeto de requalificação. Neste sentido, foi contactada a DRCC que informou que os processos de intervenção em obras classificadas como Interesse Municipal são da exclusiva competência da autarquia, que determina as regras e normas a aplicar. No entanto, o departamento do Património da Câmara Municipal de Viseu depois de também contactado, comunicou não existir qualquer regulamento que estipule premissas ou condicionantes de intervenção em edificado protegido por esta categoria. A única referência a intervenções em imóveis classificados como o de Interesse Municipal, ou em vias de classificação está patente no PDM e apenas determina que no caso de demolições nestes locais, estas só podem avançar com prévia autorização da Autarquia.

Regulamentos

É importante referir que o Município de Viseu lançou à Universidade Católica de Viseu o desafio de criar um manual pragmático como auxiliar para a reabilitação de construções na zona histórica da cidade.<sup>175</sup> Este manual é meramente indicativo e não aplicável a monumentos classificados, tendo o objetivo de dar diretrizes para a intervenção em obras localizadas no centro histórico, junto a edifícios classificados. O manual é direcionado para estas construções e contempla soluções para problemáticas das mesmas.

175 CMV, <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/indice/index.php>



141. Bairro da Cadeia, 1948



142. Bairro da Cadeia, 1948

Neste sentido, o manual não será considerado na apresentação das estratégias de intervenção para o Bairro Municipal de Viseu, visto estar direcionado para situações específicas e concretas do edificado do centro histórico.

Um projeto de intervenção num local classificado com o título de Municipal não tem portanto, de obedecer a uma legislação previamente definida. No entanto, acredita-se que entender o sítio, o seu valor e o que ele representa, são questões que devem ser consideradas desde o início.

Intervenção

Ainda que, os conceitos de qualquer projeto de arquitetura não sejam universais, entende-se que há questões que devem ser considerados ao intervir em qualquer edifício.

No caso do Bairro da Cadeia, não se deve esquecer que, apesar do conjunto habitacional ter sido construído numa época em que a situação sociopolítica em Portugal não era animadora, vivendo-se num clima de repressão e falta de liberdade, esta obra é parte da história. Marcou um período de tempo que, ainda que não tenha sido pelos melhores motivos, contribuiu para a identidade de um povo, e ainda que não seja desejável voltar a esse passado, e citando Françoise Choay, “romper com o passado não significa abolir a sua memória.”<sup>176</sup>

Este é precisamente um dos fatores que se considera de maior importância para os moradores do Bairros, a memória do que o local representa.

Valor Afetivo

O Bairro é memória, valor afetivo, é uma sombra do que já foi, um local de nostalgia que não tem sido alvo de grande atenção e cuidado.

Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de o reintegrar e adapta-lo à nova realidade e necessidades atuais de quem o habita e de quem o poderá vir a ocupar.

Outra questão importante a ser considerada prende-se com os usos. As casas poderão vir a ter outras funções que não apenas a de habitação familiar? ou será mais viável mantê-las exclusivamente com o seu programa inicial?

176 CHOAY, Françoise, “A Alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010, p.117



143. Quarto utilizado como sala. Casa nr. 25 (T3)



144. Cozinha. Casa nr. 25 (T3)

Na verdade tudo depende do que se pretende com a reabilitação, quem se quer atrair para o local e o seu potencial. Como já foi referido, as casas do Bairro da Cadeia, à exceção da casa nº 83, servem apenas a função habitacional. Será então mais eficaz atribuir funções recreativas e associativas às casas para dinamizar o Bairro? Por outro lado, isso não implicará a perda de carácter residencial que tanto o identifica? A verdade é que, atribuir a edifícios com esta carga simbólica um destino novo é uma “operação difícil e complexa”, já o afirmaram Riegl e Giovannoni.<sup>177</sup>

Usos

Novo Destino

O campo do projeto de reabilitação de património pode ter várias e distintas abordagens. Mais à frente apresentar-se-á possíveis caminhos para uma futura reabilitação do Bairro da Cadeia, mas antes disso é necessário identificar o que se considera serem os elementos de maior interesse do Bairro.

Reabilitar Património

Por tudo supracitado, entende-se que uma das principais características do Bairro prende-se com a escala do edificado, as singularidades deste e toda a memória e carga emocional que representa para os moradores e outros defensores da continuação do conjunto.

As “casinhas” de piso térreo com sistemas construtivos da época e materiais da região de Viseu, as ruas interiores de carácter residencial, destacam-se também no Bairro da Cadeia que é das únicas construções representativas das ideologias do Estado Novo em Viseu.

Como foi possível referir no capítulo 3, o espaço interior destas casas nunca responderam propriamente às necessidades das famílias. As exigências relativas ao espaço doméstico prendiam-se com o tema da salubridade e não tanto com a questão das áreas. As janelas em todos os compartimentos, pavimentos ventilados (no caso do Bairro da Cadeia) e instalações sanitárias eram as grandes preocupações.

177 Apud CHOAY, Françoise, “A Alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010, p.191





145. Bairro da Cadeia

Se por um lado havia a vantagem de uma casa individual com jardim e quintal para cada família, por outro lado estas casas eram limitadas no que respeita ao espaço interior.

O grande destaque vai portanto, para a forma do conjunto e para a imagem exterior das casas, para seu perfil urbano, que se acredita que sejam os pontos fortes da sua identidade a serem preservados e tidos em consideração num plano de estratégia para reabilitação do Bairro da Cadeia.

## 6.2 Linhas de intervenção

Além dos problemas já mencionados, também a faixa etária dos habitantes é um problema. Com uma população envelhecida é necessário atrair as camadas mais jovens para o local que certamente contribuirão para uma nova vida e dinamismo do Bairro.

População  
Envelhecida

Convém aqui salientar que de acordo com o Instituto Nacional de Habitação, num total de 98 habitantes do Bairro da Cadeia, cerca de 44% são reformados ou com mais de 60 anos de idade. Note-se que, atualmente apenas 21% da sua população tem menos de 30 anos e destes, apenas 11% correspondem a jovens menores de idade. Atrair novas camadas populacionais é um fator importante para vitalizar o local, mas para tal a reabilitação das casas é imprescindível.

Faixa Etária

Conforme afirma Eduardo Mosquera, a arquitetura pode ser tantas coisas e pode entender-se de tantas maneiras, que os próprios arquitetos são os primeiros a não estarem de acordo quando dela se fala.<sup>178</sup>

Eduardo Mosquera

Assim, considera-se que a solução para qualquer projeto de arquitetura pode ter caminhos diferentes. Mantendo os fatores e elementos mais representativos do Bairro e mediante os objetivos e perspetivas que se tem para o local, é possível a reabilitação de distintas formas.

<sup>178</sup> ADELL, Eduardo Mosquera, “De la Utilidad de la Arquitectura para el Patrimonio”, Cuadernos



146. Jardins delimitados, 1948



147. logradouros sem divisões, 1948

O objetivo deste estudo não passa por propor uma ideia de projeto definitiva como solução única para o Bairro, até porque dado o seu estado atual tal implicaria um diagnóstico mais aprofundado em áreas multidisciplinares.

O objetivo consiste em expor diferentes abordagens ao problema. Apresentar linhas de atuação que passem por manter a identidade do Bairro como conjunto urbano e arquitetónico e pela sua integração nas atuais circunstâncias da vida contemporânea.

Linhas de Atuação

Apresentam-se seguidamente possíveis abordagens à requalificação do Bairro da Cadeia.

## A) INTERVENÇÕES URBANAS

### A1) Volumetria e jardins:

Relativamente à volumetria do Bairro e para uma recuperação da imagem do projeto de 1948, tendo em conta as fotografias da inauguração do Bairro, acredita-se que todas as construções clandestinas anexas às casas deveriam ser demolidas, voltando a dar ao Bairro uma imagem de conjunto mais limpa e sóbria.

Em relação ao espaço exterior, jardins frontais e logradouros, o projeto inicial não contemplava barreiras de divisão físicas. No entanto, denota-se a vontade dos moradores em dividir os espaços, não só para uma maior privacidade mas também para uma melhor definição da área que lhes pertence. Neste sentido, o desenho de limites dos jardins frontais pode ser uma opção válida.

Delimitação dos  
Jardins Frontais

Deste modo, haverá uma delimitação da área exterior correspondente a cada habitação. É possível observar através de fotografias, que algumas casas tinham de origem uma demarcação, ainda que muito subtil, dos jardins frontais feita com recurso a um lancil que definia a sua forma (Imagem 146). Caso se opte pelo parcelamento, acredita-se que se deve recorrer a barreiras aligeiradas, na perspetiva de não interferir demasiado na imagem do conjunto.





148. Activ.Sol



149. Proposta de planta após demolição de todos os anexos das casas do Bairro da Cadeia.  
Linhas orientadoras para divisão dos jardins, logradouros sem delimitação.



Os filtros vegetais, por exemplo, são uma opção válida para fazer a divisão dos espaços, contribuindo ainda para um ambiente mais verde. Pode ainda optar-se por voltar ao desenho de origem, a julgar pelas fotografias de 1948, com o recurso a lancis, sendo esta uma opção mais subtil.

Filtros Vegetais

Ainda com base nas fotografias de 1948, e não havendo conhecimento de outras provas que possam documentar o projeto, a demarcação dos jardins não parece acontecer nos logradouros.

De qualquer forma, julga-se não fazer sentido aplicar este tipo de estratégia de delimitação nos logradouros. O desenho dos “quarteirões” de formas irregulares criadas pela implantação das casas geminadas, não permite por vezes, que estes espaços sejam divididos de forma e área iguais para todas as habitações.

Logradouros

Propõe-se desta forma, que os logradouros sejam apropriados como espaços semipúblicos, sem limites individuais que associem uma parcela a cada casa.

Os logradouros não sendo espaços totalmente encerrados, também não estão tão expostos como os jardins frontais das habitações. Neste sentido, ao contrário do que acontece nos alçados frontais, não existe a necessidade, ou pelo menos não de uma forma tão evidente, de haver um espaço de transição entre o público e o privado.

## A2) Espaço público:

A reabilitação do espaço público é uma etapa importante e que não deve ser descurada neste tipo de intervenções.

Reabilitação do Espaço Público

Recorde-se que, as ruas e passeios eram originalmente em terra batida e não havia qualquer espaço na área do Bairro desenhado como espaço de lazer, conforme se pode verificar nas fotografias da sua inauguração.

O revestimento das ruas e passeios foi alterado, mas nunca foi desenhado qualquer espaço de lazer/estar.



150. Bairro da Cadeia, 2014



151. Bairro da Cadeia, 1948



152. Bairro da Cadeia, 2013

É necessária a manutenção dos pavimentos que se encontram em mau estado. Para que se possa aproximar à aparência inicial, sugere-se a substituição do alcatrão pintado por um material que seja aparentemente semelhante ao original, mas que ofereça as condições que a atualidade exige. Pode por exemplo recorrer-se a *activ.sol*,<sup>179</sup> estabilizador de saibros, (Imagem 148) que tem uma imagem idêntica à de terra batida.

Manutenção dos Pavimentos

Quanto às árvores de grande porte, estas são uma mais valia no espaço público. Para além de sombrearem os passeios, trazem vivacidade e harmonia às ruas. Assim, a sua continuidade deve ser preservada. Evidentemente as suas formas e dimensões evoluíram face às do projeto inicial e algumas foram apresentando determinados problemas.

Árvores grande porte

É de salientar que as árvores têm sido alvo de alguma manutenção por parte da autarquia. Uma equipa especializada fez inclusive saber que a árvore que parecia inspirar mais cuidado se encontra em boas condições e não representa qualquer perigo. (Imagem 150)

Relativamente ao mobiliário urbano, este é escasso no Bairro da Cadeia, destacando-se apenas a iluminação. Os pontos de iluminação eram fixados nas paredes das fachadas frontais das casas.

Mobiliário Urbano

Apesar destes postes de iluminação terem visto o seu desenho alterado, a julgar pelas fotografias, é possível verificar que, pelo menos alguns, se encontram nas posições de 1948 ainda que não sejam os originais. (Imagens 151 e 152).

Iluminação

Os habitantes do Bairro garantem que a iluminação pública existente não é suficiente, mesmo depois da autarquia já ter implantado mais postes de iluminação, de acordo com os mesmos. Por isso, também esta questão precisa de ser melhorada com a criação de mais pontos de iluminação que podem seguir a linha os “postes altos” como previa o projeto inicial.

<sup>179</sup> Produto composto por um Ligante pozolanico desenvolvido especialmente para agregar saibro natural e criar um pavimento em saibro estabilizado.



153. Carros estacionados num vazio do Bairro da Cadeia

Ainda em relação ao espaço público, existem alguns espaços vazios no Bairro. Uns fazem parte do desenho inicial do conjunto e um outro é a consequência das demolições efetuadas pela CMV em 2012. Este espaço é atualmente designado de “pedreira” pelos moradores por ali se encontrarem as pedras das casas demolidas.

Visto que, este conjunto não possui qualquer espaço de estar exterior destinado a promover a convivência entre os moradores e outras pessoas, acredita-se que a criação dos mesmos em áreas atualmente desocupadas seria uma mais-valia. Por isso, o desenho de espaços de estar e lazer deveria ser contemplado num futuro projeto de reabilitação para o local.

Uma das grandes lacunas a assinalar é a falta de estacionamento.

Em 1948 eram poucos os veículos a circular em Viseu e provavelmente nenhum deles pertencia a moradores do Bairro Municipal. Atualmente, as circunstâncias são outras e o automóvel ganhou uma presença muito ativa na vida citadina, inclusive no Bairro. Pelo que foi possível observar alguns moradores do Bairro possuem automóvel aliás, dada a falta de estacionamento, alguns veículos dos moradores encontram-se aparcados nos jardins das casas.

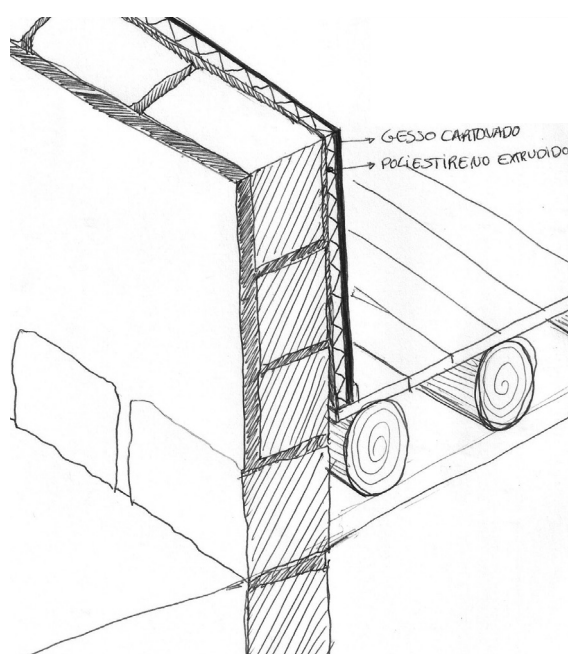
Nas várias visitas ao Bairro, foi possível observar vários veículos estacionados em locais não próprios para esse fim, dada a falta de espaços específicos para o fazer.

Neste sentido, esta poderá vir a ser uma das grandes alterações do desenho do espaço público, como resposta a uma necessidade inegável da vida contemporânea.

A largura das ruas de carácter residencial não permite a introdução de espaços de estacionamento em todo o seu circuito, ainda assim este é possível em determinadas zonas.

Os vários vazios já enunciados podem ser redesenhados de forma a dar lugar a novos espaços de estar/lazer e também poderá ser pensada a implantação de algumas zonas de estacionamento.





154. Esquema com isolamento interior

**A3) Imagem exterior das casas:**

De acordo com o diagnóstico efetuado numa primeira análise, não há grandes perigos inerentes à estrutura, não tendo sido detetadas deformações ou fissuras expressivas nas paredes estruturais, como já foi referido.

Assim sendo, a recuperação das fachadas das habitações não será à partida um procedimento complicado.

Propõe-se então, manter o sistema construtivo estrutural de paredes em pedra, revestidas a reboco à base de saibro pintado a branco.

Quanto à eficiência térmica das casas, os moradores afirmam que esta não existe e são especialmente destacados os meses de inverno em que o frio nas habitações se torna quase insuportável.

Esta questão da térmica é típica nestas construções pois não era habitual o recurso a isolantes térmicos. Assim, este deve ser um problema a ser resolvido na reabilitação das casas.

A higrotérmica, eficiência energética e ventilação das casas são matérias que carecem de estudos mais aprofundados para se determinar com exatidão as suas debilidades. Esses estudos permitirão encontrar as soluções mais apropriadas à correção das deficiências térmicas e higrotérmicas de modo a oferecer o conforto necessário às habitações.

Higrotérmica

Salienta-se que, o mesmo estudo deve ser executado para as coberturas, determinando-se qual a melhor solução.

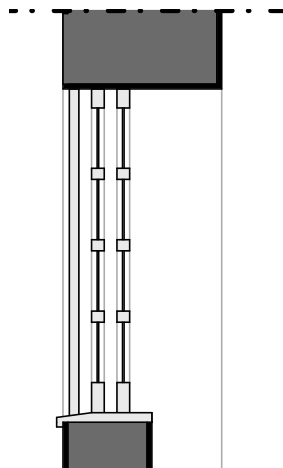
Julga-se que a manutenção da estrutura em asnas de madeira e a substituição das velhas telhas tipo Marselha por outras idênticas, voltará a aproximar o Bairro à imagem de 1948.

Relativamente às paredes exteriores, caso seja necessário e possível o isolamento térmico, propõe-se que este seja colocado na superfície interna da parede. Não intervindo na materialidade das fachadas, os materiais são preservados e ainda se assegura a não alteração volumétrica exterior das casas e, conseqüentemente, a imagem urbana do conjunto mantém-se.

Isolamento  
paredes



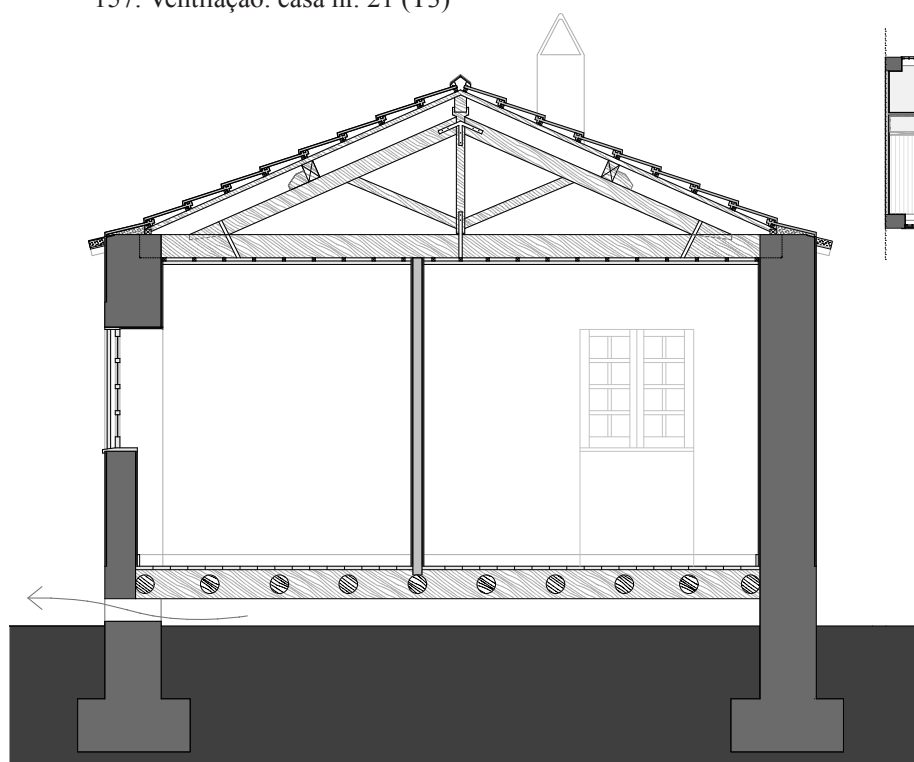
155. Quarto. Casa nr. 13 (T2)



156. Corte caixilharia dupla  
(proposta)



157. Ventilação. casa nr. 21 (T3)



158. Corte transversal (elaborado pela autora)

0 2m

O isolamento passará necessariamente por um aumento da espessura das paredes exterior, mas ao ser executado pelo interior das mesmas é possível uma leitura original dos alçados exteriores das casas do Bairro da Cadeia. Para que esse aumento de espessura da parede não seja excessivo pode, eventualmente, recorrer-se ao gesso cartonado para revestir o isolamento interior, evitando assim recorrer a uma segunda parede de tijolo. Note-se que o aumento da espessura das paredes exteriores irá também traduzir-se numa diminuição da área do espaço doméstico das casas que, como se sabe, já é bastante reduzido. Deste modo, a colocação de isolamento deve ser uma ação bem pensado de modo a diminuir ao máximo estes constrangimentos.

De acordo com o que já foi referido, todas as janelas das casas, à exceção da nº 83, têm apenas vidro simples.

Dupla Caixilharia

Na eventualidade de se considerar necessária a substituição das mesmas, preconiza-se como melhor solução manter as janelas de vidro simples e introduzir uma segunda caixilharia. O recurso a vidro duplo implicaria o aumento das espessuras dos caixilhos de madeira. Além disso, a transparência do vidro simples poderia ser alterada, no sentido em que daria lugar a dois vidros e a caixa de ar, adulterando a imagem dos caixilhos originais.

Assim, propõe-se a segunda caixilharia caso se verifique que a atual não é suficientemente eficiente. O desenho da segunda janela deve seguir o da original em madeira pintada de branco. Se bem executada, acredita-se que esta será uma boa solução.

Para além das janelas, propõe-se a recuperação das portas e das portadas exteriores originais, em madeira pintadas com a cor de origem, ocre.

Portadas e Portas

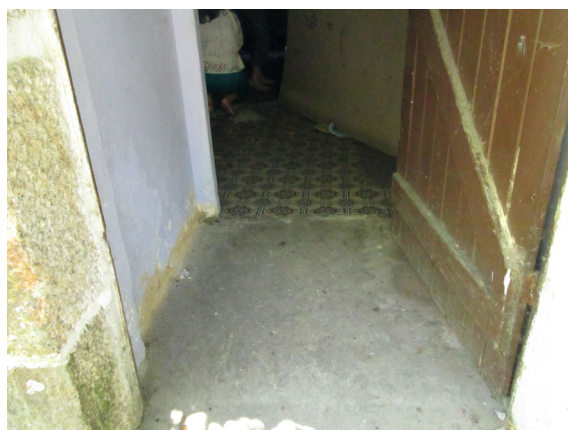
Quanto aos pavimentos, a substituição que se fez em algumas casas, dos soalhos por lajes aligeiradas, é uma solução distante dos sistemas de construção inicialmente utilizados. Destaca-se ainda o facto de no projeto de 1948 os soalhos serem ventilados e por isso, nas fachadas exteriores correspondentes a uma divisória com soalho<sup>180</sup> existe sempre uma abertura,

Recuperar pavimentos

180 O projeto inicial previa soalhos nos quartos e salas de todas as habitações.



159. Quarto da casa nr.4 (T2)



160. Entrada Casa 43 T2



alinhada com o meio da janela, como aliás já foi referido. (Imagem 157)

Assim, é um contrassenso, o recurso a lajes aligeiradas quando estas aberturas foram criadas para ventilar um pavimento com uma estrutura totalmente diferente. As lajes aligeiradas foram a forma encontrada para substituir os soalhos já degradados e uma exigência dos moradores.

Neste sentido, propõe-se a manutenção dos ainda existentes soalhos corridos sobre paus rolados e a recuperação dos que foram alterados.

## **B) INTERVENÇÕES ARQUITETÓNICAS**

### **B1) Espaço doméstico:**

O programa inicial das casas do Bairro da Cadeia era exclusivamente ha- Programa habitacional

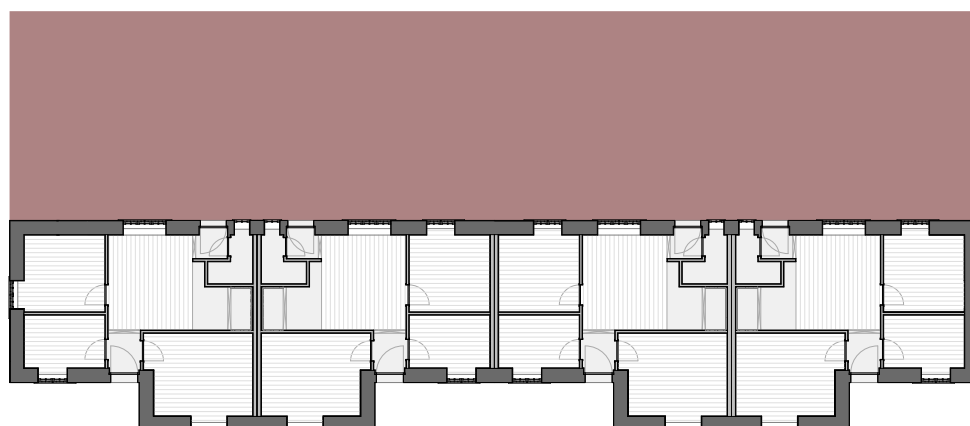
bitacional, embora mais tarde tenha havido exceções, conforme já foi referido. Atualmente, é este o programa que se mantém, à exceção da casa 83, onde funciona a associação para jovens em risco. Salienta-se ainda que algumas das casas devolutas servem como armazéns à CMV.

Propõe-se manter as casas existentes com programa habitacional. Contudo considera-se que algumas habitações possam vir a ser ocupadas por outros usos se tal se justificar e considerar como uma mais-valia para o local.

Se relativamente aos exteriores se defende a continuação e manutenção da imagem original das habitações e conjunto, no que respeita ao interior das habitações a estratégia de intervenção é diferente.

As áreas extremamente reduzidas traduzem-se em casas sem condições condignas de habitabilidade que não faz sentido manter.

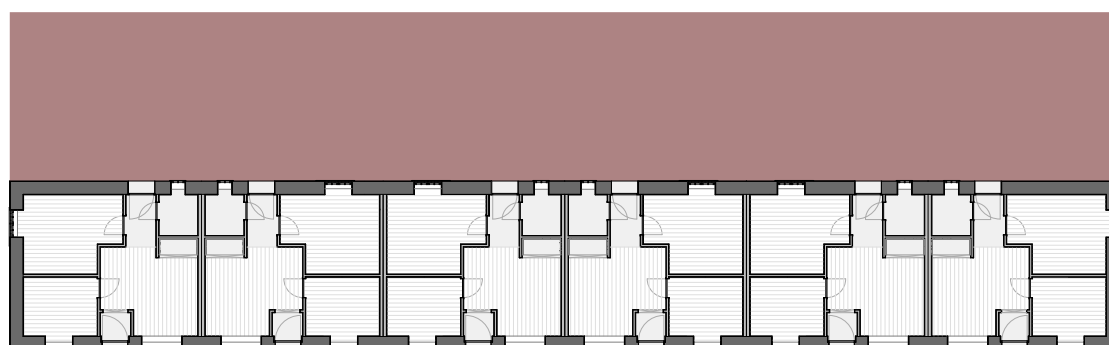
Retomando o que foi exposto no início do capítulo, a abordagem à temática do projeto de reabilitação pode tomar várias e diferentes formas. Deste modo, não se pretende apresentar uma proposta concreta, mas sim expor possibilidades que, poderão ser consideradas numa reabilitação. O principal objetivo é apresentar linhas de atuação distintas que resolvam os problemas das habitações.



161. Conjunto de 4 habitações T3

0 5m

■ Possibilidade de área para extensão das casas com implantação de novos volumes



162. Conjunto de 6 habitações T2

0 5m

■ Possibilidade de área para extensão das casas com implantação de novos volumes

**HIPÓTESE 1: Apropriações:**

Numa primeira aproximação ao local, a temática da volumetria é a que mais se destaca. Os volumes que se foram plantando junto às casas não passam despercebidos.

Volumetria

Um dos temas de intervenção poderia ser agarrar esta temática, aumentando a área das casas com recurso à adição de novas construções anexas às habitações. Estes volumes poderiam ser implantados no logradouro, acessíveis através da porta do alçado tardoz das habitações.

Tome-se como exemplo o que aconteceu com o projeto de reabilitação do Bairro da Bouça no Porto. Alguns moradores do Bairro fecharam as varandas para aumentar o espaço interior, o arquiteto Álvaro Siza Vieira, na reabilitação optou por aproveitar esse tema. No caso de Viseu também se poderia optar por adotar a estratégia dos próprios moradores, ou seja, o aumento da volumetria.

Aumento Volumetria

No caso de se adotar esta estratégia, haveria uma mutação evidente da volumetria original. Julga-se por isso que, querendo manter uma proximidade entre o projeto de reabilitação e o de 1948, a adulteração das volumetrias não será um bom caminho para manter a imagem do conjunto aproximada à inicial, ainda que permita o aumento das áreas.

Este tipo de proposta descaracterizaria a essência do conjunto, contudo, não deixa de ser uma opção válida. É, de qualquer forma, uma atitude mais intervencionista do ponto de vista volumétrico e que se acredita que não beneficiaria muito a recuperação da imagem original do Bairro da Cadeia.

**HIPÓTESE 2: Reorganizar o dispositivo doméstico:**

Outra abordagem passa por, mantendo as fachadas exteriores, rever totalmente os interiores de cada casa, alterando o atual programa doméstico das mesmas.



163. Manter número de fogos, reorganizando o espaço doméstico  
(4 casas T3)



164. Manter número de fogos, reorganizando o espaço doméstico  
(6 casas T2)

Esta hipótese é mais restritiva no sentido em que, apesar de permitir manter os 87 fogos atuais, para que estes respondam positivamente, as tipologias teriam de ser alteradas para casas com menor número de quartos. Considerando as áreas das casas, mesmo para habitação social, não são viáveis habitações com mais de 1 quarto, pois como já se referiu, estas não excedem os 43 m<sup>2</sup>.

Tipologias

Ou seja, esta abordagem passa por manter as áreas originais das casas, mas redesenhar os espaços interiores domésticos, com outras características e tipologias inferiores às atuais.

Aqui é necessário ter também em consideração que público se quer atrair para o conjunto habitacional. As tipologias T1 e T0 são atrativas para uma camada mais jovem, mas se em alternativa o público alvo for mais diversificado então, casas com mais quartos seriam mais adequadas.

Outra atitude, pode ser manter as divisórias das casas e admitir uma reformulação dos usos dos espaços domésticos. Pode considerar-se a possibilidade de, alterar os T2 para T1 e os T3 para T2. E, em ambos os casos proceder-se à supressão de um dos quartos para lhe incumbir outras funções, como cozinha ou instalações sanitárias.

Reformular

Desta forma, seria possível manter para além do conjunto volumétrico e as fachadas exteriores de 1948, a divisão original do espaço doméstico, ainda que, com funções diferentes.

Julga-se contudo que, mais uma vez devido às reduzidas áreas, este tipo de intervenção não resolveria o problema. E, a abdicação de 1 quarto não seria suficiente para resolver a problemática do espaço doméstico.

Para além disso, nesta opção, alguns quartos dariam lugar a novos espaços, conferindo-lhes assim um papel diferente do que lhes foi originalmente atribuído, nomeadamente no que respeita à relação destes com os alçados. A perceção que se teria das ruas para o interior das casas térreas seria muito diferente da atual e retiraria privacidade aos inquilinos.

Novos Espaços





165. Possíveis variações de agrupamentos de casas de um conjunto 0 5m

(4 fogos T3)

■ Área correspondente ao conjunto das zonas húmidas



166. Possíveis variações de agrupamentos de casas de um conjunto 0 5m

(6 fogos T2)

■ Área correspondente ao conjunto das zonas húmidas

**HIPÓTESE 3: Agrupar casas:**

Devido ao elevado número de casas e à disposição das mesmas, uma das estratégias pode passar pela união de alguns fogos, tal como também já o afirmou Almeida Henriques.

Tome-se como exemplo o Bairro de Rainha D. Leonor no Porto, que teve um projeto de reabilitação aprovado em 2005, assinado pela arquiteta Inês Lobo. Este projeto previa a supressão das 150 do Bairro casas para 90, propondo a junção de algumas delas e a continuação e recuperação dos elementos urbanísticos e arquitetónicos.

Bairro D. Leonor

A estratégia ia no sentido de resolver um problema idêntico ao das habitações do Bairro da Cadeia, as áreas exíguas.

A junção de casas é também possível no caso de Viseu. As casas geminadas podem variar numa combinação de duas a duas ou três a três, permitido assim a recriação dos espaços que, se podem tornar mais confortáveis e adaptar-se à vida contemporânea, para além do claro aumento de áreas.

Agregar Casas

Também seria possível uma maior variação das tipologias, ao agrupar algumas habitações podendo obter-se habitações de 4 quartos e manter as tipologias T2 e T3. Para além disso, se se mantivessem algumas casas com as áreas atuais, podia transformar-se a sua tipologia transformando por exemplo T2 em T0 e T3 em T1, visto a área não exceder os 34m<sup>2</sup> e 43m<sup>2</sup> úteis, respetivamente.

Esta proposta implica uma série de alterações internas relativas à organização doméstica do espaço interior. No entanto, é possível manter algumas linhas organizadoras do projeto inicial. As habitações foram pensadas de uma forma simétrica para poderem agrupar num só bloco as zonas húmidas das casas, duas a duas.

Ao unir fogos e transformá-los em apenas um, essa zona central poderia manter-se como um bloco fixo para albergar quartos de banho e cozinha da casa e há volta destes desenrolarem-se as restantes divisórias, quartos e sala.



167. Bairro Dona Leonor, Porto



168. Apartamento em Carabanchel



169. Apartamento em Carabanchel

Neste ponto pode ainda entrar o conceito da flexibilidade que é uma vantagem.

Flexibilidade

Com um bloco fixo, os restantes espaços podem ser divididos por paredes amovíveis ou peças de mobiliário, que permitam aos moradores recriar e adaptar os espaços às suas necessidades.

Os apartamentos sociais em Carabanchel da autoria dos Aranguren + Gallegos arquitetos, apesar de serem um projeto de raiz e não uma reabilitação, demonstram bem a vantagem das paredes amovíveis em espaços de áreas reduzidas.

Carabanchel

Se por um lado, esta hipótese levantaria uma diminuição do número de fogos, agrupar conjuntos de duas ou três casas para que, estas ofereçam áreas dignas e a diversidade de tipologias que isso poderia gerar, são grandes vantagens.

A questão das tipologias, que eventualmente poderia variar de T0 a T4 permite atrair jovens, famílias e pessoas mais velhas para o Bairro.

Além disso, o conceito de flexibilidade trás uma vantagem adicional às casas. Os próprios habitantes podem recriar os espaços, as áreas e suas funções. A flexibilidade oferece às casas o potencial de serem constantemente reinventadas pelos utilizados e se adaptarem a casos concretos.





## 7| CONSIDERAÇÕES FINAIS







### 7.1 Notas conclusivas

A reabilitação urbana é uma preocupação cada vez mais frequente e discutida na atualidade. As estratégias de projetos de intervenção em edifícios, devem responder às suas necessidades e dos seus moradores.

Conforme se viu no 2º capítulo, os bairros sociais surgiram em Portugal na segunda República como uma solução à grave carência económica de muitas famílias. Estas, viviam em condições deletérias sem possibilidades financeiras para aceder às casas económicas promovidas pelo Estado Português e construídas por privados.

A casa isolada com jardim e quintal foi o modelo adotado pelo Estado para alguns bairros em Portugal. O Bairro da Cadeia, assinado pelo engenheiro Travassos Valdez, promovido pela CMV, é um desses exemplos.

Como acontece em outros conjuntos habitacionais desta índole, os moradores das casas para famílias pobres do Bairro da Cadeia rapidamente se depararam com a falta de condições das habitações. Dada a falta de manutenção por parte da Autarquia, os moradores com os poucos recursos económicos que dispõem, foram resolvendo as lacunas e falhas das casas, sobretudo relativas à falta de espaço.

Estas precárias intervenções pensadas no particular, resultaram na descaracterização do conjunto arquitetónico previsto em 1948.

O tratamento isolado e irrefletido deve ser evitado nos conjuntos habitacionais, especialmente quando se trata de um conjunto classificado ou em vias de classificação, correndo-se o risco de perder a sua essência, identidade e memória.

Apesar das transformações de que foi sendo alvo, o Bairro da Cadeia não sofreu alterações que comprometam de forma grave a sua identidade e, neste sentido, facilmente se recuperará a sua imagem inicial.

Para além da falta de poder económico dos habitantes que, não lhes permitiu proceder a alterações profundas, o próprio regulamento do Bairro determina a impossibilidade de qualquer alteração e/ou transformação sem a prévia autorização da CMV.

No entanto, foi possível verificar ao longo do presente trabalho, que esta regra não foi cumprida, pois a instalação de construções anexas, assim como as substituições de caixilharias em algumas casas, não foram autorizadas.

Mesmo depois das constantes ameaças de demolição do Bairro e da destruição de 13 casas, do constante desinteresse da autarquia pelos habitantes e falta de condições em que vivem, a esmagadora maioria continua a manifestar vontade de viver nas pequenas casas térreas em detrimento das “gaiolas”.<sup>1</sup>

Há uma vertente humana muito forte ligada ao local. As vivências e memórias que representa, atribuem-lhe um valor emocional que levou os moradores a defender a sua continuidade e há agora a intenção de o elevar a Património Municipal.

É inegável a necessidade de intervenção nas casas do conjunto. Mas a intervenção em locais classificados ou em vias de classificação, conforme foi exposto no capítulo 4, não é uma tarefa fácil.

Para além disso, as problemáticas das casas que se foram acumulando e agravando pela falta de manutenção, tornam indispensável um estudo aprofundado e multidisciplinar antes da apresentação de uma proposta concreta para um projeto de reabilitação.

Por esse motivo, no capítulo 6, e depois de uma recolha de todos os dados disponíveis sobre o objeto de estudo, de se analisar as alterações que sofreu e as necessidades mais primárias de que carece, optou-se então por expor linhas de estratégia para uma possível intervenção no Bairro da Cadeia e não apresentar uma proposta concreta de projeto, pois seria imprudente fazê-lo, sem o estudo aprofundado que já se referiu.

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos moradores para se referirem a apartamentos sociais.

## 7.2 Conclusão

A presente dissertação, aborda a forma como as políticas do Estado Novo intervieram na arquitetura em Portugal. Mas é sobretudo uma síntese que, pela primeira vez recolhe e analisa todo o material encontrado relativo ao Bairro da Cadeia em Viseu que se prevê que seja classificado como Imóvel de Interesse Municipal a curto prazo. Com base nesses dados e no trabalho de campo efetuado, identificaram-se os principais problemas, alterações e carências das habitações.

Como se insistiu ao longo do presente trabalho, a reabilitação do Bairro é inegavelmente necessária e urgente. A CMV como proprietária da sua totalidade é a entidade competente para avançar com um projeto que ofereça aos atuais e possíveis futuros habitantes, condições dignas de habitabilidade.

É importante reiterar a necessidade de se avançar com um diagnóstico profundo e direcionado que, determine os reais problemas das construções, nomeadamente a nível térmico, acústico, estrutural e social.

Assim será então possível desenvolver um projeto de reabilitação adequado ao local. Este projeto pode seguir as linhas de estratégia propostas no capítulo 6.

Em suma, esta dissertação defende diretrizes de intervenção que podem ser discutidas como base de uma futura proposta de intervenção. Não pretende encerrar o debate da reabilitação do Bairro Municipal de Viseu, mas abrir e sensibilizar perspetivas e caminhos para o tema e projeto da reabilitação do objeto em causa.

“Construir sobre o passado, pois vivemos em cidades do passado e sobre ela ou com ela fazemos a cidade para o futuro...”

(SANDINO, 1982, p. 15)





## BIBLIOGRAFIA

- ADELL, Eduardo Mosquera, “De lá utilidad de la Arquitectura para el Patrimonio”, Cuadernos
- ALARCÃO, Pedro, “Construir na ruína : a propósito da cidade romanizada de Conimbriga”, Porto: FAUP, 2009, Dissertação de Doutoramento
- ALMEIDA, Carlos Alberto de, “Património – Riegl e hoje”, in “Revista da Faculdade de Letras : História”, Porto: FLUP, 1993, II série, Vol. 10
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, “A arquitectura no Estado Novo : uma leitura crítica”, Lisboa: Livros Horizonte, 2002
- ARÍS, Carlos Martí, “Las Formas de la Residência en la ciudad moderna:vivenda y ciudad en la Europa de entreguerras”, Barcelona: Ed. UPC, 2000
- GRONDONA, Javier, “Rehabilitacion y vivienda en sevilla. Renovación y transformaciones en la arquitectura doméstica 1975-1988”, Sevilla: C.O.A.A.O., 1989
- CHOAY, Françoise, “A alegoria do Património”, Lisboa: Edições 70, 2010
- DGSU, “Boletim da direcção Geral dos Serviços de Urbanização”, 1945-1946, Vol. I
- DOMINGUES, Álvaro; PORTAS, Nuno; JORGE, Filipe, “Cidade e democracia : 30 anos de transformação urbana em Portugal : 30 años de transformación urbana en Portugal”, Lisboa: Argumentum, 2006
- FERNANDES, José Manuel, “Português Suave: arquitecturas do Estado Novo”, Lisboa: IPPAR, 2003
- FERNANDES, José Rio, “Cadernos: Cursos de Doutoramento em Geografia”, Porto: Universidade do Porto, 2009
- FERNANDEZ , Sérgio, “Percurso : Arquitectura Portuguesa:1930-1974”, Porto: FAUP Publicações, 1988
- GROS, Marielle Christine , “O alojamento social sob o fascismo”, Porto: Ed. Afrontamento, 1982
- LINO, Raul, “Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples”, Lisboa: Livros Cotovia, 1992
- LOPES, Carlos Nuno Lacerda, “Projecto e modos de habitar”, Porto: FAUP, 2007, Dissertação de Doutoramento
- MATTOSO, José, “História de Portugal”, Lisboa: Ed. Estampa, Vol.7
- MOREIRA, Manuel Vicente, “Problemas da habitação: ensaios sociais”, Porto: Livraria Figueirinhas, 1950

- MUMFORD, Lewis, “A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas”, São Paulo: Martins Fontes, 1982
- PORTAS, Nuno, “Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura” Porto: FAUP Publicações, 2004
- RAMOS, Rui Jorge Garcia, “A casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX Português”, Porto: FAUP Publicações, 2010
- SANDINO, Fernando, “Construir sobre el pasado” in “Rehabilitacion y Ciudad Histórica. I Curso de Rehabilitacion del C.O.A.A.O” C.O.A.A.O., Sevilha: 1982
- SANTOS, Boaventura de Sousa, “Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa”, Porto: Edições Afrontamento, 2003
- TÁVORA, Fernando, “Da Organização Do Espaço”, Porto: FAUP Publicações, 2006
- TEIXEIRA, Joaquim, “Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX. Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal”, Porto, 2004, Dissertação de Doutoramento
- TOMÉ, Miguel, “Património e Restauro em Portugal: 1920-1995”, Porto: FAUP Publicações, 2002

## **LEGISLAÇÃO:**

- Decreto-lei nº 23:052, 23 de Setembro de 1933
- Decreto-lei nº 28:912, 12 de Agosto de 1938
- Decreto-lei 34:486, de 24 de Novembro de 1943
- Decreto-lei 34:486, de 6 de Abril de 1945
- Lei nº 107/2001, 8 de Setembro de 2001
- Regulamento PDM Viseu, 2013

## **SÍTIOS DA INTERNET:**

- <http://www.apha.pt>
- <http://www.cm-viseu.pt/>
- <http://www.monumentos.pt>
- <http://www.patrimoniocultural.pt>
- <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru>
- <http://urbancidades.wordpress.com>

## **IMPRENSA:**

- BISPO, Rodrigues, “Bairro de Viseu é pobre em tudo”, *O comércio do Porto*, 09/09/1989
- CASTRO, Carlos Vieira, “Bairro Municipal de Viseu: A demolição de um património arquitectónico e social”, *Jornal Via Rápida Press*, 08/11/2012
- CASTRO, Carlos Vieira, “Bairro Municipal de Viseu: um desperdício de espaço ou património?”, *Diário de Viseu*, 20/06/2012
- FERREIRA, Sandra, “Casas do bairro da Cadeia a Património Municipal”, *Jornal de Notícias*, 05/01/2014
- FERREIRA, Sandra, “Viseu recupera Bairro Municipal com 60 anos”, *Jornal Público*, 25/10/2007
- FONSECA, José, “Bairro Municipal pode ser classificado como centro histórico”, *Diário Regional de Viseu*, 21/02/2006
- FONSECA, José, “Moradores apreensivos com planos da autarquia para o Bairro Municipal”, *Diário Regional de Viseu*, 17/04/2003
- FONSECA, José, “Município decidiu parar demolições do Bairro Municipal e admite sua reabilitação”, *Diário de Viseu*, 20/01/2014
- FONSECA, José, “Novo prédio substitui 12 habitações sociais”, *Diário de Viseu*, 28/05/2012
- FONSECA, José, “Requalificação do Bairro Municipal será reanalisada”, *Diário de Viseu*, 30/03/2012
- GIESTAS, Fernando, “Fim anunciado para o Bairro Municipal”, *Jornal do Centro*, 19/07/2002
- GOMES, Margarida, “No Bairro Municipal não se combate o abate das árvores: é só poda bem forte”, *Diário Regional de Viseu*, 05/02/2001
- MALTEZ, Elizabete, “Bairro Municipal vai ser requalificado”, *Diário Regional de Viseu*, 27/06/2000
- RODRIGUES, Sandra, “Bairro social quer ser local de ideias inclusas”, *Jornal do Centro*, 16/01/2014
- RODRIGUES, Sandra, “Demolição vai dar lugar a projecto “incluso” no Bairro Municipal de Viseu”, *Jornal Público*, 20/01/2014
- RODRIGUES, Sandra, “Moradores e associação tentam travar demolição em curso de bairro de Viseu”, *Jornal Público*, 24/06/2013

## ÍNDICE IMAGENS:

1. DORÉ, Gustave in <http://www.myartprints.co.uk>
2. <http://www.brutalismus.com>
- 3-4. <http://yoursporto.com>
- 5-7. <http://images.google.pt>
8. SILVA, Carlos, in “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”
9. <http://images.google.pt>
10. Joana Pinto, Viseu, 2013
- 11-14. <http://images.google.pt>
15. Planta cedida pela CMV
- 16-17. <http://www.cm-viseu.pt/>
- 18-20. <http://images.google.pt>
- 21-22. <http://doportoenaoso.blogspot.pt>
- 23-25. <http://images.google.pt>
26. <http://doportoenaoso.blogspot.pt>
27. <https://maps.google.pt/>
- 28-29. Joana Pinto sobre imagem do Google Maps 2014
- 30-36. Foto Germano, Viseu, 1948
- 37-38. Joana Pinto, Viseu, 2013
39. Foto Germano, Viseu, 1948
- 40-41. Joana Pinto, Viseu, 2013
42. DGSU, Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946, Vol.I
43. Joana Pinto sobre planta cedida pelo SRU Viseu
- 44-57. Joana Pinto, Viseu, 2014
58. Joana Pinto através de planta cedida por SRU Viseu
- 59-65. Joana Pinto, Viseu, 2014
66. Imagem cedida pelo Arquitecto Luís Seixas
67. Foto Germano, Viseu, 1948
68. Joana Pinto, 2014
69. Joana Pinto sobre plantas cedida pelo SRU Viseu
- 70-71. Fotografia cedidas por Vanessa Monteiro
72. Imagem do Plano 22 cedida pelo SRU Viseu, 2014



73. Joana Pinto, Viseu, 2014
74. Joana Pinto sobre Planta cedida pelo SRU Viseu
- 75-78. Imagem do Plano 22 cedida pelo SRU Viseu
79. Foto Germano, Viseu, 1948
- 80-83. <http://images.google.pt>
84. Joana Pinto, Viseu, 2014
85. Jornal Via Rápida, Viseu, 10/12/2012
- 86-91. Desenhos elaborados por Joana Pinto, Viseu, 2014
92. Joana Pinto 2013
93. <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt>
- 94-97. Joana Pinto, 2014
98. Foto Germano, Viseu, 1948
99. Joana Pinto sobre planta cedida pelo SRU Viseu
- 100-102. Joana Pinto, Viseu, 2013
103. Foto Germano, Viseu, 1948
- 104-140. Joana Pinto, Viseu, 2014
- 141-142. Foto Germano, Viseu, 1948
- 143-144. Joana Pinto, Viseu, 2014
145. Joana Pinto, Viseu, 2013
146. Foto Germano, Viseu, 1948
147. Joana Pinto sobre Foto Germano, Viseu, 1948
148. <http://www.jardinseafins.com/paginasimples.html>
149. Joana Pinto sobre Planta cedida pelo SRU Viseu, 2014
150. Joana Pinto, Viseu, 2014
151. Foto Germano, Viseu, 1948
- 152-153. Joana Pinto, Viseu, 2013
- 154-155. Joana Pinto, Viseu, 2014
156. Desenho elaborado por Joana Pinto, 2014
157. Joana Pinto, 2014
158. Desenho elaborado por Joana Pinto, 2014
- 159-160. Joana Pinto, 2014
- 161-166. Desenho elaborado por Joana Pinto, 2014
167. <http://www.ilobo.pt/>
- 168-169. <http://www.arangurengallegos.com/>



# ANEXO 1|



## Escritura da Quinta da Mendonça, 1946

Documento cedido pelo Arquiteto Luís Seixas

*Luís*

Escritura de compra de  
13.672,50 metros quadrados  
de terreno que faz a Tamara  
Municipal da Viseu a Dona  
Hortência de Melo Feres e More-  
des e outros, para a constru-  
ção de casas para pobres.  
Aos oito dias do mês de Junho de mil  
novecentos e quarenta e seis, nesta cidade de

Compra de 13.672,50 me-  
tros quadrados de terreno, de Dona  
Hortência Ferreira de Feres e More-  
des, para construção de casas  
para pobres.  
Eu, José de Barcel, de mil novecentos e quarenta  
e seis, no meu cartório, sito a Praça da República  
no edifício dos Paços do Concelho de Viseu,  
ante mim Carlos Pinto Ferreira, chefe da Secre-  
ria da Câmara Municipal de Viseu, e como tal  
potendo prestar, perante as testemunhas  
de direito, assinadas, comparecer, dizer, comunicar  
e dar assistência, compareceram: como pro-  
prio outorgante a senhora Dona Hortência Ferreira  
Feres (e Moredes, solteira, viúva, proprietária,  
residente na Rua Viriato e Rua de Afonso, desta cidade  
de Viseu, e como segundo outorgante o senhor Doutor  
Albuquerque Rodrigues, casado, médico, residente  
na Rua Alexandre de Gusmão, na freguesia de  
sede da Câmara Municipal de Viseu, a qual  
e sua esposa de direito e de fato, e de fato de  
direito, me compareceram todos os poderes para  
organizar na presente como proprietário do supracen-  
suado; todos os poderes e de direito de re-  
ceber, pelo conhecimento pessoal que deles



eu e Secretaria da Câmara Municipal, no  
Rio dos Lacer do Conselho, sito na Praça da Re-  
pública, perante mim, Alfredo de Figueiredo Taessa,  
eiro official, servindo de chefe da Secretaria da  
município de Viseu, e, como tal, seu no-  
me privativo, compareceram: como primeiros  
outorgantes a, embora Dona Hortência de Melo, Lemos  
mezes, casada, proprietária, por si e como pro-  
curadora de seu marido Miguel Teixeira de Sousa,  
advogado bancário, residente com ela na cidade  
do Porto, conforme consta da procuração que nesta  
data me foi apresentada, passada no dia oito de  
maio deste anno, no Porto, e aqui está aquiada para  
feitos legais; Dona Natalia Ferreira de Lemos e  
mezes, Doutor Leonilde Ferreira de Lemos e Mene-  
zesses colheiros, e ela residente em Viseu e ele ma-  
rque do Porto; e como segundo outorgante o se-  
nhor Doutor Abel Nogueira Martins, casado, médico,  
residente nesta cidade, na qual se de se residente  
Câmara Municipal do Conselho de Viseu, a qual  
conferiu, em sessão realizada no dia vinte  
e três de Maio ultimo, plenos poderes para outorgar  
esta escritura, como aqui fizerei: da respectiva  
data; os outorgantes são pessoas cuja identidade  
reconheço pelo conhecimento pessoal que

(32999)

delas tenho, do que dou fé. E pelos primeiros outor-  
gantes foi dito que eram donos e legítimos possui-  
dores dum terreno que faz parte da propriedade  
denominada "Quinta do Menconda", também co-  
nhecida por "Quinta da Balsa", sita na freguesia  
Occidental de Viseu, confrontando do Norte, Sul e  
Nascente com os arrendatários, e do Poente com o  
terreno municipal onde se está a construir o  
bairro do pobre e a residência Dona Natalia,  
terreno que tem a área certa de treze mil seis-  
centos setenta e dois metros e meio quadrados e  
representa tres centos e dois do artigo numero seis-  
centos e nove da matriz registada da freguesia  
Occidental e é parte do prédio descrito no  
vintésimo do Registo Predial desta Comarca sob o  
numero oitenta e tres mil, e folhas cento e  
setenta e oito do livro B. depositos e catotze; que  
vendiam este terreno à Câmara Municipal de  
Viseu para nela se construir a parte do novo  
bairro para classes pobres, ao preço da área  
esquada e esta metro quadrado. E pelo segundo  
outorgante foi dito que em nome da Câmara  
Municipal de Viseu, que representa, aceitava  
a presente venda, conforme foi declarado pelos  
primeiros outorgantes, desde que o prédio referido



ter-se livre de encargos, obrigando-se os primeiros  
outorgantes, a autoria e viccã. Pelos primeiros  
outorgantes foi aucto o acto que o terreno vendido  
esta escritura se encontra livre de encargos e se  
igavam a referida autoria e viccã. Não  
aqui dada esta em virtude da isenção con-  
cedida ao numero primeiro do artigo sétimo do  
reito lei numero trinta e quatro mil quatrocen-  
e oitenta e seis, datado de seis de Abril de mil  
e cento e quarenta e cinco. Neste acto foi entregue  
e aguento outorgante aos primeiros outorgantes  
a escritura de pagamento numero seiscentos  
e oitenta e oito, do valor de sessenta e oito mil  
e sessenta e dois escudos e cinquenta cen-  
ta, importância referente a compra dos citados  
e mil e seiscentos e oitenta e dois metros quadrados  
e meio de terreno. O terreno comprado e mencio-  
do nesta escritura está inscripto e rematado  
planta que todos os outorgantes vão assinar  
e a fazer parte integrante desta escritura  
as testemunhas presentes, cujas identidades ve-  
ni, Serafim Antonio Fil. e Agostinho de Almeida  
ambos casados, funcionários administrativos  
residentes nesta cidade. Esta escritura foi lida  
em voz alta e explicada na presença

simultanea dos outorgantes e testemunhas, e vai  
ser assinada por todos e por mim notário privado,  
depois dos outorgantes terem posto a impressão di-  
gital do indicador direito. Em tempo se declara  
que a parte vendida da Quinta do Moutão ou  
Balsa, a que se refere a presente escritura, faz  
parte do predio descrito na Conservatoria do  
Registo Predial sob o numero oitenta e dois mil  
e trezentos e noventa e nove, do aludido livro  
B, duzentos e catosze, e oitão do numero oitenta  
e tres mil, do sistema Poro.

Alf. Vagueria Monting  
Notario de Alf. Vagueria e Alf. Vagueria  
Natalia Ferreira de Almeida e Menezes  
Jose Ferreira de Almeida e Almeida  
Serafim Antonio Fil.  
Agostinho de Almeida

Alfredo de Almeida (aluno)  
O selo, na importância de sessenta e cinco  
escudos, foi pago pela guia nº 7, nº 8341, de 12 de  
Junho de 1946. A. Almeida

**Regulamento do Bairro da Cadeia, 1948**  
Documento cedido pelo Arquitecto Luís Seixas

***Regulamento do Bairro de Casas para Classes Pobres  
da Cidade de Viseu***

Art. 1.º — A ocupação das casas do Bairro dos Pobres de Viseu, tipo A e B, será concedida a título precário, mediante licença da Câmara Municipal, sob a forma de alvará.

Art. 2.º — As casas deste Bairro serão destinadas a famílias pobres e indigentes, residentes nesta cidade tendo sempre preferência aquelas que hajam sido desalojadas por efeito de demolições, relacionadas com trabalhos de Urbanização ou outros de interesse público.

Art. 3.º — A admissão de moradores será feita por deliberação da Câmara Municipal, atendendo às preferências referidas no art. 2.º, ao grau de necessidade e ao comportamento moral e civil dos pretendentes e seus familiares.

Art. 4.º — As rendas a pagar, serão as fixadas pela Câmara Municipal, depois de aprovadas por Sua Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças, nos termos do § 1.º do Art. 3.º do Decreto-Lei n.º 34.495, de 6 de Abril de 1945, devendo, caso seja possível, ser uniformes para cada tipo de casa, e serão pagas na Tesouraria da Câmara, até ao dia 8 do mês a que respeitem.

Art. 5.º — Em caso de morte ou ausência do Chefe de família, pode a Câmara Municipal transferir os direitos e obrigações, que lhe pertenciam, por meio de novo alvará, para a viúva, para qualquer dos filhos ou para outro parente mais próximo que lhes suceda no encargo da sustentação da família.

Art. 6.º — É expressamente proibido aos moradores proceder a quaisquer obras ou instalações que modifiquem as condições de utilização das casas, sem autorização escrita da Câmara Municipal e consentir na sua ocupação, no todo ou em parte, por pessoas estranhas ao respectivo agregado familiar.

Art. 7.º — Os encargos de conservação e limpeza periódica das casas, compete à Câmara Municipal.

Art. 8.º — Os ocupantes das casas podem ser desalojados sempre que se verifique não terem necessidade de ocupar a casa ou se tornem indignos pelo seu procedimento do direito de ocupação que lhes foi concedido.

§ 1.º — O disposto neste artigo aplica-se especialmente aos moradores:

1.º — Que deixem de efectuar o pagamento das rendas até ao dia 8 do mês a que respeitem. (a)

2.º — Que possuam casa própria nesta cidade e tenham possibilidade de a ocupar;

3.º — Que pelo seu comportamento provoquem escândalo público, alterem o sossego, causem dano moral ou material ou que maltratem por palavras ou por actos os habitantes do Bairro ou os encarregados da sua fiscalização;

4.º — Que se recusem a patentear a casa ao representante da Câmara Municipal incumbido de superintender no respectivo Bairro;

5.º — Que não mantenham em bom estado de asseio a casa e terreno anexo;

6.º — Que procedam de forma a criar risco para a segurança e salubridade do prédio e do Bairro;

§ 2.º — O despejo das casas será feito pela Polícia de Segurança Pública, a requisição da Câmara Municipal.

Art. 9.º — Das deliberações da Câmara sobre distribuição de casas e seu despejo, cabe recurso para o Ministro do Interior, com efeito suspensivo, o qual deverá ser interposto no prazo de 8 dias, a partir da data da sua aprovação.

Art. 10.º — Constitui especial obrigação dos moradores do Bairro:

1.º — Ter a habitação, terrenos anexos e arruamentos sempre limpos e em bom estado de conservação;

2.º — Mandar colocar à sua custa todos os vidros, louças sanitárias, bancas de cozinha, lâmpadas eléctricas, etc., que partirem ou inutilizarem, bem como responder por quaisquer estragos que derivem do mau uso que façam da habitação;

3.º — Participar imediatamente à Câmara Municipal todos os estragos que as moradias sofram por motivos acidentais ou pelos usos próprios;

4.º — Não fazer despejos, amontoar lixo ou estrumes, dentro do Bairro;

5.º — Não danificar as árvores e os arbustos dos arruamentos;

6.º — Ser consumidor de água e energia eléctrica, liquidando pontualmente os respectivos fornecimentos (b).

Art. 11.º — Em tudo o omissso neste Regulamento atender-se-á às disposições do Decreto n.º 35.106, de 6 de Novembro de 1945 e às do Código de Posturas do Município.

Viseu, Secretaria da Câmara Municipal, 29 de Setembro de 1948

(a) Deliberação de 13-6-956;

(b) — No caso de pretenderem deixar de ocupar as casas, participarem, na Secretaria da Câmara, até ao dia 15 do mês antecedente, essa intenção, sob pena de serem obrigados ao pagamento da renda do mês seguinte, se as casas não estiverem desocupadas no último dia do mês em que a participação deve ser feita.

O Presidente da Câmara Municipal,

*Alexandre de Lucena e Vale*





## ANEXO 2|





## **Análise patrimonial do Bairro da Cadeia. Contributo para uma discussão alargada.** Documento cedido pelo Arquitecto Luís Seixas

A Câmara Municipal de Viseu está a elaborar um Plano de Pormenor para o Bairro Municipal conhecido por Bairro da Cadeia. O que se propõe é a demolição completa do actual bairro para dar lugar a um conjunto de blocos de apartamentos, na linha de uma estratégia que deu origem a todos os bairros que têm lentamente rodeado o centro da cidade: Serrado, Mezuras, Grilo, Galo, Sta. Eulália, Marzovelos, Tevisil, 1o de Maio, Sto. Estêvão, etc, etc.

Esta opção tem levantado protestos e reservas junto dos moradores do bairro, sobretudo através da respectiva Associação de Moradores. Trata-se de um problema de gestão urbanística cuja abordagem requer a articulação das delicadas dimensões sociais/humanas com outras, igualmente sensíveis, de carácter arquitectónico e patrimonial. Dimensões que se imbricam e encontram a síntese derradeira na velha questão do «fazer cidade», isto é, que tipo de cidade queremos? A resposta diz-nos respeito a todos e este texto pretende ser, antes de mais, um exercício de cidadania, inscrevendo-se num conjunto de outros contributos que visam enriquecer o debate em torno do destino do bairro.

Defendo que a transformação radical de um espaço urbano consolidado deve ser antecedida de uma profunda reflexão e de uma fundamentada justificação. Não basta já, actualmente, aplicar o estafado paradigma modernista [transformação = evolução] que tão maus resultados tem dado ao nível do urbanismo português das últimas décadas. Num tempo de mudanças bruscas, onde tudo o que é sólido se dissolve no ar, a liquidação de referenciais estáveis deve ser encarada com grandes cautelas.

Não defendo posições de preservacionismos saudosistas ou apriorísticos, que são no fundo a negação de uma componente fundamental da natureza humana, tendencialmente evolucionista, mas também não aceito a transformação, isto é, o novo, como algo intrinsecamente positivo ou defensável per si enquanto conceito.

O resultado é um dilema familiar para os que trabalham com património arquitectónico. Diz-se, aliás, que uma das características do objecto patrimonial é o facto de que, quer a sua salvaguarda quer a sua destruição constituírem um problema. Estes dilemas não se resolvem com fugas para a frente ou radicalismos, num ou noutro sentido, mas com um consistente trabalho de análise do que existe e do que se propõe que exista. O primeiro objetivo não é encontrar uma solução, mas sim traçar um quadro analítico que nos permita decidir melhor.

O método que esta contribuição se propõe aplicar consiste na análise do Bairro da Cadeia enquanto objecto patrimonial. Tentarei, num exercício de síntese, identificar as características que eventualmente lhe conferem valor cultural. Procurarei perceber se o bairro se constitui como elemento valorizador da cidade com suficiente interesse para nos obrigar a «pensar duas vezes» antes da anunciada implosão.

O Bairro Municipal foi construído na 2o metade da década de 40 por iniciativa da Câmara Municipal de Viseu e da então Direcção Geral de Urbanização como «bairro de casas para classes pobres», de acordo com a designação constante no Decreto Lei 34:486 de 06/04/1945 e que surge referida em várias actas de reuniões da Autarquia e no Regulamento do bairro.

As instituições contaram com a colaboração da família Melo Lemos e Menezes, que vendeu à Autarquia a Quinta da Mendonça, também conhecida por Quinta da Balsa,

especificamente para esse propósito, conforme reza a escritura datada de 08 de Junho de 1946. Do ponto de vista histórico o bairro é, a muitos níveis, um paradigma. Verdadeiro exemplo da filosofia e estratégia do Estado Novo em matéria de habitação e urbanismo, é também e por inerência, exemplo do que se esperava que fosse o papel de um Estado protector e caridoso para com as classes pobres. Um Estado capaz de proporcionar a cada família um espaço próprio para habitar, uma «casinha humilde mas digna», que permita ao mesmo tempo preservar a intimidade e independência do núcleo familiar e garantir uma saudável vida em comunidade: casa térrea com um pequeno jardim fronteiro dividido da rua por um muro e uma cancela, de função apenas simbólica, mas crucial ao marcar o território de cada um e impedir ambiguidades.

É no fundo a matriz rural plasmada num bairro urbano, a transposição do modelo aldeia para um contexto de vida moderna. Paradoxos e virtudes de um regime que compreendeu muito bem as características fundamentais da «mentalidade lusitana» e procurou o compromisso (até à



exaustão) entre o mundo rural, conservador e católico que constituía o substrato cultural do país e os designios de progresso, industrialização e futurismo que enformaram e entusiasmaram os movimentos de tendência fascista europeus.

O Bairro Municipal encerra, como um protótipo, as premissas fundamentais que os discursos de Salazar expõem de forma tão clara: A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra exige a casa, a casa independente, a nossa casa (...) para o nosso feitiço independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família. (Discursos, António Oliveira Salazar, Coimbra, 1935, 1o vol., pág. 2002.) Neste caso a moradia é propriedade do Estado (até porque se trata de um bairro para pobres e a generosidade tem limites) mas o modelo da casa individual está lá e reflecte, com é próprio da arquitectura, um modelo de organização social.

No plano arquitectónico a influência é o arquétipo da casa tradicional portuguesa segundo Raul Lino, na sua versão mais económica. Apesar disso, trata-se de um bairro para pobres de qualidade superior ao que a própria lei previa, uma vez que se construíram habitações definitivas e não transitórias, como está implícito no Decreto Lei 34:486.

Este Decreto refere-se a habitações transitórias, tendencialmente desmontáveis ou pré-fabricadas, mas deixa bem claro que o ideal a atingir são habitações definitivas, designadas como «casas económicas» ou «casas de renda económica». Daqui resulta que, do ponto de vista jurídico, se tenha construído um bairro de rendas económicas ao abrigo de legislação relativa a casas transitórias, aliás apelidadas na legislação anterior e elucidativamente como «casas desmontáveis». Em Viseu construíram-se edifícios de carácter permanente, saltando etapas e atingindo um patamar superior.

Casas geminadas, dispostas em banda, com rigorosa uniformização de linguagem e materiais. Edifícios de piso térreo com plantas rectangulares e volumes simples rematados por telhados com beirais. Paredes com embasamentos e cunhais em pedra rusticada. Vãos regulares com janelas, portas e portadas exteriores de madeira.

O modelo é bem conhecido e resulta da interpretação de material etnográfico autêntico, mas depurado e estetizado para dar origem a um arquétipo ideal. Um arquétipo capaz de dar resposta às necessidades da vida moderna, mas que procura preservar uma imagem de orgulhosa autenticidade étnica.

A aplicação urbanística do modelo, ao nível dos bairros sociais, conheceu grande difusão na 2a metade dos anos 30 e durante os anos 40 e o Bairro da Cadeia insere-se sem reservas nesta corrente (Alto da Serafina, Caramão, Alto da Ajuda e Madre de

Deus em Lisboa ou o bairro da Fuseta em Olhão, este com uma arquitectura inspirada na «casa tradicional algarvia»). A construção do bairro deve portanto ser vista à luz de um enquadramento histórico que é balizado, no plano político, pelo esforço do Estado em resolver graves problemas habitacionais e no plano arquitectónico, pela aplicação inequívoca de uma gramática e de um modelo urbanístico saído directamente da ideologia tradicionalista em voga.

Os bairros sociais ficaram como uma experiência curiosa do Estado Novo, procurando reproduzir integralmente, num modelo de síntese, as características da «cidade jardim» das sociedades industriais, com preocupação higiénica e subúrbica, e os aspectos da sua intrínseca mensagem ideológica neo-ruralista (FERNANDES, José Manuel, Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo, IPPAR, 2003, pág. 172.) Nesta perspectiva o bairro possui valor histórico enquanto conjunto exemplar de um modelo urbanístico que fez escola, que moldou a paisagem urbana portuguesa e que é importante para a compreensão de uma época e de uma sociedade.

A «Arquitectura do Estado Novo», depois de um longo período de desprezo por parte das elites formadas no espírito do Movimento Moderno, tem sido paulatinamente objecto de cada vez maiores atenções e estudos. Independentemente de julgamentos críticos de carácter qualitativo, é inegável que esta produção arquitectónica faz parte da paisagem edificada portuguesa e foi capaz de lançar sólidas raízes no gosto arquitectónico nacional.

A sua presença e a sua influência elevam-na assim a caso de estudo e o Bairro da Cadeia é um digno representante desta corrente. Património arquitectónico, sem dúvida, tanto mais que os exemplares existentes na região – na tipologia de bairro social – não abundam.

Não tenho dúvidas em afirmar que se trata de um valor de interesse municipal, eventualmente passível de reconhecimento através da classificação, mas a última palavra, no que toca a este

grau, é da Autarquia. Por outro lado, nem sempre o reconhecimento jurídico de um valor cultural de excepção impediu a sua destruição ou descaracterização. No limite a decisão joga-se no equilíbrio entre os pareceres técnicos e a vontade política, e quando as opiniões são divergentes ou os argumentos se equivalem, o desfecho é uma incógnita.

Ainda no plano urbanístico, o bairro é um micro-cosmos, uma proposta de comunidade ideal, que contém todos os equipamentos considerados essenciais para funcionar com a necessária auto-suficiência e de molde a promover a necessária acção educativa e social que terão como resultado os esperados benefícios de ordem moral e social para as classes necessitadas do País ( texto inicial do Decreto Lei 34:486 de 06/04/1945 ). Encontramos assim (enumerar os equipamentos originais do bairro, como a escola, etc, etc.)

Ao «Estado Protector» alia-se o «Estado Educador» e o urbanismo constitui-se como instrumento de educação cívica, instrumento programático de um Regime que se quer forte e sempre presente. Tal como hoje acontece nos novos bairros sociais, esta é uma comunidade centrada sobre si, em grande medida isolada. Lá onde a cidade acabava, a meio caminho entre os Paços do Concelho e Vil-de-Moinhos, o bairro é a tradução urbanística das hierarquias sociais. Um espaço que se quer digno, mas circunscrito, onde cada um pode ser feliz junto dos seus.

Na verdade a estratégia funcionou e o sentimento de pertença ao lugar é real e solidificou-se à custa do tempo e do fluir de gerações. Sem querer entrar nos caminhos da antropologia ou da sociologia, direi que é um lugar de permanência, um lugar de hábitos e de cumplicidades. É já um sítio com história e portanto um lugar de memória, que tem como suporte físico os materiais e as formas de que é feito – para além das pessoas, elemento primordial. Estamos aqui em presença de um outro tipo de valor cultural, um valor imaterial que diz respeito às vivências, às relações entre os habitantes e entre os habitantes e o espaço físico. Falamos de hábitos e solidariedades, mas também de quezílias e confrontos. Falamos de relações humanas só possíveis de gerar no tempo longo, no tempo de várias gerações e que constituem só por si um património de estabilidade.

Coloca-se aqui, contudo, uma questão basilar: a memória é boa ou má? A vida no bairro deixa saudades ou é para esquecer? A questão é pertinente. Também os bairros da lata ou as favelas são lugares de memória, algumas com quase um século de existência, mas ninguém defende a sua preservação enquanto objectos patrimoniais.

No caso do Bairro da Cadeia a resposta fundamental deve vir dos moradores e deve ser tida em consideração. Limitar-me-ei a dizer que o sentimento de pertença aos lugares é uma característica distintiva da espécie humana e de tal maneira forte que o Homem investiu sempre consideráveis esforços colectivos na sinalização simbólica de territórios e de lugares.

A mudança, mais uma vez, deve ser ponderada com cautelas, uma vez que penetramos no complexo mundo dos equilíbrios relacionais que formam a substância da vida em comunidade. A este respeito importa dizer claramente: a transformação do bairro não é apenas a transformação das estruturas físicas, implica também a transformação da sua estrutura social, isto é, das relações entre pessoas e entre as pessoas e o espaço físico em que vivem.

Na era da globalização económica a palavra de ordem é mobilidade e versatilidade. Pedem-nos capacidade de adaptação, mas o preço é muitas vezes a pulverização de referências – referências paisagísticas e sociais – para as quais nem sempre estamos preparados. O resultado é frequentemente a «solidão na multidão» – cruel destino para um animal onde o apelo gregário é tão forte e cuja plena concretização é tão importante para a felicidade pessoal.

Em suma, este valor imaterial, constituído por uma comunidade consolidada e estável, é mais um factor a juntar à complexa equação que agora nos ocupa.

Voltando à análise do bairro, verificamos estar em presença de um espaço público de qualidade. Um espaço funcional, com esquemas de circulação lógicos e intuitivos, mas sem a monotonia opressiva da ortogonalidade. Um espaço com uma escala humana, que se percorre a pé em 5 minutos e onde as ruas, estreitas e bordejadas de árvores, inibem qualquer circulação automóvel «à Fangio», permitindo que as crianças desfrutem da via pública em relativa segurança.

No entanto nem tudo é bom. À manifesta qualidade e harmonia do espaço urbano contrapõe-se uma confrangedora limitação ao nível das habitações. Ausência de espaço e ausência de conforto, que as pessoas foram resolvendo à custa de anexos e acrescentos clandestinos. Insuficiências também, no que respeita a isolamentos térmicos e acústicos. Embora se conheçam hoje piores

exemplos em construção nova ( T0's e T1's de fraquíssima qualidade – e que apesar de tudo encontram compradores! ) é lícito que os actuais habitantes do bairro aspirem a melhor. É esse certamente o grande trunfo da nova proposta agora em cima da mesa, proposta que, para quem vive há anos em casas antigas e pequenas, é inegavelmente tentadora.

A alternativa, contudo, levanta-nos reservas. Tememos estar perante uma proposta para mais um bairro incaracterístico e semelhante a todos os outros que, de medíocre qualidade arquitectónica e urbanística, têm paulatinamente criado uma cintura periférica suburbana em torno da cidade, na linha desastrosa do já vimos acontecer em todo o país. Desejo estar enganado, mas os exemplos recentes não me deixam sossegado.

Interessa contrariar esta tendência hegemónica de crescimento urbano, assente na transformação completa dos espaços e na proliferação de bairros feitos de blocos de apartamentos todos iguais. E aqui reside o âmago desta questão: a singularidade do Bairro da Cadeia constitui o seu maior interesse para a cidade.

É na diferença que encontramos os valores fundamentais deste habitat colectivo. Independentemente das insuficiências e arcaísmos que ostenta e que podem ser facilmente superados com intervenções de baixo impacto e respeitadoras da sua morfologia essencial, o bairro constitui-se como um espaço de qualidade e um manifesto elemento valorizador do tecido urbano viseense. É sem dúvida um conjunto com forte personalidade, materialização das sobreposições de que cidade é feita e que obviamente a enriquecem. Nesta perspectiva, o bairro, enquanto manifestação de pluralidade urbanística e social, constitui, simultaneamente, a melhor maneira de contrariar a monotonia arquitectónica que se vai instalando e a melhor maneira de preservar a qualidade arquitectónica da cidade.

### **Epílogo**

Este texto vem, provavelmente, fora de horas. A decisão, dizem-me, parece estar tomada e tudo indica que é a hora da despedida. O bairro já não está na periferia da cidade, mas num local muito apetecível e a relação entre metros quadrados de terreno e área construída são um insulto a qualquer gestão urbana «economicamente eficiente». À pergunta óbvia: para que serve então este texto?, contraponho: qual era então a hora certa para o escrever e tornar público? A verdade é que os contributos dos cidadãos só são pedidos em fases adiantadas, demasiado adiantadas, do processo de decisão. Pior, só são normalmente pedidos por imposição legal e não por um sincero desejo de envolver os munícipes no importante processo de «fazer cidade». Chegamos aqui ao busílis da questão. Somos colocados, permanentemente, perante factos consumados. O desenho urbano está feito, as morfologias estão decididas, o tipo de ocupação foi já escolhido. Não discuto a legalidade das atitudes, nem a legitimidade democrática dos decisores, mas tudo isto me parece «participação cívica de fachada».

Há contudo uma matéria onde talvez possamos ir a tempo. O plano propõe a manutenção de «memórias do bairro», edifícios isolados e desgarrados, que se pretende preservar como peças de museu. Trata-se de um erro. Tão má como a do que a destruição do bairro é a deturpação da sua memória. O bairro é um conjunto urbano com uma coerência e uma unidade perfeitamente vincadas. Foi planeado e construído na mesma altura, obedeceu a propósitos bem definidos e manteve-se assim praticamente intacto até hoje. Qualquer tentativa de salvaguardar suportes físicos de memória deve ser fiel a estes princípios de unidade.

Neste sentido a opção só pode ser a preservação de secções do bairro que tenham suficiente coerência e escala para puderem ser representativas da matriz original. Há ainda outra opção, que consiste, não na preservação de estruturas físicas do antigo bairro, mas na construção de um discurso interpretativo e rememorativo através da utilização dos instrumentos da museologia : filmagens, fotografias, desenhos, maquetas, monografias, catálogos, testemunhos fonográficos, etc, etc.

No fundo propõe-se aquilo que alguns museólogos chamam «centro de memória» e que se afirma a melhor maneira de transmitir no tempo as várias dimensões de que o bairro é feito. Seria uma justa contrapartida para o desaparecimento do Bairro Municipal ou Bairro da Cadeia.

## Requerimento para classificação do Bairro da Cadeia a Património Nacional

Documento cedido pelo Arquiteto Luís Seixas (partes seleccionadas)



### A – REQUERIMENTO INICIAL DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

\* Campos de preenchimento obrigatório

#### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

- 1.1. Património Arquitectónico ☐ Património Arqueológico ☐ Património Misto ☐
- 1.2. Designação/Nome: Bairro Municipal de Viseu
- 1.3. Outras Designações: Bairro da Cadeia
- 1.4. Local/Endereço: Rua César Anjo, Rua Tenente Manuel Joaquim e Rua Nova da Balsa (Vias de comunicação mais próximas)  
Localidade: Viseu Freguesia: Coração de Jesus  
Concelho: Viseu Distrito: Viseu
- 1.5. Código Nacional de Sítio (CNS): \_\_\_\_\_ (No caso de se tratar de património arqueológico)

#### 2. CARACTERIZAÇÃO

- 2.1. Função Original: Casas para classes pobres
- 2.2. Função Actual: Habitação social
- 2.3. Enquadramento: O Bairro Municipal situa-se no limite do que se pode chamar centro de Viseu, mais exactamente a noroeste do Rossio e muito próximo do Rio Pavia. A Av.ª Capitão Homem Ribeiro separa o Bairro do futuro Parque Urbano da Aguireira. Da sua envolvente mais directa fazem parte a Escola Primária N.º4 e o Estabelecimento Prisional de Viseu, obras do Estado Novo.
- 2.4. Descrição Geral: \*O Bairro Municipal de Viseu foi construído em 1948 e é constituído por 100 fogos, do tipo T2 e T3, geminados e dispostos em banda. Cada habitação tem o seu pequeno jardim e quintal. O espaço público foi pensado tendo em conta a escala humana. As ruas são estreitas, de desenho orgânico, e bordejadas de árvores e passeios. O projecto de arquitectura é da autoria do Arquitecto Engenheiro Travassos Valdez, também autor do Estádio 1.º de Maio em Braga.

#### 6. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARTÍSTICA

- 6.1. Época(s) construtiva(s): Construído entre 1946 e 1948
- 6.2. Síntese histórica: O Bairro Municipal de Viseu foi construído na 2.ª metade da década de 40 por iniciativa da C. M. de Viseu e da então Direcção Geral de Urbanização como "Bairro de Casas para Classes Pobres". As instituições contaram com a colaboração da família Melo Lemos e Menezes, que vendeu à autarquia a Qta. Da Mendonça, especificamente para esse propósito, conforme reza a escritura datada de 8 de Julho de 1946. O projecto é da autoria de Arquitecto Engenheiro Travasso Valdez, também arquitecto autor do estádio 1.º de Maio em Braga.

7. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA O Bairro é um exemplo "vivo" da filosofia e estratégia do Estado Novo em matéria de habitação e urbanismo. O conjunto habitacional é composto por cem fogos com tipologias T2 e T3, as casas são geminadas, dispostas em banda, com rigorosa uniformização de linguagem e materiais. São edifícios de piso térreo com plantas rectangulares e os volumes rematados por telhados com beirais. As paredes são em alvenaria de pedra com embasamentos e cunhais em pedra rusticada à vista. Os vãos são regulares com janelas, portas e portadas exteriores em madeira pintada. O espaço público é um espaço funcional, com esquemas de circulação lógicos e intuitivos. As ruas são estreitas, de desenho orgânico, e bordejadas de árvores e passeios.

**Indeferimento do pedido de classificação do Bairro da Cadeia**

Documento cedido pelo Arquiteto Luís Seixas

GOVERNO DE  
PORTUGALSECRETÁRIO DE ESTADO  
DA CULTURADireção-Geral do  
Património Cultural

908 21 21 42 01

Ex.<sup>mo</sup> Senhor  
Carlos Vieira e Castro  
Olho Vivo – Associação para a Defesa do  
Património, Ambiente e Direitos Humanos  
Núcleo de Viseu Av. Emídio Navarro, n.º104  
3500-124 Viseu

Sua referência  
Requerimento

Sua comunicação  
06.09.2012

Nossa referência  
DBC/DPIMI/UCC

CS  
864217

**Assunto: Arquivamento do pedido de abertura do procedimento de classificação do Bairro Municipal de Viseu.**

Em resposta ao requerimento acima indicado, e dando cumprimento ao disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, notifico V. Ex.<sup>a</sup> de que, por meu despacho de 04.12.2012, foi determinado o arquivamento do procedimento de classificação em causa, nos termos do art.º 8.º do referido diploma.

A decisão de arquivamento fundamentou-se no parecer da Direcção Regional de Cultura do Centro, de que o Bairro Municipal de Viseu em apreço não reúne os valores patrimoniais inerentes a uma distinção como valor nacional, conforme expresso na informação cuja cópia se anexa.

Mais informo V. Ex.<sup>a</sup> de que, no cumprimento do art.º 60.º do citado diploma, esta direcção-geral enviou cópia do processo à Câmara Municipal de Viseu, para ponderação de eventual classificação do Bairro Municipal de Viseu como de interesse municipal.

Com os melhores cumprimentos,

Isabel Cordeiro  
Diretora-Geral

ES/





GOVERNO DE  
PORTUGAL

C.S. 826 817

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Concordo.

Arquive-se

4.12.12

Isabel Cordeiro

Diretora - Geral

**Assunto:** Pedido de abertura do procedimento de eventual classificação do Bairro Municipal de Viseu, também designado por Bairro da Cadeia, localizado em Viseu, nas Ruas César Anjo, Tenente Manuel Joaquim e Nova da Balsa (vias de comunicação mais próximas), freguesia de Coração de Jesus, concelho e distrito de Viseu.

**Requerente:**

N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)

Data 2012.11.14

Inf. n.º 1203 - DRCC/2012

**Servidão Administrativa:**

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

Concordo com o propósito tecnicamente.

19/11/2012

Almeida

À consideração superior

Concordo com o propósito de agravamento que consta da  
mente informada. 15.11.2012 J. L. L.



## DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

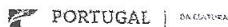
Tendo em consideração o pedido de abertura do procedimento de eventual classificação do Bairro Municipal de Viseu, também designado por Bairro da Cadeia, localizado em Viseu, nas Ruas César Anjo, Tenente Manuel Joaquim e Nova da Balsa (vias de comunicação mais próximas), freguesia de Coração de Jesus, concelho e distrito de Viseu, informa-se V. Ex.<sup>a</sup>. que:

- 1 – Por carta de 2012.09.06 do Ex.<sup>o</sup>. Senhor Dr. Carlos Vieira e Castro, Vice-presidente da Direção e Coordenador do Núcleo de Viseu da OLHO VIVO – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos, foi solicitada a eventual classificação do conjunto em causa, para o que foi enviado em anexo o respetivo requerimento de instrução processual devidamente preenchido, acompanhado de fotografias, inclusive da época da finalização da construção do bairro (1948), bem como de uma planta à escala 1:2000 com todas as correntezas das habitações que constituem o bairro, cerca de 100, devidamente assinaladas;
- 2 - Entretanto, por e-mail de 2012.10.18, o Ex.<sup>o</sup>. Senhor Dr. Carlos Vieira e Castro veio informar que, tinham sido alertados por alguns moradores do bairro, que a Câmara Municipal de Viseu dera início ao realojamento de pessoas para apartamentos do Bairro 1.<sup>o</sup> de Maio, um outro bairro social contíguo, no sentido de dar início à demolição de casas neste bairro, visto que existiria um projeto de “Regeneração do Bairro Municipal” que previa a demolição de quase toda a totalidade das casas do bairro, sendo poupadas apenas 11 moradias para preservar a sua memória, e a construção de 4 blocos de apartamentos, com um total de 56 fogos para habitação social, sendo que os restantes lotes seriam vendidos a particulares para construção. Mais informa que a Autarquia considerava que esta zona, localizada num local privilegiado da cidade, perto do centro, era de um desperdício de espaço, pelo que os municípios receavam tratar-se de uma operação que conduziria à especulação imobiliária, prejudicando a qualidade de vida dos moradores;

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV) Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

- 3 - Foram entretanto enviados ofícios em 2012.10.25, para a Câmara Municipal de Viseu, comunicando que se encontrava em análise o referido pedido de eventual classificação e solicitando elementos cartográficos em falta, e para a referida associação, informando que o processo se encontrava nesta Direção Regional de Cultura do Centro para análise, e que, atempadamente seria efetuada uma deslocação técnica ao local;
- 4 - Atendendo ao caráter de urgência de que se revestira a situação, face ao informado pelo requerente, foi solicitada uma reunião técnica à Câmara Municipal de Viseu, que teve lugar em 2012.11.02, no bairro em questão, da parte de manhã, com o Senhor Eng.º António Saraiva do DEO, e com o Senhor Eng.º João Pedro Silva, da Habisolvis. Conforme despacho de 2012.10.29 do Ex.º. Senhor Chefe de Divisão de Património e Salvaguarda desta DRCC, exarado em novo e-mail de 2012.10.26 do Ex.º. Senhor Vice-Presidente da Direção da Associação OLHO VIVO, em que manifestava a disponibilidade da associação de acompanhar a nossa visita ao bairro e em que alertava para o provável início das obras a 2 de Novembro próximo, foi também agendada uma reunião no local, para o mesmo dia, da parte da tarde, estando nesta presentes o Senhor Dr. Carlos Vieira e Castro e o Senhor Arq.º Luís Seixas, antigo morador do Bairro e Presidente da Direção da Associação de Moradores do Bairro Municipal;
- 5 - No decorrer da referida deslocação ao local, foram executados registos fotográficos do conjunto, e ainda do exterior e interior de algumas das habitações. Foi ainda complementado o requerimento enviado com alguns dados bibliográficos enviados e/ou reunidos posteriormente;
- 6 - O Bairro Municipal de Viseu, um bairro de cariz social, localiza-se na zona central de Viseu, a noroeste da zona do Rossio e próximo do Rio Pavia, bem como do futuro Parque Urbano da Aguireira, junto da Avenida Capitão Homem Ribeiro. Esta obra, cujo projeto de arquitetura é da autoria do



DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

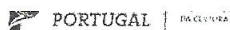
Arquiteto/Engenheiro Travassos Valdez, foi construído na segunda metade da década de 40 do século XX, por iniciativa da Câmara Municipal de Viseu e da então Direção-Geral de Urbanização, como “bairro de casas para classes pobres”<sup>1</sup>;

- 7 – Estas instituições terão contado com a colaboração da família Melo Lemos e Menezes, que vendeu à Autarquia a Quinta da Mendonça, também conhecida por Quinta da Balsa, para esse fim, conforme consta da escritura de 8 de Julho de 1946<sup>2</sup>. A obra, que nitidamente se insere numa política de obras públicas em matéria de habitação e urbanismo do Estado Novo, estava concluída em 1948 (ver fotografia datada da época enviada pelo requerente);
- 8 – Trata-se de um bairro constituído por habitações do tipo T2 e T3, geminadas e dispostas em banda, sendo que cada uma tem um pequeníssimo quintal e jardim. O espaço público, funcional, com esquemas de circulação lógicos e intuitivos, foi urbanizado tendo em conta a escala humana, com ruas estreitas, de desenho orgânico, bordejadas de árvores e passeios. Até há poucos anos, o pavimento, agora em alcatrão, era de terra batida, conforme é possível verificar por fotografias da época e informação prestada no local;
- 9 - Quanto às casas, pelo que pudemos verificar, possuíam uma rigorosa uniformização de linguagem e de materiais, que se mantém, não obstante a introdução de algumas habitações recentes, que destoam do conjunto. Trata-se de edifícios de piso térreo com plantas retangulares e volumes rematados por telhados com beirais, com paredes em alvenaria de pedra com embasamentos e cunhais em pedra rusticada à vista e vãos regulares com janelas, portas e portadas exteriores em madeira pintada.

<sup>1</sup> Conforme informações constantes do referido requerimento e de elementos entregues no local pelos representantes da associação OLHO VIVO.

<sup>2</sup> Idem.





DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º: 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

Interiormente, são constituídas por divisões com dimensões muito exíguas, e, embora geralmente tenham instalações sanitárias, estas também são mínimas, pelo que não possuem sequer espaço para *poliban* e muito menos para banheira;

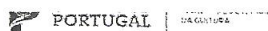
- 10 – O referido conjunto fica então situado numa zona relativamente central de Viseu<sup>3</sup>, circundado pelas Ruas César Anjo, Tenente Manuel Joaquim e Nova da Balsa;
- 11 – A cidade de Viseu, de origens remotas, certamente remonta aos tempos neolíticos, como o demonstram os inúmeros achados pré-históricos aqui encontrados e na região; como os monumentos megalíticos. Na época romana era um centro urbano de relevo, com *fórum*, também comprovado pelo numeroso espólio recolhido, sendo um núcleo amuralhado e com uma importante rede viária, como ponto de passagem e de entroncamento de vias cruciais, que se dirigiam a *Olisipo* (Lisboa) e *Bracara* (Braga);
- 12 – Outro interessante testemunho é o célebre polígono defensivo, a já referida Cava de Viriato, muito embora esta só no século XVI apareça ligada a Viriato<sup>4</sup>. Após a reconquista, teve como governador D. Sesnando, e nos finais do século XI passou a pertencer ao condado portugalense, altura em que lhe foi restituída a dignidade episcopal e reedificada a Sé, tendo aqui residido muitas vezes o Conde D. Henrique e D. Teresa, que lhe concedeu foral em 1123, já depois da morte do marido. Teve novo foral de D. Afonso Henriques,

---

<sup>3</sup> Sobre Viseu: Leal, Pinho, e outros, *Portugal Antigo e Moderno ...*, "Viseu", vol. XII, Liv. Ed. Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1890, página 1527 e seguintes; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, "Viseu", vol. XXXVI, Ed. Enciclopédia, Lda, Lisboa-Rio de Janeiro, página 345 e seguintes; *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, "Viseu", vol. 18, Ed. Verbo, Lisboa, 1975, página 1296 a 1301; *Tesouros Artísticos de Portugal*, "Viseu", Selecções do Reader's Digest, Porto, 1988; CORREIA, Alberto, *Viseu*, Col. Cidades e Vilas de Portugal, Editorial Presença, n.º. 7, Lisboa, 1989.

<sup>4</sup> CORREIA, Alberto, *Viseu*, ..., página 14.





## DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

confirmado por D. Sancho I em 1187, e por D. Afonso II em 1217, e D. Manuel I outorgou-lhe foral novo em 15/12/1513<sup>5</sup>;

13 – Após a Batalha de Aljubarrota, em 1385, a cidade foi saqueada e incendiada. D. João I, que aqui teve o filho primogénito, D. Duarte, deu-lhe carta de mercê em 1392, com Feira Franca, e dotou-a de novos e mais extensos muros. Em 1415 (ou 1411), fez o filho Infante D. Henrique duque de Viseu, instituindo assim o ducado de Viseu, e em 1416, fez-lhe doação da alcaidaria da cidade com largos privilégios. O tempo da Dinastia de Avis foi uma época de ouro, com visível crescimento físico da pequena urbe, e com o surgimento de grandes obras arquitetónicas. A cidade expandiu-se para sul, com as novas muralhas, com sete portas<sup>6</sup>, cuja construção apenas irá terminar com D. Afonso V, em 1472. Todavia, no século XVI, a população já extravasa as muralhas, com novas construções, para fora da Porta de Soar, até ao Rossio de Massorim, que até hoje reteve o nome<sup>7</sup>;

14 – Entre os séculos XVII e XIX, o crescimento é mais lento, devido a problemas económicos e políticos, mas, com o desenvolvimento industrial, a que se associam as novas linhas de caminho-de-ferro, a fisionomia da cidade altera-se paulatinamente. Rompem-se definitivamente as antigas muralhas, das quais apenas restam atualmente alguns trechos e as Portas de Soar, a poente, e dos Cavaleiros, a nascente. Enquanto no interior das muralhas as ruas são estreitas e sinuosas, com travessas e quelhas, as “escaleirinhas”, e pequenos pátios íntimos, são agora abertas ruas como a Rua Formosa, do Rossio ao Campo de Santa Cristina, ou a Rua do Comércio, e surgem novas

<sup>5</sup> CORREIA, Alberto, *Viseu*, ..., página 19; *Tesouros Artísticos de Portugal*, “Viseu”, ..., página 588; *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, “Viseu”, ..., página 1298.

<sup>6</sup> Quase todas demolidas por decisão camarária de 5 de Dezembro de 1814, com excepção das Portas de Soar e dos Cavaleiros (Cfr. MENESES, Álvaro de, *Apontamentos sobre a Casa do Arco*, Ministério da Educação, Escola Secundária de Emídio Navarro, Viseu, 1999).

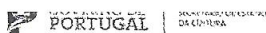
<sup>7</sup> CORREIA, Alberto, *Viseu*, ..., página 19; *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, “Viseu”, ..., página 1298.

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

construções, como os Paços do Concelho, no Rossio de Massorim, que se torna o centro cívico, com uma ampla renovação do tecido urbano da cidade<sup>8</sup>;

- 15 – Em Viseu, destacam-se inúmeros monumentos, desde o conjunto formado pelo adro da sé, com o cruzeiro, a Sé Catedral, o Paço dos Três Escalões e a Igreja da Misericórdia, mas também outros edifícios, classificados ou não, desde a Igreja dos Terceiros, à pequena capelinha de Nossa Senhora da Vitória, que lhe fica atrás, às Igrejas de Santo António, do Carmo, da Via Sacra, de S. Miguel. Salientam-se ainda numerosos solares e casas nobres, entre as quais a da Torre, da Rua da Cadeia, onde terá nascido D. Duarte em 1391, a Casa do Miradouro do século XVI, a Casa da Rua Direita, a Casa do Cimo da Vila, já do século XVIII, a antiga Casa do Arco, que teve grande importância, e que pertence atualmente à Escola Secundária de Emídio Navarro;
- 16 – Quanto a este bairro, muito embora se insira numa tipologia bem diversa, constitui-se igualmente como elemento valorizador da cidade, enquanto “objeto” patrimonial, quer pelos factos expostos, quer por se englobar numa estratégia definida pelo Estado Novo, em matéria de habitação e urbanismo, a “Política das Casas Económicas”;
- 17 - Efetivamente, o Estado, dentro do protecionismo que arvorava, pretendia mostrar-se capaz de proporcionar a cada família um espaço próprio para habitar, uma “casinha humilde mas digna”, que permitisse, por um lado, preservar a intimidade e independência do núcleo familiar, e, por outro, garantir uma saudável vida em comunidade, o que era veiculado pela tipologia das mesmas: pequena casa térrea, com um pequeno jardim fronteiro murado e com cancela, e um quintal nas traseiras;



## DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

- 18 – Relacionando este aspeto com os de carácter patrimonial, desde a década de 30 do século XX que se assiste a uma renovação dos equipamentos públicos, de natureza diversa e a vários níveis. “A “Política das Obras Públicas”, desenvolvida sobretudo entre 1932 e 1943, foi um instrumento essencial na definição de tipologias formais e estilísticas inseridas numa visão tradicional-conservadora, de expressão ora monumentalista, ora historicista, ora ainda regionalista ...”<sup>9</sup>;
- 19 - Contextualizando, a nível artístico, refira-se que o que foi definido por especialistas desta época como a “Arquitetura Modernista”, com início na segunda metade dos anos 20, ganhará força na década de 1930, em que foi ainda utilizada uma “gramática arquitetónica modernista ou modernizante”<sup>10</sup>, mas, após 1940, nas obras do pequeno equipamento regional são essencialmente utilizadas, pelo Ministério das Obras Públicas, a temática da “casa portuguesa” ou do “estilo tradicional”, com o uso de beirados, arcos, alpendres, ferros forjados, vãos moldurados, canteiros<sup>11</sup>, com uma “orientação predominantemente retrógrada no que toca à linguagem do espaço e das formas”<sup>12</sup>;
- 20 - No fundo, no final da década de 30 o “acento monumentalista exposto no programa das obras públicas do regime aproxima-se de um vocabulário de novo historicista e regionalista, apostado numa narrativa de raiz clássica próxima dos modelos nazis e fascistas da época”<sup>13</sup>. A diversidade dos edifícios

---

<sup>8</sup> CORREIA, Alberto, *Viseu, ...*, páginas 23 a 25.

<sup>9</sup> FERNANDES, José Manuel, *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, Património Moderno, IPPAR, Lisboa, 2004, pág. 64.

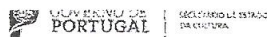
<sup>10</sup> Idem ibidem.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, pág. 34.

<sup>12</sup> Idem, ibidem.

<sup>13</sup> TOSTÕES, Ana, “Arquitetura Moderna Portuguesa: os três modos”, em *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Património Moderno, IPPAR, Lisboa, 2004, página 118.





DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV) Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012

---

decorre das características locais dos serviços e, na sua construção, são utilizados diferentes materiais, de acordo com as regiões<sup>14</sup>;

21 - Curiosamente, estes princípios tinham sido defendidos por Raúl Lino, “antimodernista e conservador”<sup>15</sup>, no designado por “Movimento das Casas Portuguesas”, e foram adotados por outros autores, vindo a mostrar-se fundamentais “para o firmar da futura arquitetura de feição regional-tradicionalista do Estado Novo”<sup>16</sup>;

22 – Paralelamente, a chamada “Arquitetura do Betão Armado”, acompanhada da “inovação tecnológica e a expressão artística”, será “acelerada pela progressiva estabilização política, com o correspondente incentivo à construção urbana”<sup>17</sup>, e será a Exposição do Mundo Português, em 1940, que assinala uma “reação estilística de tipo conservador e historicista”<sup>18</sup>, decisiva no cimentar do sistema ideológico do Estado Novo, pelo espírito nacionalista do empreendimento, que irá determinar, em termos construtivos, a passagem de um “modernismo racionalista”<sup>19</sup> para um tipo de discurso absolutamente diferente, arreigado aos valores referidos e “arredado das intenções internacionalistas que estavam na base da cultura moderna”<sup>20</sup>;

23 – À semelhança do que aconteceu noutros países da Europa com regime semelhante, nomeadamente o italiano, o governo português, na sua primeira fase governativa, vai exatamente utilizar uma nova geração de arquitetos que já praticavam um linguagem estética moderna, numa ideia de “renovação”<sup>21</sup>.

---

<sup>14</sup> TOSTÕES, Ana e outras, “51 Obras Modernas”, em *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*, ... , pág. 188.

<sup>15</sup> FERNANDES, José Manuel, *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, ... pág. 44.

<sup>16</sup> Idem ibidem.

<sup>17</sup> FERNANDES, José Manuel, *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, ..., páginas 17 e 18.

<sup>18</sup> Idem, ibidem.

<sup>19</sup> FRANÇA, José-Augusto, *O Modernismo (século XX), História da Arte em Portugal*, vol. 6, Editorial Presença, Lisboa, 2004, pág. 85.

<sup>20</sup> Idem, ibidem.

<sup>21</sup> COSTA, Sandra Vaz, “A Palavra tornada Pedra”, em *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*, ... , páginas 40 e 41.



## DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV) Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

Surgem os primeiros edifícios públicos de cariz moderno, seguidos, nos anos 40, de um “reequacionar” das formas puras, com a construção de equipamentos com uma linguagem formal classicizante<sup>22</sup>;

24 – Assim, a “Arquitetura do Estado Novo” assente em determinados pressupostos que tiveram por base um programa levado à prática por determinado regime político, vai prolongar-se até finais dos anos 50, altura em que surgirão já novos edifícios modernos mas de uma nova geração de arquitetos modernistas<sup>23</sup>, mas, nitidamente, a partir de 1948, depois do Congresso Nacional de Arquitetura, assiste-se a uma “dualidade de linguagens”, ou seja, uma “arquitetura moderna”, “a partir da transição das décadas de 1950–1960”<sup>24</sup>, a par com a continuidade de “obras públicas”<sup>25</sup>, em encomendas estatais/oficiais, face ao regime político vigente e correspondente atitude repressiva imposta pelo Estado;

25 – No plano arquitetónico, é nítida na tipologia presente nas casinhas do Bairro Municipal a influência do arquétipo da casa tradicional portuguesa segundo Raul Lino, conquanto esteja sempre presente a sua condição de casas de renda económica, o que lhes confere um grau de maior “modéstia” a esse nível. A par deste facto, impõe-se o dito protecionismo estatal decorrente da situação política da época, sendo que a aplicação urbanística deste modelo conheceu uma grande difusão na segunda metade dos anos 30 e nos anos 40 do século XX e que este bairro se insere numa corrente de construção de bairros de carácter social que foram construídos por todo o país (como as “ilhas” do Porto, o da Arregaça em Coimbra, Bairro da Madre de Deus, em Lisboa), seguindo-se sistematicamente o mesmo modelo;

---

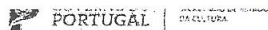
<sup>22</sup> COSTA, Sandra Vaz, “A Palavra tornada Pedra”, em *Arquitetura Moderna Portuguesa 1920-1970*, ..., pág. 40.

<sup>23</sup> Idem, ibidem.

<sup>24</sup> FERNANDES, José Manuel, *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, ... pág. 18.

<sup>25</sup> FERNANDES, José Manuel, *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*, ..., páginas 17 e 18.



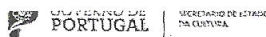


DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º.** 12/18-23-09(XV)      **Parecer/ Inf. n.º** 1203 - DRCC/2012

---

- 26 – Efetivamente, os bairros sociais representam uma experiência curiosa do Estado Novo, procurando reproduzir as características da “cidade jardim” das sociedades industriais, com o mesmo tipo de preocupação higiénica e subúrbica, e a sua mensagem ideológica neo-ruralista<sup>26</sup>;
- 27 – Paralelamente, sobrevivem como um microcosmos dentro das grandes cidades, pois possuem normalmente equipamentos que lhe garantem auto-suficiência, como a escola, a igreja, a cadeia, a mercearia de bairro, o largo em que todos se reúnem, etc, que promovem o bem estar educativo, social, religioso-moral, até mesmo económico, das classes mais necessitadas;
- 28 - Assim, a par do espaço construído em si, já por si funcional e à escala humana, surge a importância do espaço comunitário como tal, a segurança de pertencer a um determinado grupo, o sentimento de pertença e de identidade coletiva, da memória e da afetividade;
- 29 – Em conclusão, este tipo de bairros fazem parte não apenas de uma época construtiva, mas também da paisagem edificada portuguesa, e são ainda representativos de uma memória que desaparecerá na medida do seu desaparecimento, visto que o conceito de “bairro” implica não apenas a arquitetura pela qual é constituído, mas também a parte social e humana;
- 30 – Ora, pelo que pudemos observar no local, e está patente nos registos fotográficos que se anexam, atendendo a essa mesma tipologia e fase construtiva da época do Estado Novo, as condições do bairro não se coadunam já com as necessidades e os critérios de habitação condigna atuais, quer pelo facto de, já por si, terem sido construídas com dimensões exíguas e falta de condições das instalações sanitárias, mas também porque, ao longo dos anos, se foi manifestamente degradando;



## DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV) Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

- 31 - Algumas destas casas encontram-se em condições deploráveis, quer interior, quer exteriormente, ao que se acresce a falta de água e de saneamentos básicos, outras absolutamente descaracterizadas pelos sucessivos acrescentos que os residentes foram edificando no exterior no sentido de lhes permitir usufruir de mais espaço e de melhores condições habitacionais, outras ainda foram até já recentemente construídas “à semelhança de”, o que resulta numa descaracterização da tipologia do bairro em si;
- 32 – Assim, se tivermos em conta os elementos essenciais para a fundamentação de um processo de classificação de um bem imóvel, nomeadamente os critérios gerais, de carácter histórico-cultural, estético-social e técnico-científico, e os critérios complementares, de integridade, autenticidade e exemplaridade, este conjunto já não lhes corresponde na íntegra, pois, se ainda respeita os primeiros, já não cumpre suficientemente os segundos, atendendo às intervenções de que foi alvo ao longo do anos;
- 33 - Deste modo, e pelos motivos expostos, julgamos que não reúne condições para uma eventual classificação como Monumento de interesse nacional ou Monumento de interesse público, mas face ao seu interesse e representatividade, consideramos que seria passível de ser classificado como Monumento de interesse municipal, no âmbito da Câmara Municipal;
- 34 – Todavia, neste momento, conforme informações prestadas no local pelas entidades envolvidas, e documento entregue pelo Senhor Eng.º João Pedro Silva, da Habisolvis, o processo de “Regeneração do Bairro Municipal”, nomeadamente no que se refere à construção de “Edifício de Habitação Social – Bairro Municipal”, encontra-se na fase final, que pressupõe o demolir de grande parte das casas deste bairro, tendo sido inclusivamente já iniciados alguns trabalhos, que passaram pelo realojamento prévio de alguns dos

---

<sup>26</sup> Idem, ibidem, página 172.

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

residentes e dos seus pertences. Inicialmente, serão demolidas apenas algumas habitações, que permitam o início da construção em causa, mas o que está previsto é que fiquem apenas então 11 das casas, o que implica a demolição quase total do bairro;

35 – Estas casas restantes irão ser recuperadas, ao exemplo de uma localizada a norte, sensivelmente em frente à Escola Primária, conforme fotografias em anexo, e irão funcionar como ateliers e/ou associações de apoio social, por exemplo da Cáritas, aos habitantes entretanto realojados. Ficariam ainda segundo as informações prestadas, como representantes da “memória histórica” do bairro;

36 – Relativamente à transformação destas 11 casas numa espécie de “monumento póstumo” ao Bairro Municipal, não nos parece que se vá conseguir deste modo manter viva a memória do bairro, exatamente pelo facto do conceito de “bairro” implicar não apenas a arquitetura que o constitui, mas também a parte social e humana. Claro que consideramos que, não obstante, a recuperação das ditas casinhas para atividades de âmbito sócio-cultural será benéfica. Agora quanto à tipologia da recuperação já efetuada na mencionada casa, cremos que deveria ser repensada em termos de critérios de conservação aplicados, ao nível do exterior;

37 – Contudo, encontra-se já em fase final o longo processo relativo ao dito projeto de “Regeneração do Bairro Municipal”. Em termos cronológicos, e conforme as informações obtidas, refira-se que em 2005, foi celebrado o Acordo de Colaboração entre o Município de Viseu e o então denominado Instituto Nacional de Habitação, ao abrigo do programa PROHABITA, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º. 135/2004, de 3 de Junho. Seguiu-se em 2008, o licenciamento da operação urbanística em reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, em 2009, a comunicação da aprovação do projeto de execução pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, em 2011, a





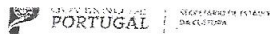
## DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

**N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012**

---

aprovação do projeto de execução em reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, a 10/10/2012, a celebração do contrato de empreitada e em 05/11/2012, a consignação dos trabalhos;

- 38 – Quanto ao edifício que pretendem vir a construir, conforme imagens que nos foram disponibilizadas no local pelo representante da Habisolvis, por um lado, tem uma escala e uma tipologia absolutamente diversa do existente no local, o que resultará numa modificação geral da morfologia urbana deste local, e, por outro, mas não nos parece que tenha, a nível arquitetónico, uma representatividade invulgar;
- 39 - Ou seja, e em conclusão, a futura demolição das casas parece ser já um facto consumado, face às aprovações mencionadas. Efetivamente, atendendo ao n.º. 1 do artigo 42.º da Lei n.º. 107/2001, de 8 de Setembro, neste momento, a abertura do procedimento de classificação de bens imóveis, além de outros efeitos previstos na lei, opera a suspensão dos procedimentos de obras de urbanização, edificação e demolição, bem como a suspensão dos efeitos das licenças ou autorizações já concedidas, por prazo e condições a fixar na lei;
- 40 – E mais ainda, conforme o n.º. 4 do referido artigo 42.º, a classificação desses bens gera a caducidade dos procedimentos, licenças e autorizações suspensos nos termos deste preceito, sem prejuízo de direito a justa indemnização pelos encargos e prejuízos anormais e especiais resultantes da extinção dos direitos previamente constituídos pela Administração;
- 41 - Contudo, visto que, nesta fase, apenas está prevista a demolição de algumas destas casas, resta-nos que, em consciência, a Autarquia venha a entender que a importância e a singularidade deste conjunto vale o repensar da situação, quem sabe poupando o que resta do bairro, de forma a que até talvez seja possível ponderar ainda a eventual classificação do conjunto restante como interesse municipal, e, venha também a demonstrar



DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

N.º Proc.º. 12/18-23-09(XV)      Parecer/ Inf. n.º 1203 - DRCC/2012

---

disponibilidade de recuperar as habitações que se encontram muito degradadas e/ou descaraterizadas, por hipótese, com o apoio dos moradores;

42 – Face ao atrás exposto, cremos ser de propor à Ex<sup>a</sup>. Senhora Diretora-Geral da DPGC o arquivamento do processo, a comunicar posteriormente ao requerente e à Câmara Municipal, no sentido de uma eventual classificação como interesse municipal;

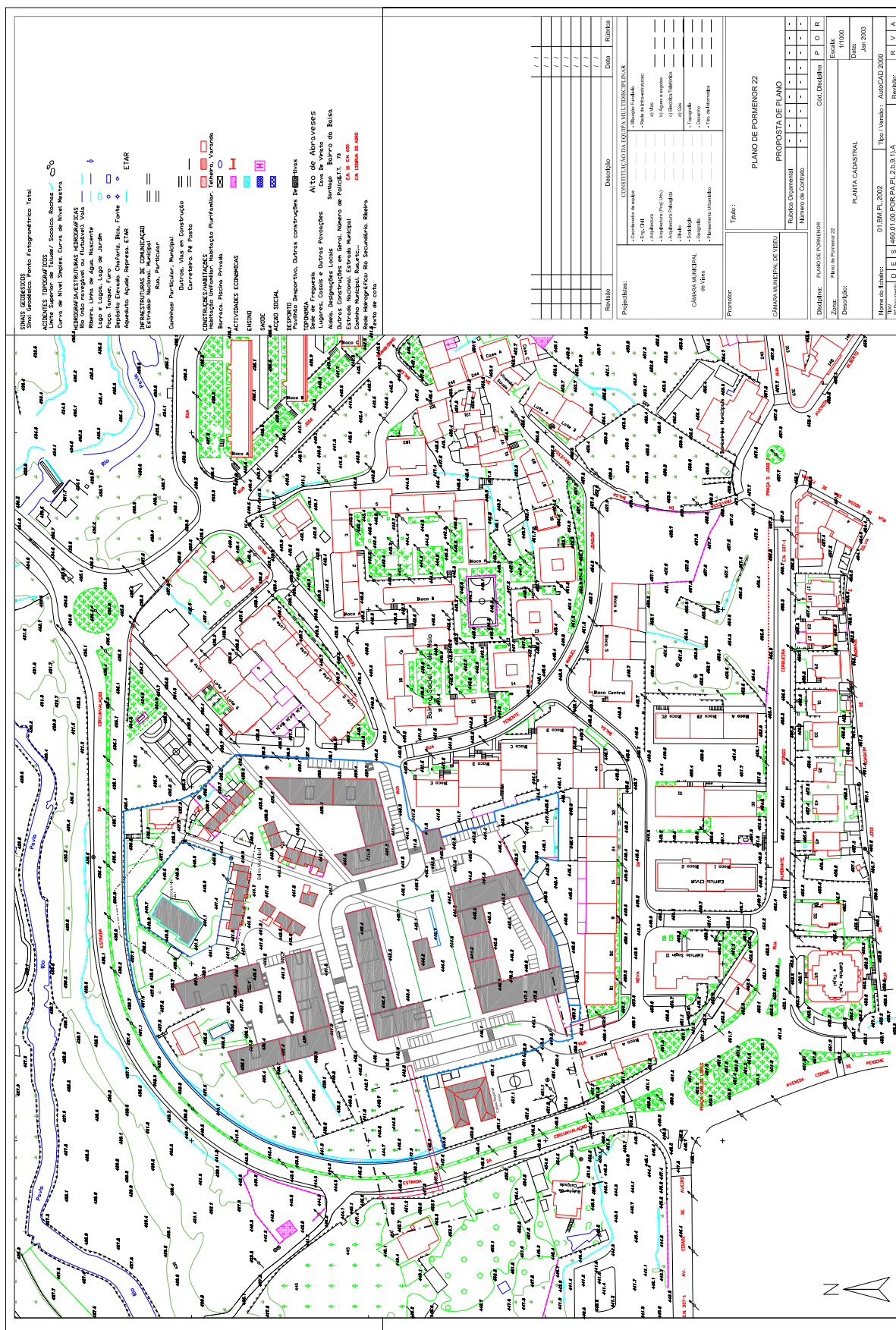
À consideração superior,

Isabel Policarpo, Técnica Superior/Mestre em História da Arte

IP/IP



**Proposta do Plano Pormenos 22, 2013**  
Documento cedido pelo SRU Viseu







## ANEXO 3|







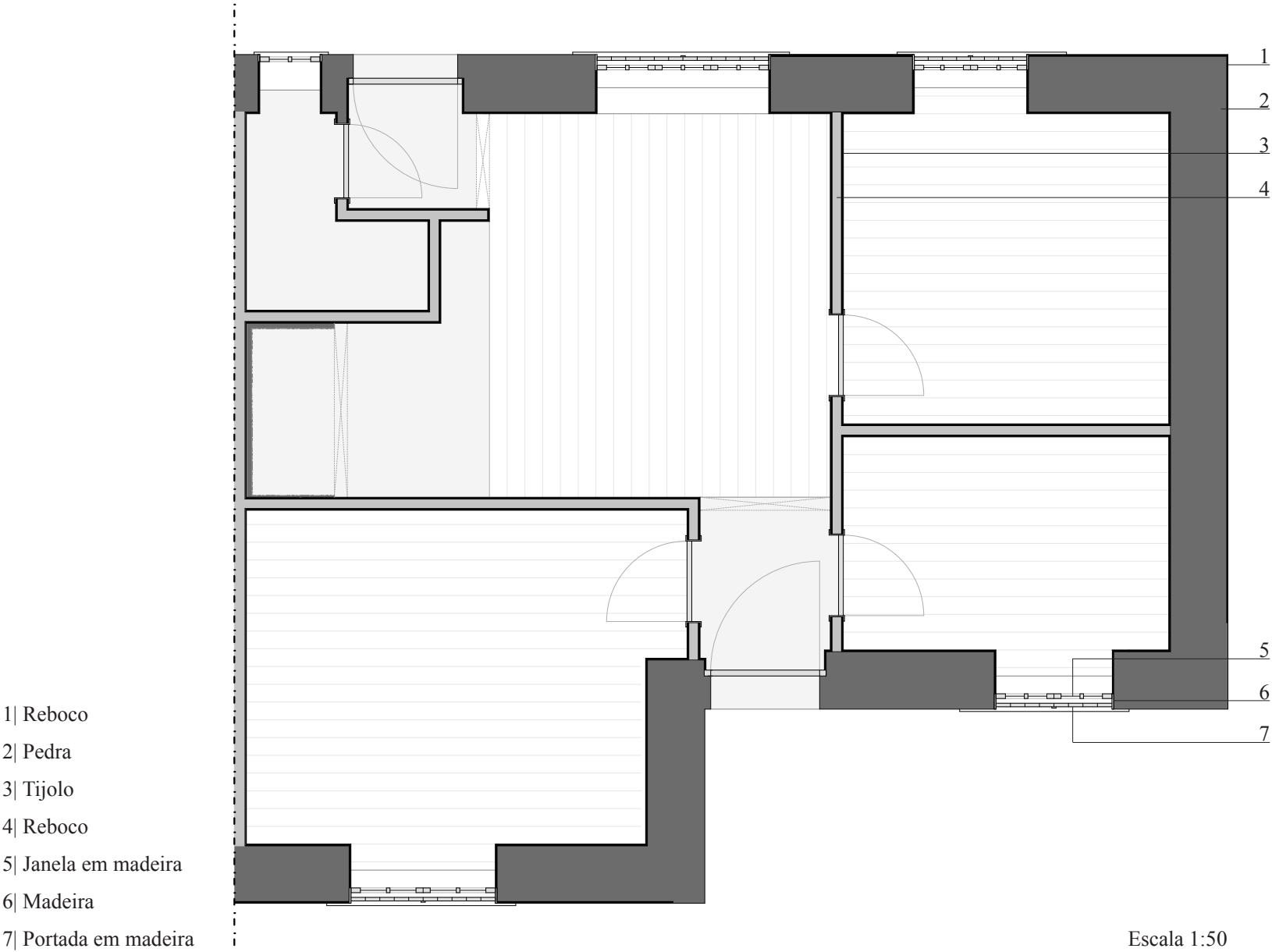
Planta atual do Bairro da Cadeia





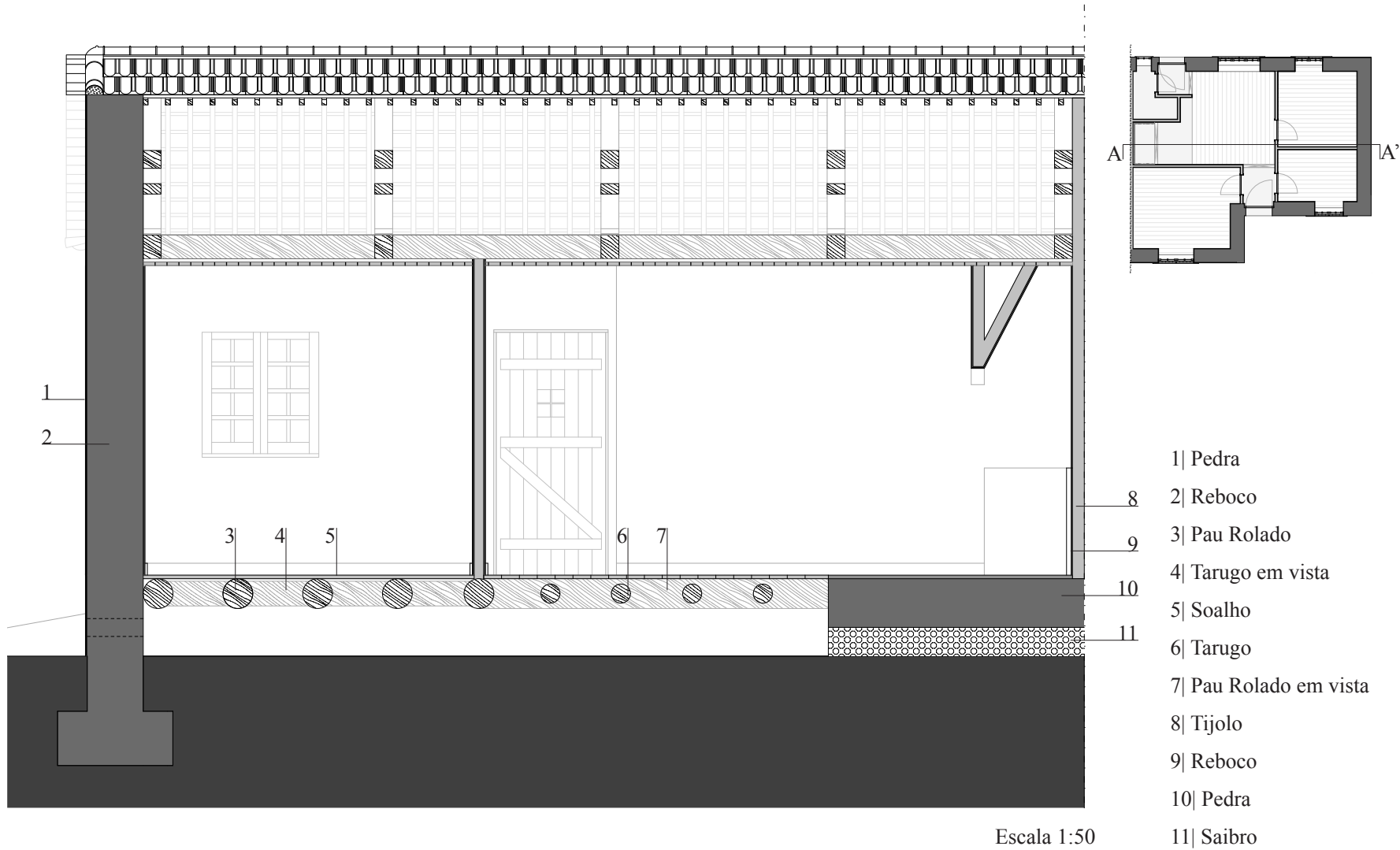
Planta-tipo T3

Levantamento e desenho relativos à casa nr. 21 elaborados pela autora



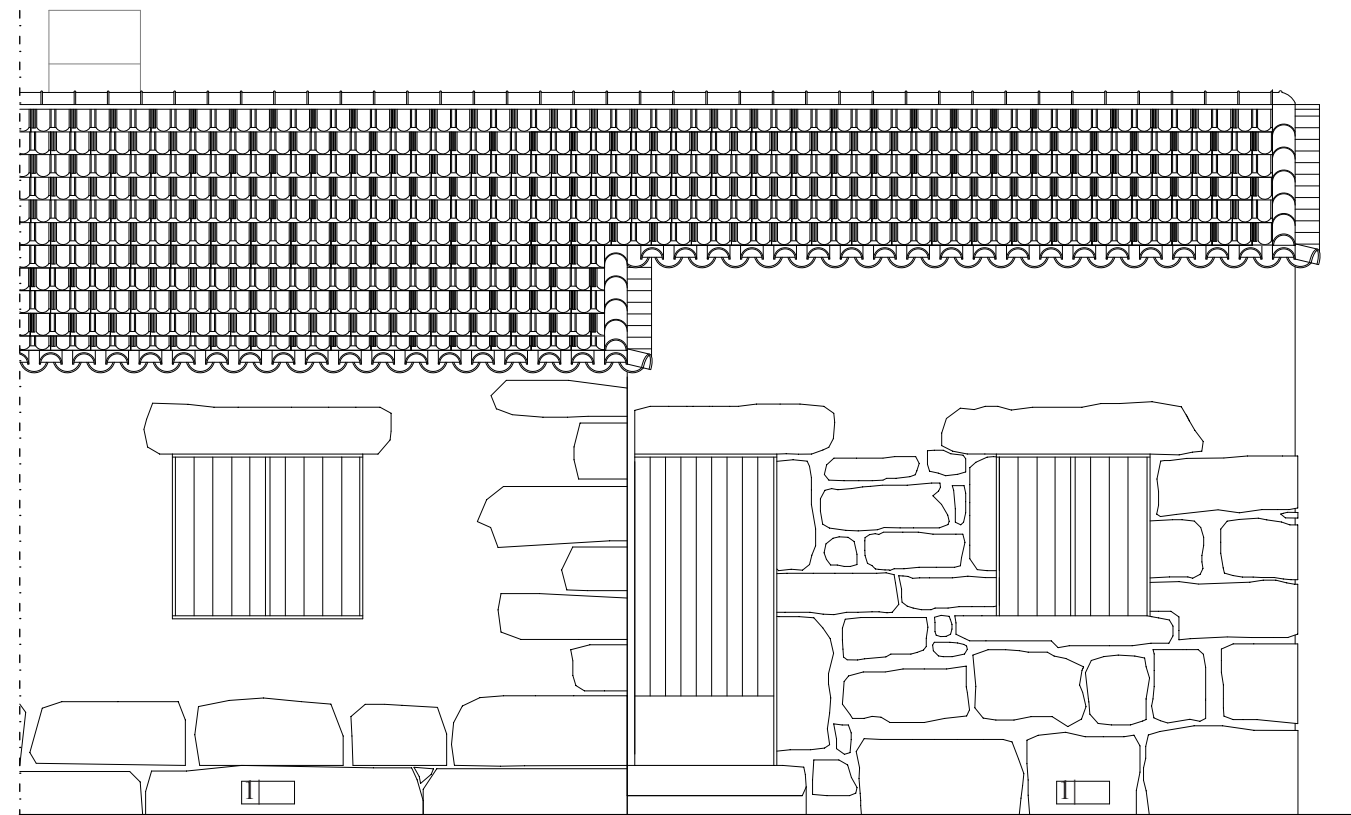
Corte longitudinal AA'

Desenho elaborado pela autora

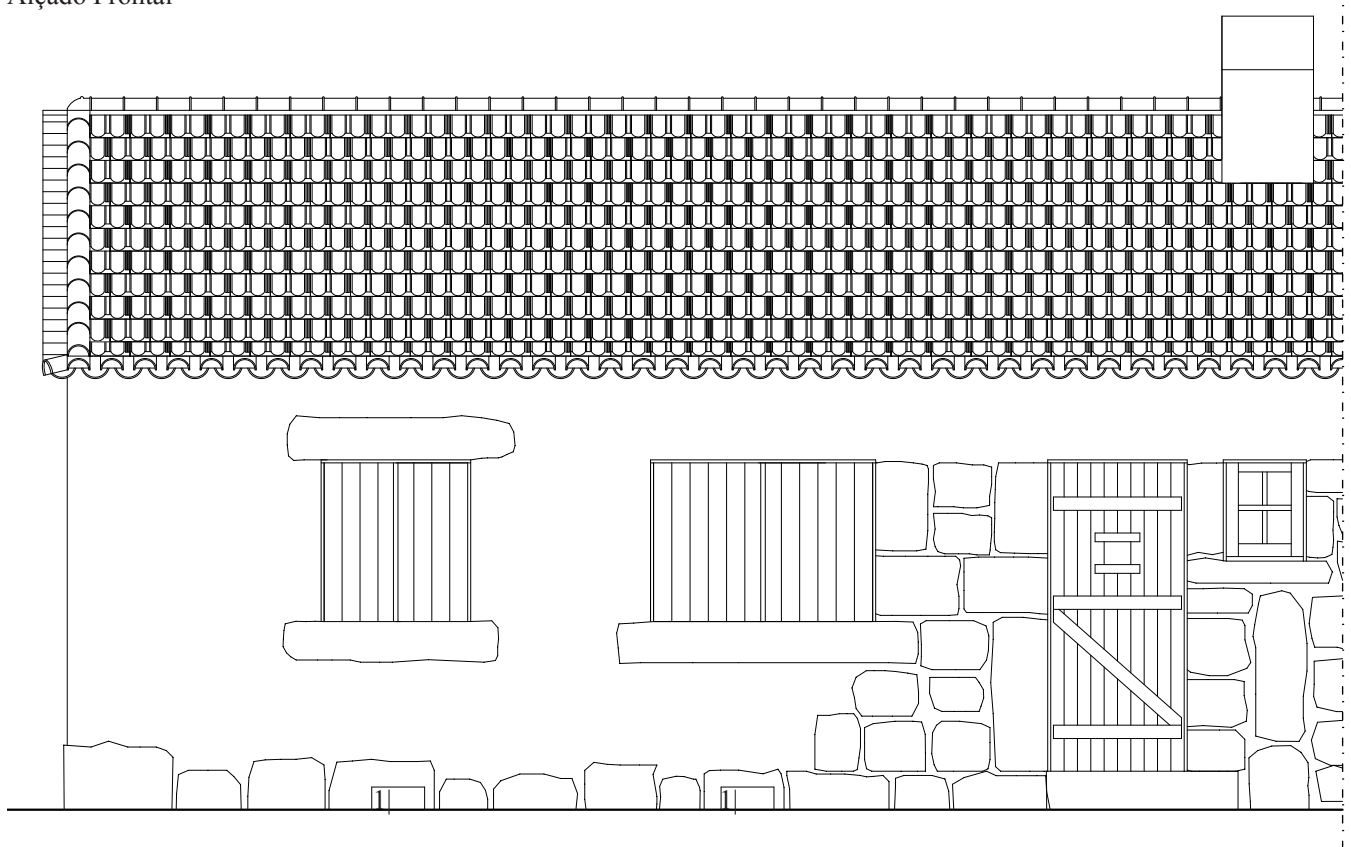


**Alçados-tipo T3**

Levantamento e desenho relativos à casa nr. 21 elaborados pela autora



Alçado Frontal

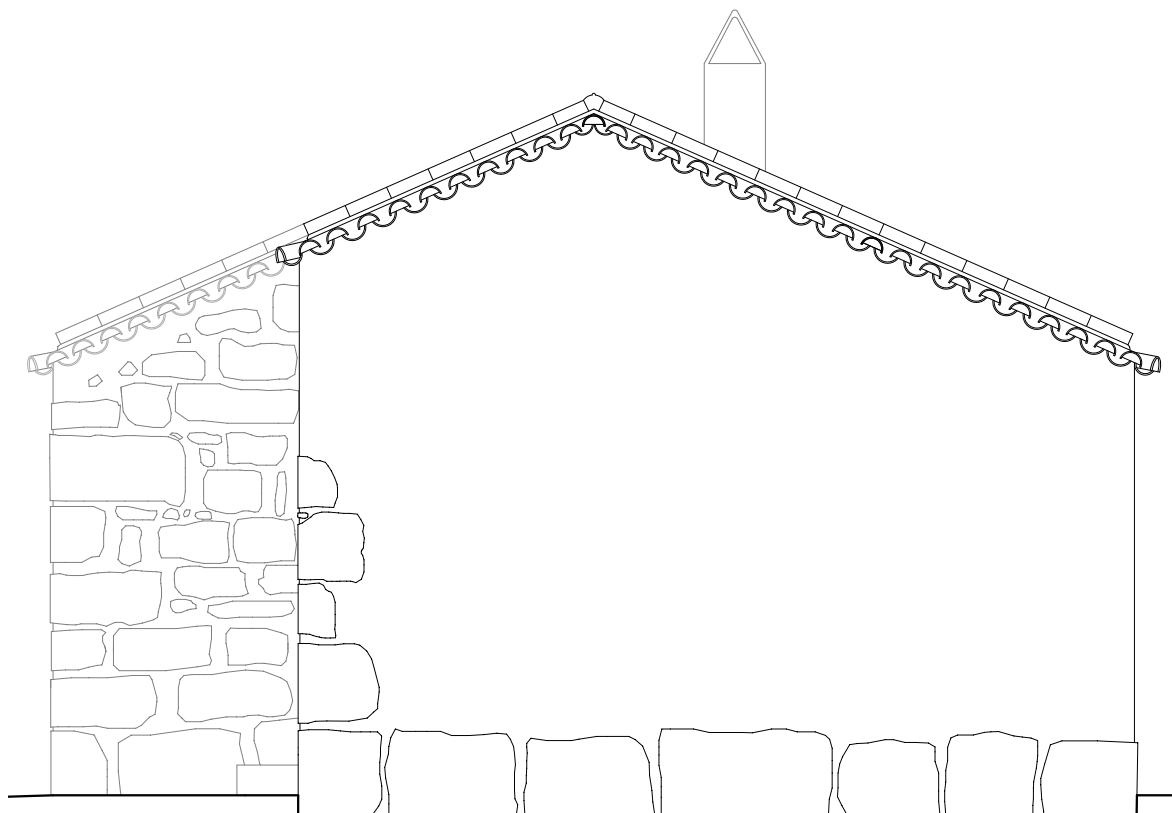


1| Abertura para ventilação do soalho  
Alçado Tardoz

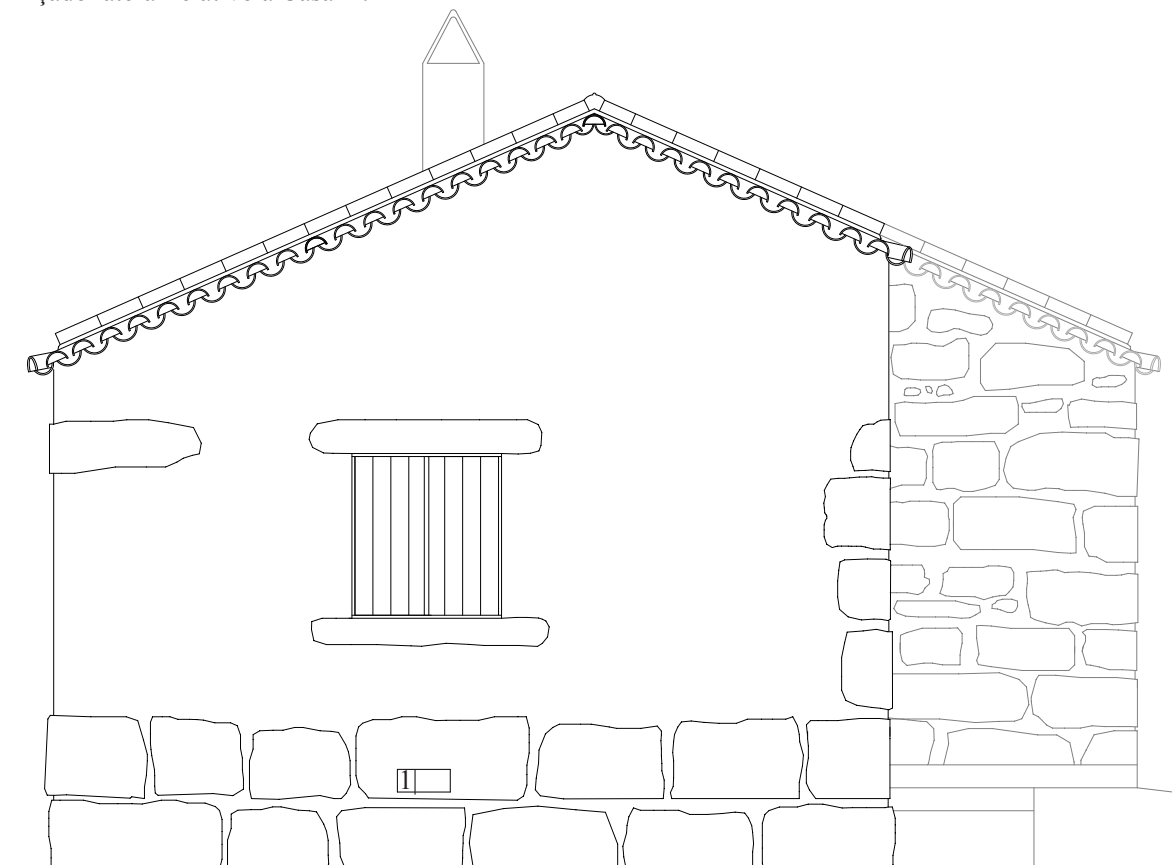
Escala 1:50

### Alçados-tipo T3

Levantamento e desenho elaborados pela autora



Alçado lateral relativo à Casa nr. 21

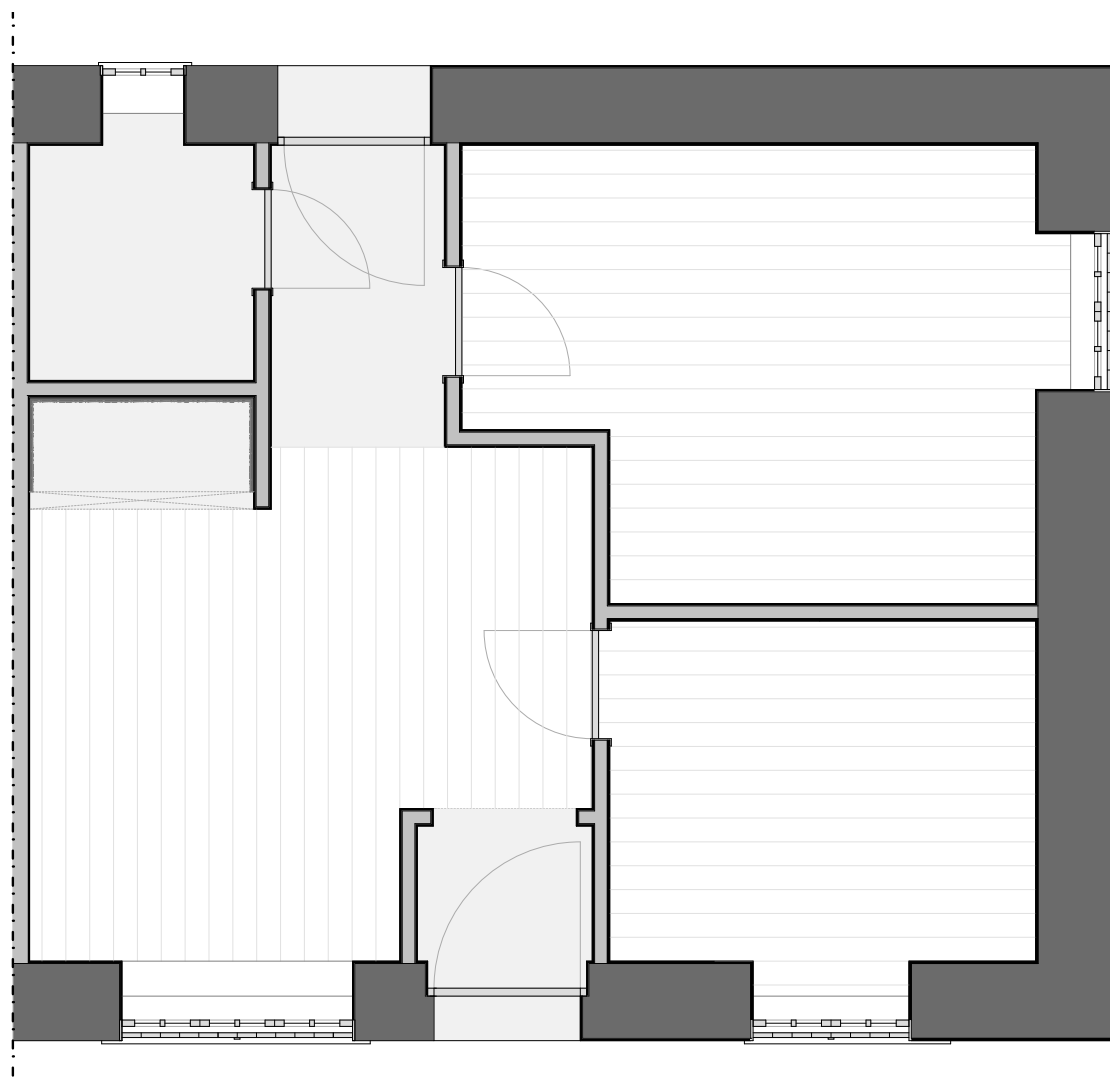


1| Abertura para ventilação do soalho  
Alçado Lateral relativo à Cara nr. 27 (alçado-tipo de topo com janela)

Escala 1:50

## Planta-tipo T2

Desenho elaborado pela autora com base em desenhos cedidos pelo SRU Viseu

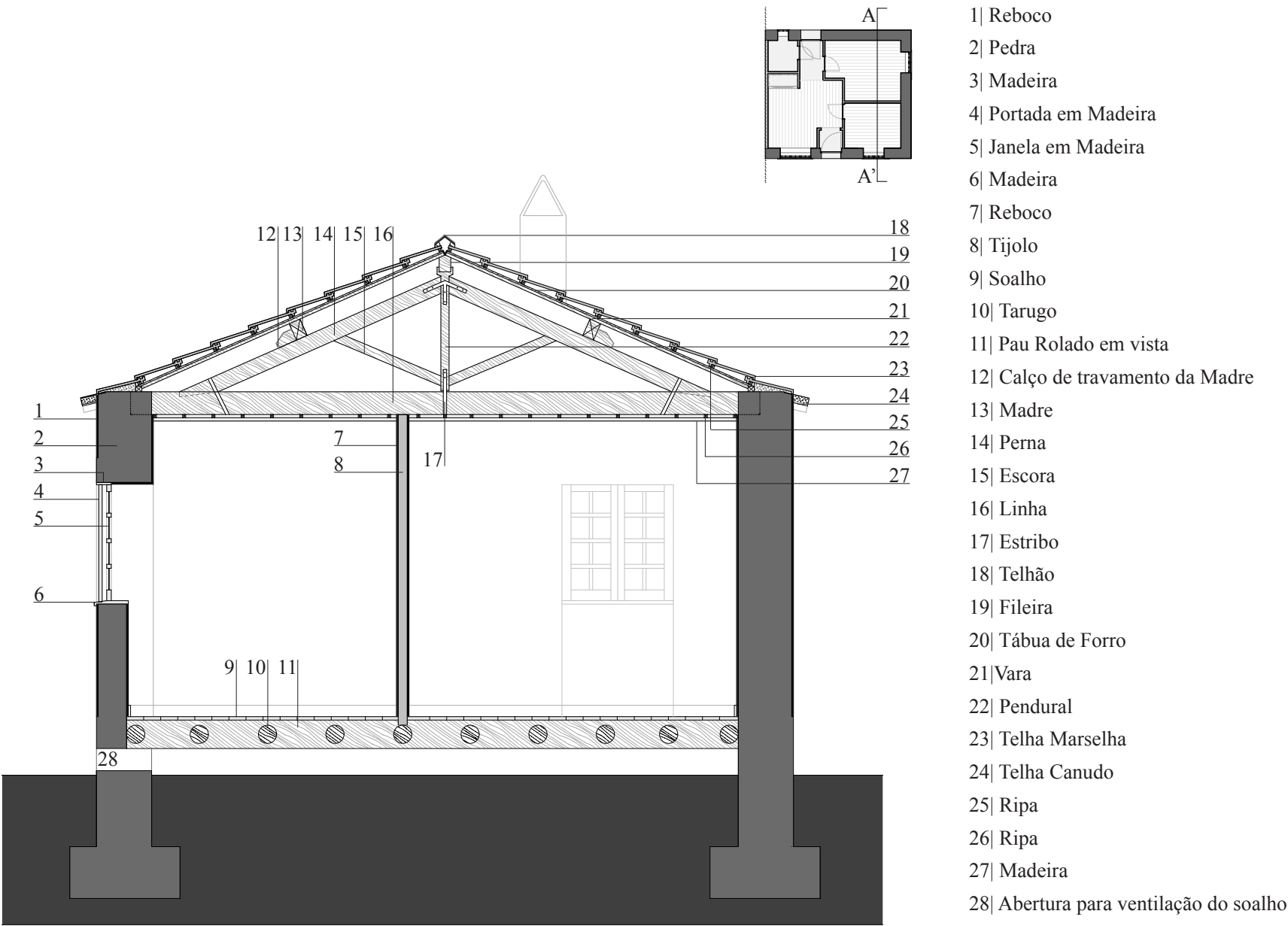


Escala 1:50



Corte Transversal AA'

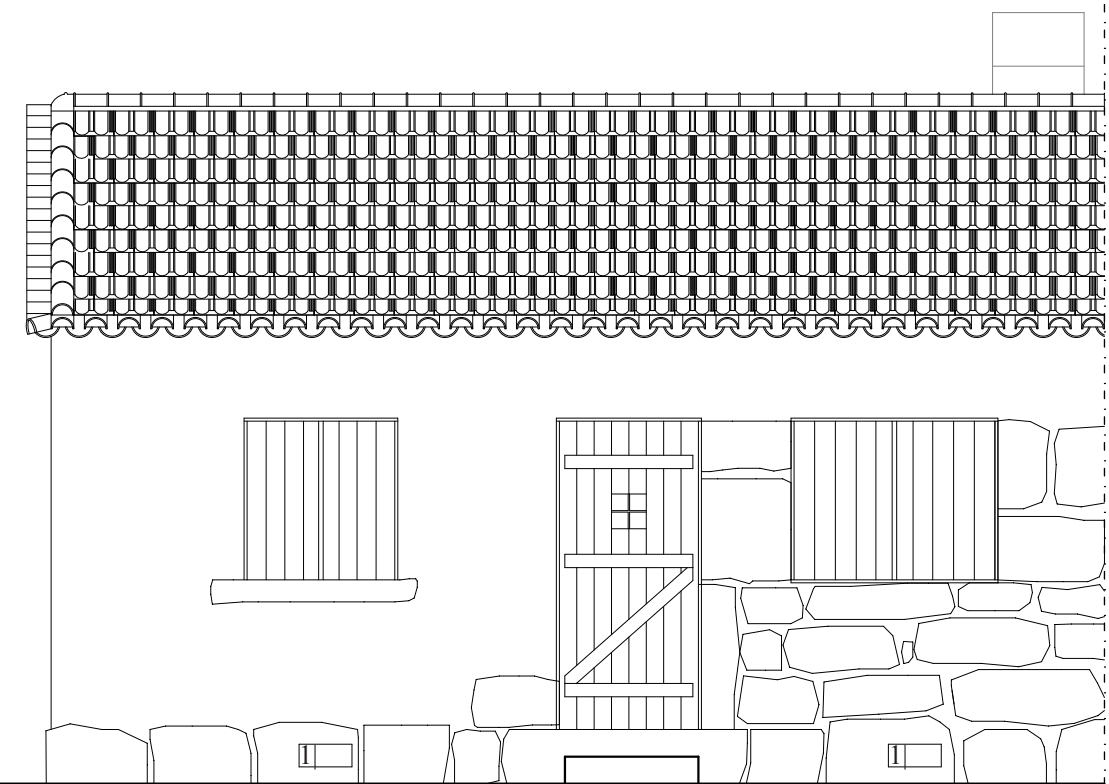
Desenho elaborado pela autora



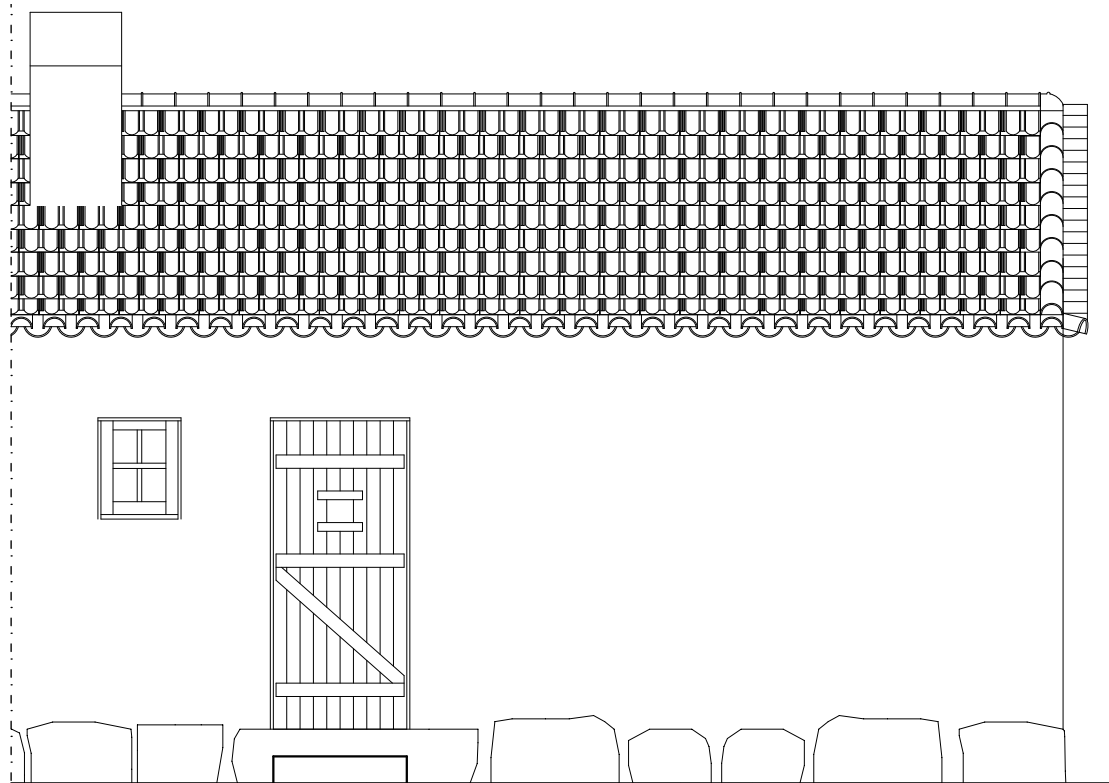
Escala 1:50

**Alçados-tipo T2**

Desenhos elaborados pela autora baseados na casa nr. 81



1| Abertura para ventilação do soalho  
Alçado Frontal

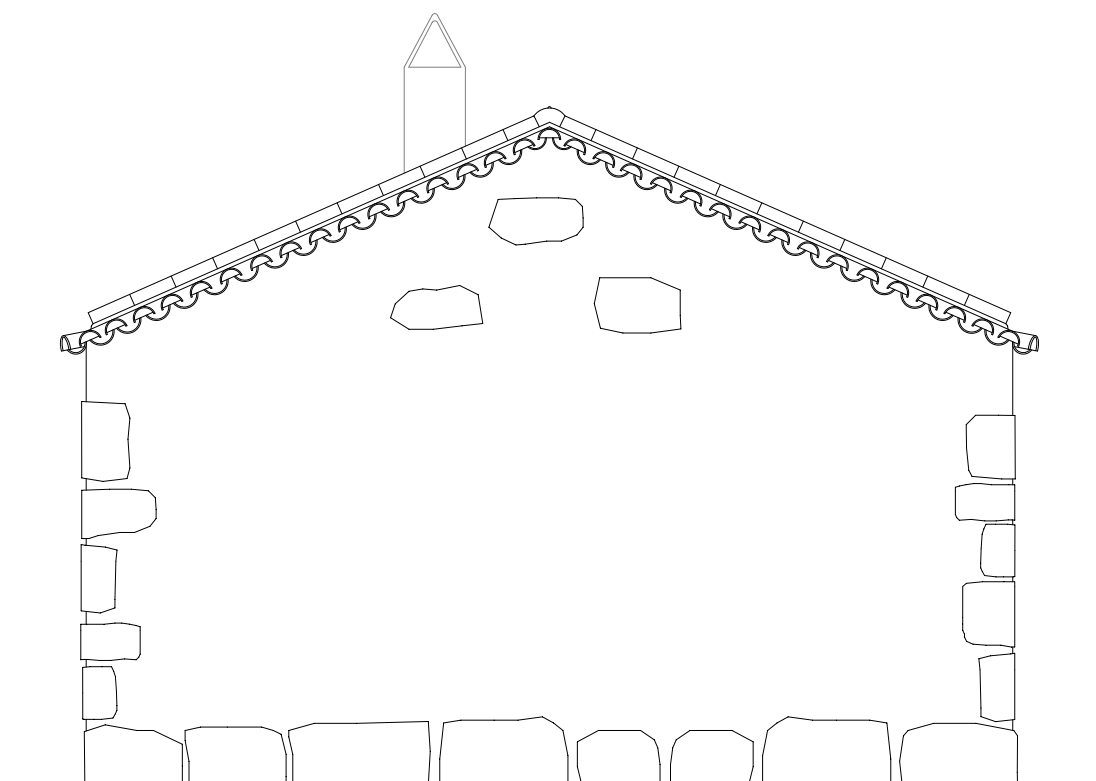


Alçado Tardoz

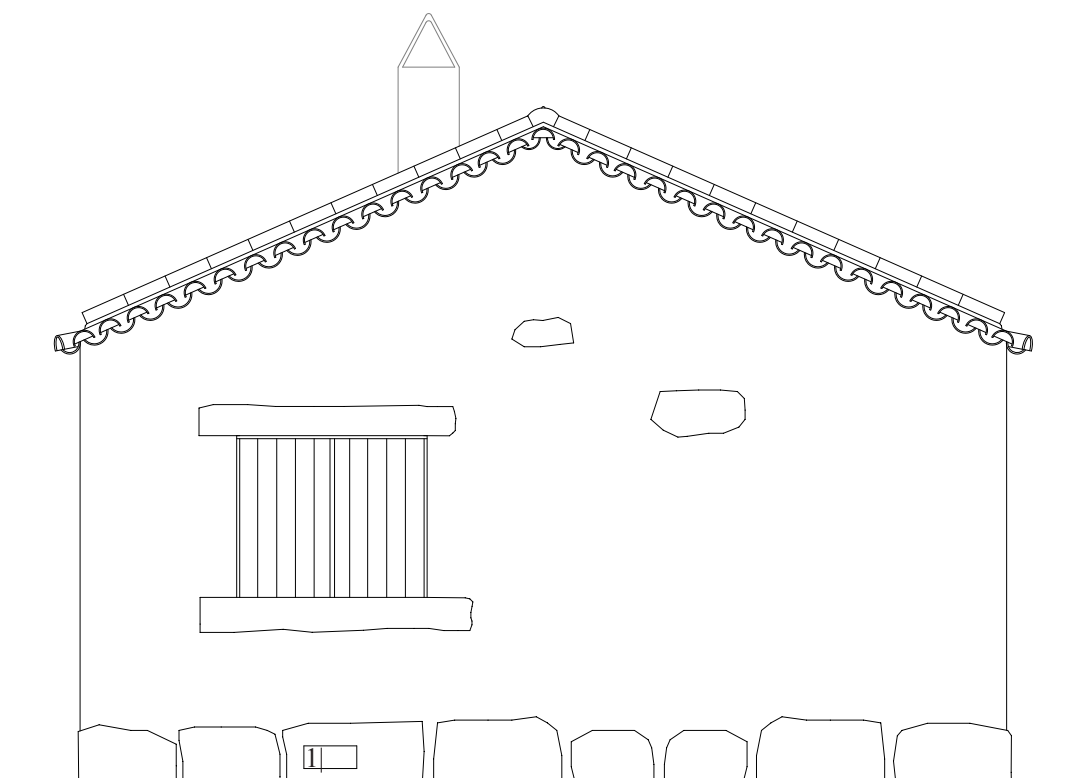
Escala 1:50

**Alçados-tipo T2**

Levantamento e desenhos elaborados pela autora



Alçado Lateral baseado na Cara nr. 81 (alçado-tipo de topo com janela)



1| Abertura para ventilação do soalho

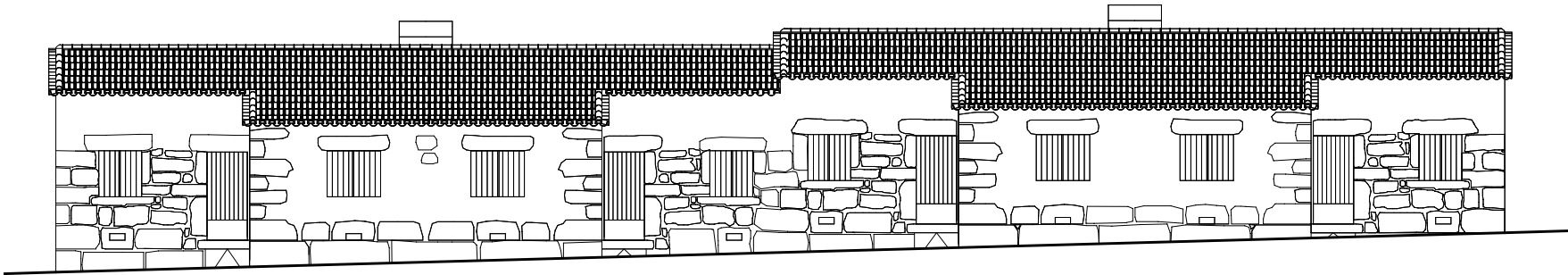
Alçado Lateral baseado na Cara nr. (alçado-tipo de topo com janela)

Escala 1:50

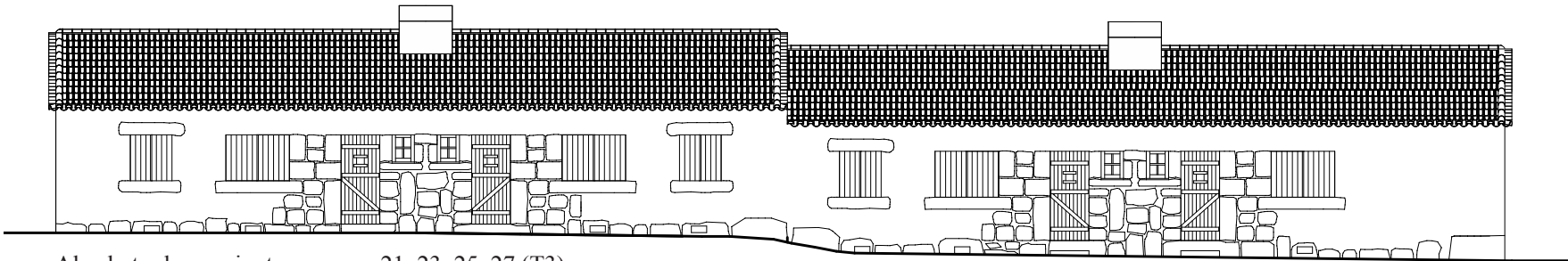


Conjunto de 4 casas geminadas T3

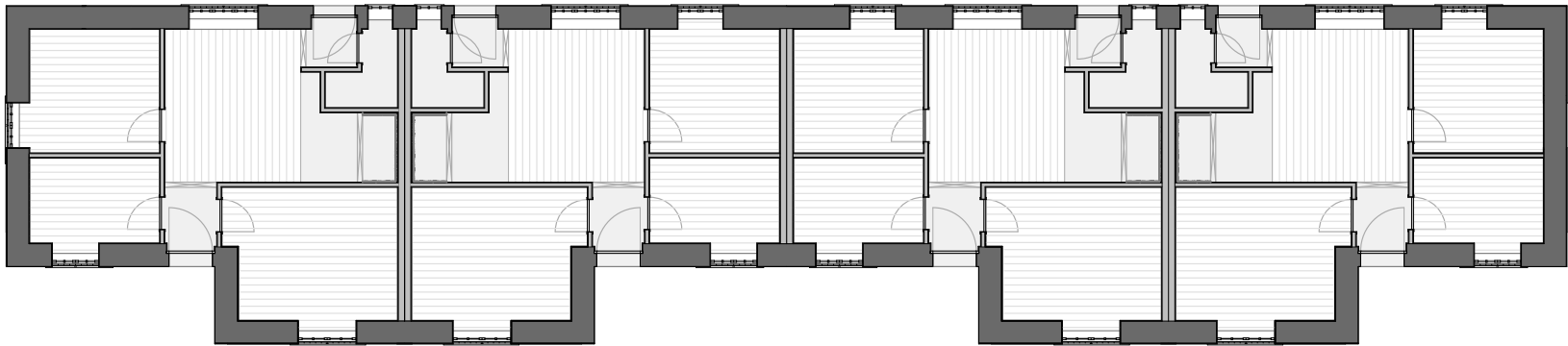
Desenhos elaborados pela autora



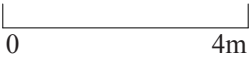
Alçado frontal conjunto casas nr. 27, 25, 23, 21 (T3)



Alçado tardoz conjunto casas nr. 21, 23, 25, 27 (T3)



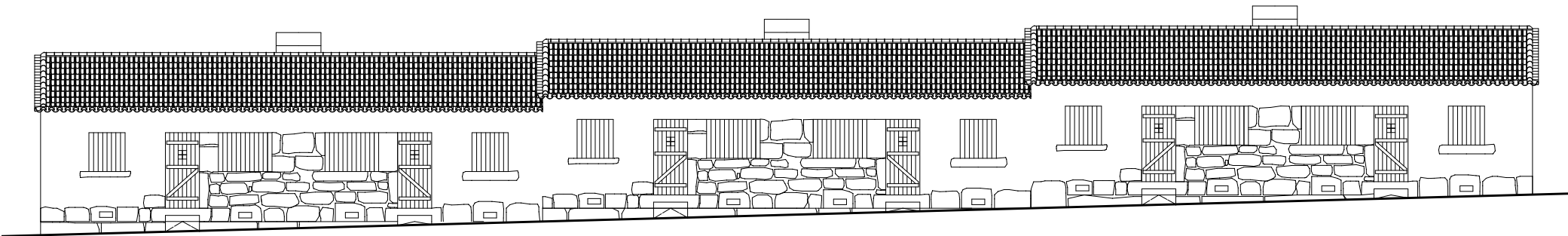
Planta conjunto casas nr. 21, 23, 25, 27 (T3)



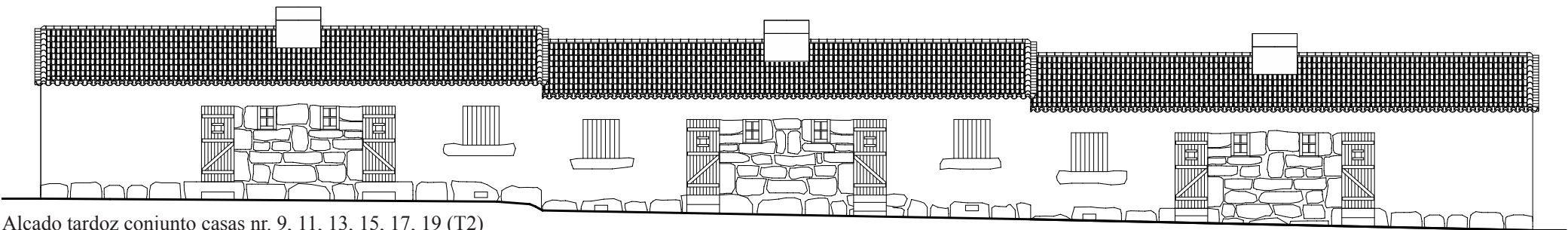




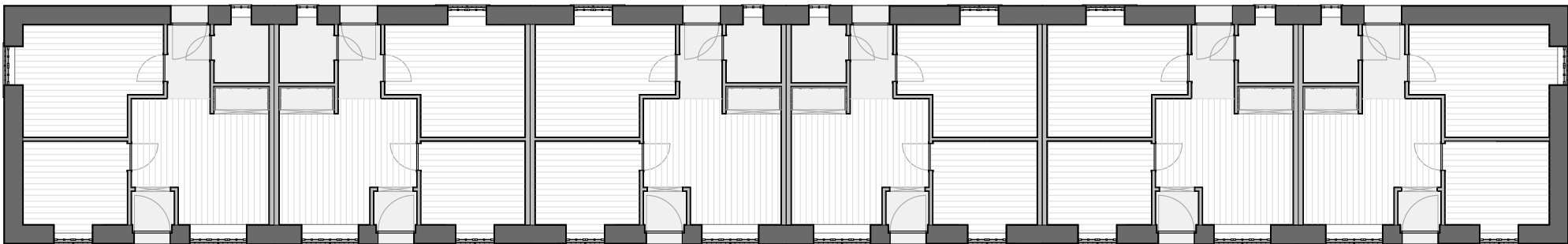
Conjunto de 6 casas geminadas T2



Alçado frontal conjunto casas nr. 19, 17, 15, 13, 11, 9 (T2)



Alçado tardoz conjunto casas nr. 9, 11, 13, 15, 17, 19 (T2)



Planta conjunto casas nr. 19, 17, 15, 13, 11, 9 (T2)





## ANEXO 4|



## Ficha de trabalho de análise exterior das casas (elaborada pela autora)

Todas das fichas de trabalho preenchidas encontram-se no cd anexo

Nr. Casa:  
Tipologia Original:  
Nr. Habitantes:  
Idades:  
Profissões:

CARACTERÍSTICAS		ESTADO ATUAL	
<hr/>		<hr/>	
Telhado:	Telhas: <input type="checkbox"/>	Telhas partidas: <input type="checkbox"/>	Muito Bom: <input type="checkbox"/>
	Outra: _____	Falta de telhas: <input type="checkbox"/>	Bom: <input type="checkbox"/>
		Musgo: <input type="checkbox"/>	Satisfatório: <input type="checkbox"/>
		Outras: _____	Mau: <input type="checkbox"/>
<hr/>		<hr/>	
Fachada:		Fissuras: <input type="checkbox"/>	Muito Bom: <input type="checkbox"/>
	Reboco branco e pedra à vista: <input type="checkbox"/>	Manchas: <input type="checkbox"/>	Bom: <input type="checkbox"/>
	Outro: _____	Desagregação reboco: <input type="checkbox"/>	Satisfatório: <input type="checkbox"/>
		Outras: _____	Mau: <input type="checkbox"/>
<hr/>		<hr/>	
Caixilharia:			
Janelas:			
Alçados:			Muito Bom: <input type="checkbox"/>
Principal: <input type="checkbox"/>	Madeira: <input type="checkbox"/>		Bom: <input type="checkbox"/>
Tardoz: <input type="checkbox"/>	Alumínio: <input type="checkbox"/>		Satisfatório: <input type="checkbox"/>
Lateral: <input type="checkbox"/>	Cor: _____	Vidro simples: <input type="checkbox"/>	Mau: <input type="checkbox"/>
	Outra: _____	Vidro duplo: <input type="checkbox"/>	
<hr/>		<hr/>	
Sombroamento:			
Portadas: <input type="checkbox"/>	Madeira: <input type="checkbox"/>	Muito Bom: <input type="checkbox"/>	_____
Persianas: <input type="checkbox"/>	Alumínio: <input type="checkbox"/>	Bom: <input type="checkbox"/>	_____
Estores: <input type="checkbox"/>	Outra: _____	Satisfatório: <input type="checkbox"/>	_____
		Mau: <input type="checkbox"/>	_____
<hr/>		<hr/>	
Portas:			
Alçados:			Muito Bom: <input type="checkbox"/>
Principal: <input type="checkbox"/>	Madeira: <input type="checkbox"/>		Bom: <input type="checkbox"/>
Tardoz: <input type="checkbox"/>	Alumínio: <input type="checkbox"/>		Satisfatório: <input type="checkbox"/>
	Cor: _____		Mau: <input type="checkbox"/>
	Outra: _____		_____
<hr/>		<hr/>	
Anexos:			
Nr. anexos: _____			
Materiais: _____			
Acessível através de: _____			
Função domestica: _____			
Janelas: _____			
Portas: _____			
Habitada: <input type="checkbox"/> Não Habitada: <input type="checkbox"/> Ruínas: <input type="checkbox"/>			
Observações: _____			
_____			
_____			
_____			
_____			



**Ficha de trabalho de análise interior das casas (elaborada pela autora)**

Todas das fichas de trabalho preenchidas encontram-se no cd anexo

Nr. Casa:

Tipologia:

**CARACTERÍSTICAS****PATOLOGIAS**

Cozinha/Sala:

Paredes: Reboco: ☐  
Gesso cartonado: ☐  
Tecto: Reboco: ☐  
Madeira: ☐  
Pavimento: Soalho: ☐  
Mosaico: ☐  
Alcatifa: ☐  
Janela: Madeira: ☐  
Alumínio: ☐  
PVC: ☐

Paredes: Condensações: ☐  
Bolors: ☐  
Fissuras: ☐  
Desagregação Reboco: ☐  
Tecto: Condensações: ☐  
Bolors: ☐  
Fissuras: ☐  
Defomação: ☐

Quarto:

Paredes: Reboco: ☐  
Gesso cartonado: ☐  
Tecto: Reboco: ☐  
Madeira: ☐  
Pavimento: Soalho: ☐  
Mosaico: ☐  
Alcatifa: ☐  
Janela: Madeira: ☐  
Alumínio: ☐  
PVC: ☐

Paredes: Condensações: ☐  
Bolors: ☐  
Fissuras: ☐  
Desagregação Reboco: ☐  
Tecto: Condensações: ☐  
Bolors: ☐  
Fissuras: ☐  
Defomação: ☐

Quarto:

Paredes: Reboco: ☐  
Gesso cartonado: ☐  
Tecto: Reboco: ☐  
Madeira: ☐  
Pavimento: Soalho: ☐  
Mosaico: ☐  
Alcatifa: ☐  
Janela: Madeira: ☐  
Alumínio: ☐  
PVC: ☐

Paredes: Condensações: ☐  
Bolors: ☐  
Fissuras: ☐  
Desagregação Reboco: ☐  
Tecto: Condensações: ☐  
Bolors: ☐  
Fissuras: ☐  
Defomação: ☐

## CARACTERÍSTICAS

## PATOLOGIAS

### Quarto:

Paredes:	Reboco:	<input type="checkbox"/>	Paredes:	Condensações:	<input type="checkbox"/>
	Gesso cartonado:	<input type="checkbox"/>		Bolores:	<input type="checkbox"/>
Tecto:				Fissuras:	<input type="checkbox"/>
	Reboco:	<input type="checkbox"/>		Desagregação Reboco:	<input type="checkbox"/>
	Madeira:	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
Pavimento:					
	Soalho:	<input type="checkbox"/>			
	Mosaico:	<input type="checkbox"/>			
	Alcatifa:	<input type="checkbox"/>	Tecto:	Condensações:	<input type="checkbox"/>
Janela:				Bolores:	<input type="checkbox"/>
	Madeira:	<input type="checkbox"/>		Fissuras:	<input type="checkbox"/>
	Alumínio:	<input type="checkbox"/>		Defomação:	<input type="checkbox"/>
	PVC:	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>

### Quarto de Banho:

Paredes:	Reboco:	<input type="checkbox"/>	Paredes:	Condensações:	<input type="checkbox"/>
	Azulejo:	<input type="checkbox"/>		Bolores:	<input type="checkbox"/>
				Fissuras:	<input type="checkbox"/>
	Reboco:	<input type="checkbox"/>		Desagregação Reboco:	<input type="checkbox"/>
	Madeira:	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
Pavimento:					
	Soalho:	<input type="checkbox"/>			
	Mosaico:	<input type="checkbox"/>			
	Alcatifa:	<input type="checkbox"/>	Tecto:	Condensações:	<input type="checkbox"/>
Janela:				Bolores:	<input type="checkbox"/>
	Madeira:	<input type="checkbox"/>		Fissuras:	<input type="checkbox"/>
	Alumínio:	<input type="checkbox"/>		Defomação:	<input type="checkbox"/>
	PVC:	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>

Bacia de retrete: ☐ Lavatório: ☐ Base chuveiro: ☐ Banheira: ☐ Bidé: ☐

### Sistemas construtivos:

Paredes:	Pavimentos:	Cobertura:
Alvenaria Tijolo: <input type="checkbox"/>	Paus Rolados: <input type="checkbox"/>	Asnas Madeira: <input type="checkbox"/>
Tabique: <input type="checkbox"/>	Laje Aligeirada: <input type="checkbox"/>	Laje Aligeirada: <input type="checkbox"/>

### Observações:

---



---



---



---



---

